



ACTA DA REUNIÃO DE 24.01.2014 (PÚBLICA)

ACTA N.º 2/2014

Aos vinte e quatro dias do mês de Janeiro do ano dois mil e catorze, nesta Vila e Sala de Reuniões dos Paços do Município de Mafra, reuniu-se a Câmara Municipal, sob a presidência de Hélder António Guerra de Sousa Silva, Presidente da Câmara, estando presentes os Vereadores Elísio Costa Santos Summavielle, Joaquim Francisco da Silva Sardinha, Aldevina Maria Machado Rodrigues, Sérgio Alberto Marques dos Santos, Rogério Monteiro da Costa, Hugo Manuel Moreira Luís, Célia Maria Duarte Batalha Fernandes e Maria Antonieta Mendes Lourenço. Assistiu à reunião Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Directora do Departamento de Administração Geral e Finanças. Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** 1. Competência delegada e subdelegada; 2. Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; **II – ORDEM DO DIA:** 1. Acta; 2. **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS:** 2.1. Alargamento do horário de funcionamento do estabelecimento “TUBE ERICEIRA BAR”, na Ericeira – Término do período de audiência do interessado; 2.2. Processo Disciplinar n.º 2/2013 (processo 9.1.3/2013/2); 3. **DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE:** 3.1. Relação de Preços Unitários a praticar pela Giatul, EM – SA nos trabalhos solicitados pela Câmara Municipal de Mafra; 3.2. Passagem de peões do parque de estacionamento junto à Escola Básica de Mafra; 3.3. Implementação de sinalização horizontal na Rua Cidade de Leimen; 4. **DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO:** 4.1. Actividades na Interrupção Lectiva do Carnaval; 4.2. Comissão de Acompanhamento e monitorização do Projecto Educativo Municipal; 4.3. Contratos de Autonomia dos Agrupamentos de Escolas e Escola não Agrupada; 4.4. Nomeação dos Representantes da Autarquia nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas do Concelho de Mafra – Actualização; 4.5. Contrato em regime de comodato de cedência de instalações, Espaço 1 – Fracção D – B, no Parque de Santa Marta, Ericeira, ao Ericeira Surf Club;

X
21

4.6. Contrato em regime de comodato de cedência de instalações, Espaço 4 – Fracção D, no Parque de Santa Marta, Ericeira, ao Clube de Mergulho da Ericeira;

4.7. Adenda ao contrato em regime de comodato de cedência de instalações, Edifício Atlântico no Parque de Santa Marta, Ericeira, à Filarmónica Cultural Ericeira;

4.8. Candidatura do conjunto Palácio, Convento e Tapada de Mafra a Património Mundial da UNESCO – Comissão de Coordenação Estratégica; **III – INTERVENÇÃO**

DO PÚBLICO; IV – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA. -----

--- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

--- Verificando-se a existência de quórum foi declarada aberta a reunião quando eram nove horas e trinta minutos. -----

--- **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

--- Neste período foram tratados os seguintes assuntos: -----

--- **1. COMPETÊNCIA DELEGADA E SUBDELEGADA:** -----

--- O Presidente da Câmara deu informação sobre as decisões proferidas por si, no uso das competências delegadas, conforme listagem em anexo (ANEXO I). -----

--- **2. INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO E ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:** -----

--- **INTERVENÇÕES:** -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente da Câmara deu nota sobre os temas abordados nas reuniões que teve com o Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e com o Ministro da Educação e Ciência: na primeira, os projectos municipais para a requalificação da orla costeira, nomeadamente para as praias do Sul, Matadouro e S. Julião, e as diligências que têm vindo a ser desenvolvidas para melhoria da situação financeira da Tratolixo; na segunda, as construções das novas Escolas Básicas do 2.º e 3.º Ciclos António Bento Franco, na Ericeira, e Armando Lucena, na Malveira, o Programa de Português do Ensino Secundário e o livro *Memorial do Convento* e, por último, a intenção de instalação, no Concelho de Mafra, de um Conservatório de Música. -----

--- Referindo-se à homologação do "Programa e Metas Curriculares de Português. Ensino Secundário", o Presidente disse congratular-se com a manutenção, nos conteúdos programáticos, do *Memorial do Convento* de José Saramago, pese embora considere que, nos anos lectivos 2017/2018 e 2018/2019, o estudo de outra obra do autor deveria ser opcional e não obrigatória. Agradeceu o contributo de

ACTA DA REUNIÃO DE 24.01.2014 (PÚBLICA)

todos, sublinhando a relevância deste livro não só para o estudo da obra do autor e do próprio monumento que é o Palácio-Convento, mas também para a projecção do Concelho de Mafra. -----

--- Mais informou que decorre, de 22 a 26 de Janeiro corrente, a Feira Internacional de Turismo (FITUR), em Madrid, Espanha, o maior certame da Península Ibérica e um dos mais importantes da Europa, estando o Município de Mafra representado no *stand* do Turismo de Portugal. Deu conhecimento de que o Presidente da Câmara Municipal, a Vereadora do Pelouro do Turismo e a Coordenadora dos Serviços de Turismo se deslocarão à FITUR para conhecerem *in loco* os novos projectos e as tendências do mercado, bem como consolidar contactos com operadores do sector. -

--- De seguida, informou que, numa organização dos Amigos do Atletismo de Mafra com o apoio da Câmara Municipal, se realiza no próximo dia 6 de Abril a 32.ª Corrida dos Sinos. -----

--- Mais informou que, decorrente do jogo entre a selecção da Bósnia e Portugal, que se realizou no Parque Desportivo Municipal, o Município fora contactado sobre a possibilidade de receber os jogos de andebol do Sporting Clube de Portugal. -----

--- O Presidente da Câmara informou que recebera uma proposta de um conjunto de promotores para a dinamização de actividades lúdico-carnavalescas na vila da Ericeira, intitulando-se como "*Carnaval Jagoz, há festa entre nós*", dando a conhecer que iria ser apresentada, na próxima reunião de Câmara, uma proposta para alargamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos de restauração e similares durante aquele período festivo. -----

--- Por último, deu, ainda, conhecimento que se estão a fazer todos os esforços no sentido de que a Feira Mensal de Mafra possa ter início em Março deste ano. -----

--- **DA VEREADORA ANTONIETA LOURENÇO:** -----

--- A Vereadora indagou qual era a proposta de realocização da EB 2,3 António Bento Franco, na Ericeira. -----

--- Lamentou que, na sequência da alteração a nível de transporte em ambulância de doentes para tratamentos no Centro Hospitalar de Torres Vedras, se verifica que,

sem colocar em causa a qualidade do serviço prestado pela Associação de Socorros da Freguesia da Encarnação, houve um aumento substancial de tempo decorrido entre a ida e o regresso a casa, cerca de cinco horas, perturbando a saúde e a estabilidade dos doentes que já de si se encontram em estado débil. -----

--- **DO VEREADOR ROGÉRIO COSTA:** -----

--- O Vereador, destacando a política de influência desenvolvida pelo Presidente da Câmara junto do Ministério de Educação, congratulou-se pela manutenção do livro *Memorial do Convento*, dada a sua importância, em termos económicos, para o pequeno e médio comércio de Mafra, mas sobretudo porque se dá a conhecer Mafra a cerca de 100.000 pessoas por ano. -----

--- Referiu que, na sequência de algumas iniciativas que a Câmara Municipal está a levar a cabo, já se começa a notar um movimento positivo, trazendo benefícios para o Concelho, quer seja em termos turísticos, quer seja em termos económicos, pelo que se congratulou. -----

--- Aplaudiu a participação do Município de Mafra e a iniciativa do Presidente na ida à FITUR, na medida em que o Concelho deve reforçar a sua posição no âmbito do surf, agora que Nazaré e Peniche estão em voga. Recordou que o turismo de qualidade, para um estrato social mais elevado, também traria muitos benefícios para o Concelho. -----

--- Registou, com agrado, a realização da 32.^a Corrida dos Sinos em Mafra, evento que alcançou projecção nacional, recordando que fora um dos dez elementos que fundou os Amigos do Atletismo de Mafra. -----

--- Sobre as comemorações dos 40 anos do 25 de Abril, questionou se a Câmara Municipal pretende desenvolver alguma iniciativa, informando que a Coligação Democrática Unitária levará a efeito, no próximo dia 5 de Abril, uma cerimónia evocativa dos presos políticos resistentes que, antes do 25 de Abril, fizeram frente ao fascismo. Mais informou sobre a intenção de descerrar uma lápide evocativa desses resistentes anti-fascistas e que a mesma seja afixada na antiga prisão. -----

--- O Vereador referiu que, após Mafra ter sido notícia no jornal "Correio da Manhã", foi publicado um desmentido do ex-Presidente da Câmara sobre a mesma. Questionou que comentário tal facto merece da parte do Presidente da Câmara. ---

--- Mais referiu ter verificado que, na Área Metropolitana de Lisboa, o Presidente da Câmara Municipal de Mafra teria votado a favor da manutenção das 35 horas



ACTA DA REUNIÃO DE 24.01.2014 (PÚBLICA)

semanais, questionando a razão pela qual não as adaptaria, também, aos trabalhadores da Câmara Municipal de Mafra. -----

--- **DO VEREADOR ELÍSIO SUMMAVIELLE:** -----

--- O Vereador Elísio Summavielle subscreveu as palavras do Vereador Rogério Costa, no que diz respeito às comemorações do 25 de Abril. Recordou que o 25 de Abril não tem proprietários, sendo simbolizado numa grande figura que é Salgueiro Maia. Apelou para que houvesse convergência num ou noutro evento, independentemente de se fazer iniciativas políticas individuais, e que, a ser feita essa convergência, ela aconteça tão rápido quanto possível. -----

--- Relativamente à presença de Mafra na FITUR, considerou ser muito importante esta acção promocional e defendeu a existência de esforços de convergência entre as Autarquias cujos territórios têm potencial na área do surf, à escala nacional, permitindo uma melhor organização e conjugação de eventos. -----

--- O Vereador reiterou o pedido de cedência de uma sala no edifício dos Paços do Concelho para utilização do Partido Socialista e da Coligação Democrática Unitária. -

--- **DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS:** -----

--- O Vereador Sérgio Santos comunicou que o Partido Socialista se juntará à Coligação Democrática Unitária, no sentido de comemorarem os 40 anos do 25 de Abril, acrescentando que gostaria que a Câmara Municipal pudesse ter iniciativas no âmbito destas comemorações. -----

--- Solicitou esclarecimentos quanto à presença dos bombeiros de Mafra nas instalações da Protecção Civil de Mafra e ainda sobre qual o ponto da situação de Ribeira d'Ilhas, uma vez que as novas instalações ainda não se encontram abertas. -

--- Mais solicitou que lhe fosse entregue o Relatório da Inspeção Geral de Finanças, quando este estivesse disponível. -----

--- Informou que os Vereadores do Partido Socialista e da CDU gostariam de fazer uma visita à empresa Be Water, solicitando que a mesma fosse providenciada. -----

--- O Vereador mencionou que a Lista de Adjudicação de Prestações de Serviços, presente nos assuntos para conhecimento, aponta para uma despesa no valor de



€ 4.242,00 (quatro mil duzentos e quarenta e dois euros) relativa à estadia da comitiva da Bósnia e equipa de arbitragem, referindo ter ficado com a impressão que este jogo não traria custos para o Município. -----

--- Face ao comunicado do ex-Presidente da Câmara Municipal publicado no jornal *O Carrilhão* – alegando que o valor da dívida é de 42 milhões de euros e não de 96 milhões de euros e que, em 2012, Mafra se encontrava em 24.º lugar no *ranking* do *Anuário dos Municípios Portugueses* – questionou sobre o que mudara tanto para que se esteja na situação financeira que, agora, é alvo da atenção da comunicação social. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente da Câmara esclareceu que se pretendia relocalizar a EB 2,3 António Bento Franco junto à Escola Básica da Ericeira, tendo sido informado pelo Ministro da Educação e Ciência que a directriz política actual é recuperar as escolas existentes, sendo que, no entanto, este ficara de estudar o assunto. -----

--- Sobre a alteração de procedimentos efectuada pelo Hospital de Torres Vedras quanto ao transporte de doentes em ambulâncias, disse conhecer a dimensão financeira de prejuízo directo para os três corpos de bombeiros, acrescentando que, face à situação descrita, iria averiguar. -----

--- Quanto às comemorações do 25 de Abril, o Presidente referiu que cada força política deve desenvolver, individualmente ou em parceria, as acções, as evocações e as festividades julgadas convenientes, por entender que não deve de haver uma entidade única que, de alguma forma, se “aproprie” destas comemorações. Sobre a sessão solene evocada pela CDU, referiu que, caso estejam disponíveis, poderiam ser cedidas instalações municipais que vierem a ser solicitadas, quer seja por esta força política ou por qualquer outra. -----

--- O Presidente da Câmara disse que é sua postura não fazer comentários sobre notícias publicadas nos jornais, sendo que toda a informação foi por si prestada no momento e local certos. -----

--- Quanto à questão das 40 horas semanais, disse que não é adepto deste horário, mas reiterou que, enquanto Presidente da Câmara, tem de cumprir a lei e até ao momento em que haja um acordo colectivo de trabalho, homologado pelo membro da tutela respectiva, a sua posição se mantém. -----

--- No que diz respeito à promoção turística na área do surf, o Presidente partilhou da oportunidade da convergência de esforços entre as Autarquias. Aditou que, aos

ACTA DA REUNIÃO DE 24.01.2014 (PÚBLICA)

olhos da Europa e do mundo, o turismo deve ser visto na perspectiva do país, projectado como um todo. -----

--- Relativamente aos bombeiros de Mafra permanecerem nas instalações da Protecção Civil, recordou que o assunto já fora tratado em reunião de Câmara, sendo esta uma situação transitória até à conclusão dos acessos ao novo Quartel, na Carapinheira. Aditou que tal facto não condiciona a capacidade operacional dos bombeiros. -----

--- No que diz respeito às infra-estruturas de Ribeira d'Ilhas, esclareceu que a alteração ao projecto do equipamento com funções de apoio de praia se encontra devidamente aprovada pela Delegação de Saúde de Mafra, bem como pela Capitania do Porto de Cascais. Informou que, numa próxima reunião, virá a alteração à escadaria, em conformidade com o projecto, a qual consubstanciará a alteração simplificada ao Plano de Pormenor. Neste momento, encontra-se em fase de agendamento a competente vistoria, tendo em vista a obtenção do título de ocupação do Domínio Público Hídrico. -----

--- Reportando-se aos custos com a selecção da Bósnia, confirmou que foram evidenciados no documento em análise, os quais não são significativos face ao retorno para o Concelho de Mafra. Recordou que o jogo fora transmitido directamente pela televisão, nomeadamente projectando a sua imagem nos quatro cantos do mundo. -----

--- O Presidente informou que a acção inspectiva pela Inspecção Geral de Finanças ainda se encontra a decorrer, pelo que estar a solicitar o Relatório é muito prematuro. -----

--- **DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS:** -----

--- O Vereador Sérgio Santos disse que não pretendia que o Presidente comentasse notícias de jornal, mas que respondesse sobre quais os motivos que levaram a que, em 10 meses, a Câmara passasse de uma situação de saúde financeira para uma situação de dificuldades de gestão corrente, que levaram a que se aumentasse o Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

--- **DO VEREADOR ELÍSIO SUMMAVIELLE:** -----

--- O Vereador discordou da posição tomada pelo Presidente da Câmara quando deixou para as forças políticas as comemorações dos 40 anos do 25 de Abril. Na sua opinião, o poder local democrático fora uma conquista irrefutável do 25 de Abril e, assim, entende que a Câmara Municipal devia ter alguma iniciativa congregadora. --

--- **DO VEREADOR ROGÉRIO COSTA:** -----

--- O Vereador não concordou, também, com a posição do Presidente da Câmara quanto à forma de se comemorar os 40 anos do 25 de Abril. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente, concluindo, disse que a posição do PPD/PSD era de devolver o 25 de Abril àquele que fora a sua expressão máxima: o povo. -----

--- Relativamente à situação financeira da Câmara, reforçou que a mesma fora claramente apresentada, aconselhando ainda que os Vereadores balizassem as suas intervenções por documentos oficiais, validados pelas entidades competentes, como sejam os Relatórios de Contas e pareceres dos Revisores Oficiais de Contas. Recordou, mais uma vez, que a difícil decisão que tivera de propor a reposição do IMI nos valores que estavam anteriormente se deveu à significativa redução de receitas arrecadadas no ano anterior, à qual acresceu a isenção das taxas de urbanismo durante um ano. -----

--- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:** -----

--- **LISTA DE ADJUDICAÇÃO DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 6 E 17 DE JANEIRO DE 2014:** -----

--- O Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento da lista de adjudicação de prestações de serviços, no período compreendido entre 6 e 17 de Janeiro de 2014, em conformidade com o documento anexo (ANEXO II). -----

--- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

--- A Câmara Municipal tomou, ainda, conhecimento dos ofícios da Assembleia Municipal, com a referência AM_Saída/2014/1, AM_Saída/2014/2 e AM_Saída/2014/5, relativamente aos assuntos analisados em sessão realizada no dia 30 de Dezembro do ano transacto, os quais se anexam e fazem parte integrante da presente acta (ANEXO III). -----

--- **II – ORDEM DO DIA:** -----

--- Em conformidade com a ordem do dia foram analisados os seguintes assuntos: -

--- **1. ACTA:** -----

ACTA DA REUNIÃO DE 24.01.2014 (PÚBLICA)

--- Foi distribuída a todos os Vereadores cópia da acta da reunião realizada em 10 de Janeiro corrente, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

--- 2. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: -----

--- 2.1. ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO "TUBE ERICEIRA BAR" NA ERICEIRA - TÉRMINO DO PERÍODO: -----

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2014/581, elaborada pela Área de Licenciamentos Diversos, datada de 15 de Janeiro corrente, sobre a qual recaíram o parecer da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património, o parecer de concordância da Directora do Departamento da Administração Geral e Finanças datado de 15 do mesmo mês, bem como o despacho do Vereador Hugo Luís (ANEXO IV). -----

--- Não tendo o interessado exercido, no prazo que lhe foi fixado, o direito de audiência prévia sobre o projecto de decisão de indeferimento do alargamento do horário de funcionamento do estabelecimento "Tube Ericeira Bar" na Ericeira, até às 3:00h, tomado na reunião de Câmara de 13 de Dezembro de 2013, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD, da Vereadora Antonieta Lourenço, do Partido Socialista, do Vereador Rogério Costa, da CDU, e do Presidente da Câmara, e as abstenções dos Vereadores Elísio Summavielle e Sérgio Santos, do Partido Socialista, proferir decisão definitiva, indeferindo a pretensão apresentada, nos termos do disposto no artigo 4.º do Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Mafra, conjugado com os artigos 106.º e 107.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo. -----

--- 2.2. PROCESSO DISCIPLINAR N.º 2/2013 (PROCESSO 9.1.3/2013/2) - -

--- Presente relatório final, de 13 de Janeiro de 2014, referente ao Processo Disciplinar n.º 9.1.3/2013/2, mandado instaurar contra o trabalhador desta Câmara Municipal, Fábio João Vilar da Silva, Assistente Técnico, por despacho exarado pelo

4
pa.

então Vereador José António Parente, em 30 de Julho de 2013, no uso da competência que lhe foi delegada pelo então Presidente da Câmara Municipal de Mafra, José Maria Ministro dos Santos, através do Despacho n.º 31/2013-PCM, em 22 de Julho de 2013. -----

--- A instrutora do processo, a pedido do Presidente da Câmara, prestou esclarecimentos adicionais. De seguida, suspendeu-se a reunião durante cinco minutos. -----

--- Retomada a reunião, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto. -----

--- Após a análise do referido relatório e por escrutínio secreto, nos termos previstos no n.º 3 do art.º 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos a favor e quatro votos contra, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 4 do art.º 14.º e do n.º 1 do art.º 55.º, ambos do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores Que Exercem Funções Públicas (ED), aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro, concordar na íntegra com o mesmo, cujo teor se dá como integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e, consequentemente, aplicar ao Arguido, Fábio João Vilar da Silva, Assistente Técnico, a pena disciplinar de repreensão escrita, prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º, no n.º 1 do artigo 10.º e no artigo 15.º, todos do mesmo Estatuto Disciplinar. -----

--- 3. DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE: -----

--- 3.1. RELAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS A PRATICAR PELA GIATUL, EM - SA, NOS TRABALHOS SOLICITADOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA: -

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2014/920, datada de 21 de Janeiro corrente, da Divisão de Obras e Manutenção, instruída com o ofício, da mesma data, remetido pela GIATUL, EM-SA (GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA), junto ao qual é apresentada uma proposta de preços unitários a aplicar aos trabalhos solicitados pela Câmara Municipal no ano de 2014, designada abreviadamente por "Proposta de Preços de Protocolo para 2014" (ANEXO V).-----

--- Face à Informação prestada e atento o disposto no artigo 21.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a "Proposta de Preços de Protocolo para 2014", apresentada pela empresa GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA. -----

ACTA DA REUNIÃO DE 24.01.2014 (PÚBLICA)

--- 3.2. PASSAGEM DE PEÕES DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO JUNTO À ESCOLA BÁSICA DE MAFRA: -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2014/507, datada de 13 de Janeiro do ano em curso, do Serviço de Obras por Administração Directa, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância do Chefe de Divisão de Obras e Manutenção e do Director de Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente, ambos datados de 15 de Janeiro corrente, bem como despacho do Sr. Vice-Presidente, da mesma data (ANEXO VI). -----

--- No uso da palavra, o Vice-Presidente, Joaquim Sardinha, aditou que se pretende contribuir para aumentar a segurança dos peões, especialmente os alunos das escolas. -----

--- O Vereador Rogério Costa questionou sobre se já tinha sido efectuado algum estudo no sentido de ser alterada a velocidade na variante Norte - Av. da Liberdade até à rotunda da Paz. -----

--- O Vice-Presidente explicou sobre a impossibilidade de tal ser efectuado, por imposição legal, já que, por um lado, dentro das localidades a velocidade permitida é de 50 km e que, por outro, a 100 metros de uma rotunda se exige que a velocidade seja de 40 km. -----

--- A Vereadora Antonieta Lourenço indagou sobre qual a possibilidade de ser colocada sinalização na Rua Paroquial e na Rua do Rego, na Ericeira, no sentido de que seja reduzida a velocidade. Apelou, ainda, para a possibilidade de se proceder a um estudo no sentido de analisar a carência de lugares de estacionamento de mobilidade reduzida, nomeadamente junto das Bibliotecas da Ericeira e Mafra. Registou, também, a carência de lugares de estacionamento na Ericeira, especificamente destinados a caravanas e autocarros turísticos. -----

--- O Vereador Elísio Summavielle comentou que a falta de lugares de estacionamento para autocaravanas, evidenciada pela Associação Autocaravanista, lhe parece justa e legítima, pelo que solicitava a melhor atenção para este assunto.

Handwritten signature/initials

--- Face à Informação prestada, à planta de localização anexada à citada Informação e considerando, ainda, o circuito pedonal no Parque de Estacionamento junto à Escola Básica de Mafra, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a implantação de duas passagens de peões, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 47.º do Regulamento de Trânsito do Município de Mafra, cumprindo-se posteriormente o disposto no n.º 3 do mesmo artigo. -----

--- **3.3. IMPLEMENTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL NA AVENIDA CIDADE DE LEIMEN – MAFRA:** -----

--- Presente a Informação Interno/2014/684, datada de 21 de Janeiro do ano em curso, do Serviço de Obras por Administração Directa, sobre a qual recaiu o parecer de concordância do Chefe de Divisão de Obras e Manutenção, da mesma data (ANEXO VII). -----

--- No uso da palavra, o Vice-Presidente explicou que a alteração em apreço visa, essencialmente, suprir os constrangimentos verificados na circulação viária durante as horas de ponta da manhã e da tarde, devido ao elevado fluxo de trânsito aliado ao estacionamento de veículos em segunda fila, na Av. Cidade de Leimen, junto à Escola Secundária José Saramago, em Mafra. -----

--- Face à Informação prestada e atenta a planta anexada à citada Informação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 47.º do Regulamento de Trânsito do Município de Mafra e sem prejuízo do cumprimento do n.º 3 do mesmo artigo, autorizar a implementação, na Avenida Cidade de Leimen, de uma faixa ao longo da via, de modo a permitir a paragem de veículos para a tomada e largada de passageiros, não intercedendo com a circulação nos dois sentidos. Mais deliberou a Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 47.º do referido Regulamento, autorizar a remoção da sinalização de proibição de estacionar, com adicional "dias úteis das 8h00 às 19h00", na bolsa de estacionamento imediatamente a seguir ao portão da escola, cumprindo-se posteriormente o disposto no n.º 3 do mesmo artigo. -----

--- **III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

--- **ATENDIMENTO AO PÚBLICO:** -----

--- Quando eram dez horas e trinta minutos, interrompeu-se a reunião para se proceder ao atendimento do público, não tendo comparecido qualquer munícipe. Retomou-se a reunião para dar seguimento aos pontos da ordem do dia.-----

ACTA DA REUNIÃO DE 24.01.2014 (PÚBLICA)

--- 4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO**SOCIOECONÓMICO: -----****--- 4.1. ACTIVIDADES NA INTERRUPTÃO LECTIVA DO CARNAVAL: -----**

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2014/441, datada de 13 de Janeiro corrente, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Educação e Juventude, datado de 16 de Janeiro corrente, e da Directora do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, datado de 17 de Janeiro corrente, bem como o despacho de concordância da Vereadora Célia Batalha Fernandes, exarado em 18 de Janeiro corrente (ANEXO VIII). -----

--- A Vereadora Célia Batalha Fernandes interveio, referindo que se preconiza organizar actividades lúdico-pedagógicas para os alunos das escolas básicas do 1.º ciclo e crianças dos Jardins de Infância do Concelho, durante a interrupção lectiva do Carnaval, que decorrerá nos dias 3, 4 e 5 de Março do ano em curso. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto no artigo 14.º do Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Município de Mafra, aprovar a realização das actividades em apreço na Interrupção Lectiva do Carnaval, para os alunos das escolas básicas do 1.º ciclo e as crianças dos jardins-de-infância do Concelho de Mafra, pelo valor de inscrição de € 27,26 (vinte e sete euros e vinte e seis cêntimos). -----

--- 4.2. COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E MONITORIZAÇÃO DO PROJECTO EDUCATIVO MUNICIPAL: -----

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2014/462, datada de 13 de Janeiro corrente, sobre a qual recaíram pareceres da Chefe de Divisão de Educação e Juventude, datado de 17 de Janeiro corrente, e da Directora do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, da mesma data, bem como o despacho de concordância da Vereadora Célia Batalha Fernandes, exarado em 18 de Janeiro corrente (ANEXO IX). -----

[Handwritten signature]

--- A Vereadora Antonieta Lourenço afirmou que, à semelhança de outras situações, pelo facto de não terem sido consultados antecipadamente, se iriam abster. -----

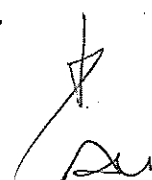
--- Face à Informação prestada, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD e do Presidente da Câmara e as abstenções dos Vereadores do Partido Socialista e do Vereador da CDU, designar como representante da Autarquia na Comissão de Acompanhamento e Monitorização do Projecto Educativo Municipal a Chefe da Divisão de Educação e Juventude, Ana Margarida Martins Infante. -----

--- 4.3. CONTRATOS DE AUTONOMIA DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E ESCOLA NÃO AGRUPADA: -----

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2014/89, datada de 13 de Janeiro corrente, instruída com as respectivas minutas dos Contratos de Autonomia dos Agrupamentos de Escolas e Escola não Agrupada, sobre a qual recaíram o parecer da Chefe de Divisão de Educação e Juventude, datado de 17 de Janeiro corrente, o parecer de concordância da Directora do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, da mesma data, bem como o despacho de concordância da Vereadora Célia Batalha Fernandes, exarado em 18 de Janeiro corrente (ANEXO X).-

--- No uso da palavra, a Vereadora Célia Batalha Fernandes acrescentou que os contratos de autonomia são celebrados entre os Agrupamentos de Escolas e as Escolas não Agrupadas, os serviços do Ministério da Educação e Ciência e outros parceiros da comunidade, através do qual se definem objectivos e se fixam as condições que viabilizam o desenvolvimento do projecto educativo, abrangendo, nomeadamente, a organização e gestão da escola, o sucesso escolar dos alunos, o combate ao abandono escolar, a formação vocacional e profissional, o desenvolvimento dos talentos, o empreendedorismo, a inovação e a excelência. -----

--- Face à Informação prestada, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD e do Presidente da Câmara, e as abstenções dos Vereadores do Partido Socialista e do Vereador da CDU, atento o n.º 1 do artigo 9.º da Portaria n.º 265/2012, de 30 de Agosto, e o Anexo à mesma Portaria, aprovar a minuta dos Contratos de Autonomia anexadas à referida Informação, a celebrar com a Direcção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE) e os Agrupamentos de Escolas/Escola Secundária José Saramago (Mafra), bem como designar a Directora do Departamento Socioeconómico, Ana Isabel de Sousa Martins, como representante da Câmara Municipal na Comissão de



ACTA DA REUNIÃO DE 24.01.2014 (PÚBLICA)

Acompanhamento. Apresentaram declaração de voto os Vereadores do Partido Socialista, referindo que o seu sentido de voto é de abstenção, atento o facto de concordarem com os contratos de autonomia e se absterem quanto à designação. --

--- AUSÊNCIA DO VICE-PRESIDENTE: -----

--- Nesta altura, ausentou-se da sala onde decorria a reunião, o Vice-Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Francisco da Silva Sardinha, para participar numa reunião no âmbito da Tratolixo. -----

--- 4.4. NOMEAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA AUTARQUIA NOS CONSELHOS GERAIS DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE MAFRA – ACTUALIZAÇÃO: -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2014/532, datada de 14 de Janeiro corrente, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Educação e Juventude, datado de 17 de Janeiro corrente, e da Directora do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, da mesma data, bem como o despacho de concordância da Vereadora Célia Batalha Fernandes, exarado em 18 de Janeiro corrente (ANEXO XI). -----

--- Face à Informação prestada, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD e do Presidente da Câmara e as abstenções dos Vereadores do Partido Socialista e do Vereador da CDU, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, na sua redacção actual, dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de Julho, conjugado com a alínea a II) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, designar os representantes da Autarquia, nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas e Escola não Agrupada, do Concelho de Mafra, de acordo com a citada Informação. -----

--- 4.5. CONTRATO EM REGIME DE COMODATO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES, ESPAÇO 1 - FRACÇÃO D - B, NO PARQUE DE SANTA MARTA, ERICEIRA, AO ERICEIRA SURF CLUB: -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2014/788, datada de 17 de Janeiro corrente, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância do Chefe de Divisão de Turismo, Cultura e Desporto e da Directora do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, da mesma data, bem como o despacho de concordância da Vereadora Aldevina Rodrigues, exarado em 21 de Janeiro corrente (ANEXO XII). -----

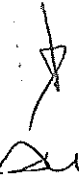
--- O Presidente da Câmara explicou que as propostas contidas nos pontos 4.5., 4.6. e 4.7. da Ordem de Trabalhos, entendidas de forma não isolada, mas agregada, se inserem num novo conceito de dinamização do Parque de Santa Marta, transformando-o num epicentro de actividades para residentes e turistas no "coração" da Ericeira. Aditou que, com a colaboração das associações locais, se pretende introduzir uma nova dinâmica de eventos para que este espaço tenha vida e seja uma continuidade da urbe da Ericeira. -----

--- O Vereador Elísio Summavielle qualificou o Parque de Santa Marta como um lugar de grande valor sentimental e com um grande potencial, lamentando que, aquando da sua requalificação, se tivessem esquecido de alguns vectores importantes de atractividade, tais como o ringue de patinagem e de futebol de salão, o arvoredado que completava a parte paisagística, os quais foram, no passado, referências para a juventude. Na sua opinião, aquele espaço devia ser revitalizado, pensando-o na sua globalidade. -----

--- Interveio, de seguida, a Vereadora Antonieta Lourenço referindo que aquele espaço é um marco na Ericeira e que, por isso, deveria ser promovido não apenas para que a sua utilização decorra na época balnear, mas durante todo o ano. Evidenciou ainda que, aquando da requalificação, se verificou uma redução da área dedicada ao parque infantil, que agora é insuficiente. -----

--- O Vereador Rogério Costa disse que o Parque de Santa Marta se tornou muito elitista. Na sua opinião, a Junta de Freguesia da Ericeira, em colaboração com a Câmara Municipal, devia ser mais activa, sugerindo que a venda ambulante sita no Largo dos Navegantes se deslocasse para dentro do referido parque, proporcionando um certo movimento. Recordou, ainda, que o antigo ringue era muito apelativo e trazia muitas pessoas para assistir aos torneios nocturnos que ali existiam. -----

--- De novo no uso da palavra, o Presidente da Câmara Municipal esclareceu que estas medidas não são avulsas, mas se incluem num programa integrado de revitalização, valorização e projecção daquele espaço e da própria Ericeira. -----



ACTA DA REUNIÃO DE 24.01.2014 (PÚBLICA)

--- Face à informação prestada e no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a minuta do Contrato em Regime de Comodato anexada à referida Informação, a celebrar entre o Município de Mafra e o Ericeira Surf Clube, visando a cedência, pelo Município, da Loja com a referência Espaço 1 - Fracção D - B, do Parque de Santa Marta, na Ericeira, para a instalação da sede do Ericeira Surf Clube e para que ali decorram actividades culturais e recreativas promovidas por esta pessoa colectiva. -----

--- 4.6. CONTRATO EM REGIME DE COMODATO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES, ESPAÇO 4 - FRACÇÃO D, NO PARQUE DE SANTA MARTA, NA ERICEIRA, AO CLUBE DE MERGULHO DA ERICEIRA: -----

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2014/789, datada de 17 de Janeiro corrente, sobre a qual recaíram pareceres de concordância do Chefe de Divisão de Turismo, Cultura e Desporto e da Directora do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, da mesma data, bem como o despacho de concordância da Vereadora Aldevina Rodrigues, exarado em 21 de Janeiro corrente (ANEXO XIII). ---

--- Face à informação prestada e no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a minuta do Contrato em Regime de Comodato anexada à referida Informação, a celebrar entre o Município de Mafra e o Clube de Mergulho da Ericeira, visando a cedência, pelo Município, da Loja com a referência Espaço 4 - Fracção D, do Parque de Santa Marta, na Ericeira, para a instalação da sede do Clube de Mergulho da Ericeira e para que ali decorram actividades culturais e recreativas promovidas por esta pessoa colectiva. -----

--- 4.7. ADENDA AO CONTRATO EM REGIME DE COMODATO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES, EDIFÍCIO ATLÂNTICO NO PARQUE DE SANTA MARTA, ERICEIRA, À FILARMÓNICA CULTURAL DA ERICEIRA: -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2014/791, datada de 17 de Janeiro corrente, sobre a qual recaíram pareceres de concordância do Chefe de Divisão de

12.

Turismo, Cultura e Desporto e da Directora do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, ambos da mesma data, bem como o despacho de concordância da Vereadora Aldevina Rodrigues, exarado em 21 de Janeiro corrente (ANEXO XIV). ---

--- Face à informação prestada e no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a minuta da Adenda ao Contrato em Regime de Comodato de cedência de instalações anexada à referida Informação, a celebrar entre o Município de Mafra e a Filarmónica Cultural da Ericeira, visando a cedência, pelo Município, de uma Sala de Exposições do Edifício Atlântico, no Parque de Santa Marta, na Ericeira, mediante disponibilidade verificada previamente à actividade pretendida por esta pessoa colectiva, e aditando, através da mesma Adenda, a obrigação da organização e realização de um mínimo de dois eventos por ano pela Filarmónica Cultural da Ericeira. -----

--- 4.8. CANDIDATURA DO CONJUNTO PALÁCIO, CONVENTO E TAPADA DE MAFRA A PATRIMÓNIO MUNDIAL DA UNESCO - COMISSÃO DE COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA: -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2014/814, datada de 17 de Janeiro corrente, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância do Chefe de Divisão de Turismo, Cultura e Desporto e da Directora do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, ambos da mesma data, bem como o despacho de concordância da Vereadora Célia Batalha Fernandes, exarado em 18 de Janeiro corrente (ANEXO XV). -----

--- No uso da palavra, o Presidente da Câmara aditou que este projecto assume interesse municipal, pelo que se pretende envolver todas as forças políticas, em sintonia, no sentido de dar um novo impulso ao processo de candidatura que é decisivo para a projecção turístico-cultural do Concelho de Mafra. Para o efeito, e depois dos contactos prévios já estabelecidos junto dos partidos políticos, propôs a criação da mencionada Comissão de Coordenação Estratégica. -----

--- Concordando que esta candidatura é absolutamente necessária, o Vereador Elísio Summavielle sugeriu que a mesma seja denominada de "Comissão Municipal de Coordenação Estratégica", considerando que o processo está também dependente do Governo e da Comissão Nacional da UNESCO. -----

--- Partilhando da sua oportunidade, o Presidente acolheu a sugestão. -----

--- O Vereador Rogério Costa congratulou-se pela constituição desta comissão e

ACTA DA REUNIÃO DE 24.01.2014 (PÚBLICA)

mencionou que o Concelho de Mafra beneficiará, em particular, da experiência do Vereador Elísio Summavielle. -----

--- Por último, o Vereador Sérgio Santos registou com agrado a iniciativa do Presidente da Câmara em convidar todas as forças políticas a participar nesta candidatura, afirmando que é esta a postura que o Partido Socialista quer e gosta de trabalhar em prol dos munícipes. -----

--- Atentos os fundamentos constantes da Informação prestada, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a criação de uma Comissão Municipal de Coordenação Estratégica da Candidatura do Conjunto Palácio, Convento e Tapada de Mafra a Património Mundial da UNESCO, bem como nomear, para o efeito, os Vereadores Célia Maria Duarte Batalha Fernandes, Elísio Costa Santos Summavielle e Rogério Monteiro da Costa. Mais deliberou dar conhecimento desta deliberação à Comissão Nacional da UNESCO. -----

--- **IV – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA:** -----

--- Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Câmara decidiu, por unanimidade, aprovar em minuta os assuntos objecto de deliberação na presente reunião, a fim de as respectivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

--- **ENCERRAMENTO:** -----

--- Quando eram doze horas e cinquenta minutos, o Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente acta que o mesmo vai assinar e que eu, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Directora de Departamento, redigi e subscrevo. -----

LISTA DE DECISÕES PROFERIDAS NO USO DE
COMPETÊNCIA DELEGADA

Considerando as competências que me foram delegadas pela deliberação camarária de 2013/10/18, anexo a relação respeitante aos despachos por mim proferidos no período de 2014/01/02 a 2014/01/15.

Mafra, 15 de Janeiro de 2014.

O Presidente da Câmara,

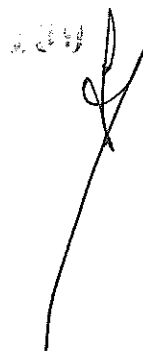


(Helder António Guerra de Sousa Silva)

PROCESSO		REQUERIMENTO			DESPACHO		REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	TIPO	NUMERO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO		
OP	1029/1999	LIC71	5426/2013	2013/12/02	2014/01/15	D - DEFERIDO O PROJECTO DE ARQUITECTURA	DOMINGOS MANUEL SIMÕES	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR GALÉS
OP	483/2005	LIC71	5479/2013	2013/12/04	2014/01/02	D - DEFERIDO O PROJECTO DE ARQUITECTURA COM CONDICIONAMENTOS	ENÍDIO MARQUES MINORÇA	LEGALIZAÇÃO DE AMPLIAÇÃO, ALTERAÇÃO E MUDANÇA DE UTILIZAÇÃO PARA ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL RUA DO BAIRRO NOVO, N.º8-IGREJA NOVA

Lista de Adjudicação de Prestações de Serviços no período compreendido entre 6 de Janeiro e 17 de Janeiro de 2014

Fornecedor	Valor (c/IVA)	Descrição da Despesa	Data do Compromisso
CORPO SALVAÇÃO PÚBLICA-BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS MAFRA-ASSOC. HUMANITÁRIA BOMBEIROS	€ 141,00	Serviço de Prevenção : presença de uma ambulância e respectiva equipa no período entre as 14:00 e as 18:00 - Jogo de Andebol: Portugal vs Bósnia	9-1-2014
BARRAQUEIRO TRANSPORTES, SA	€ 470,00	Aluguer Transporte de e para Diversos Eventos - Dias 11, 12 e 13 de Janeiro (Campeonato do Mundo Andebol)	9-1-2014
VILA GALÉ - SOCIEDADE DE EMPREENHIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.	€ 4.242,00	Estadia em hotel: (comitiva Bósnia e equipa de arbitragem - Jogo de Andebol: Portugal vs Bósnia)	9-1-2014
BE WATER, SA	€ 49,20	Trabalhos de limpeza de fossa: despejo da caixa (tanque) de retenção de resíduos (gorduras e sólidos) do Quiosque da Praça da República, em Mafra	16-1-2014

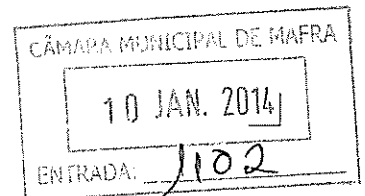




MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

EXMO. SR. PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
PRAÇA DO MUNICÍPIO
2644-001 MAFRA



Sua referência

Sua Comunicação de

Nossa Referência
AM_Saida/2014/1

Data
02-01-2014

Assunto: **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - 30 DE DEZEMBRO DE 2013.**

Para os devidos efeitos, junto se enviam fotocópias das minutas das deliberações tomadas pela Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária realizada no dia 30 de Dezembro do ano findo, sobre os seguintes assuntos:

- **COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;**
- **ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS COM INÍCIO NO ANO DE 2014;**
- **SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS – MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS – MANDATO 2013/2017;**
- **ALTERAÇÃO DO VALOR DAS SENHAS DE PRESENÇA;**
- **MAFRATLÂNTICO, VIAS RODOVIÁRIAS, EM – DISSOLUÇÃO/LIQUIDAÇÃO.;**
- **MATADOURO REGIONAL DE MAFRA, S.A. – ALIENAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE MAFRA DE PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA;**
- **PRESTAÇÃO DE CONTAS INTERCALAR – JANEIRO A 15 DE OUTUBRO DE 2013.;**
- **MANUTENÇÃO DOS PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA;**
- **ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE MAFRA.;**
- **ALTERAÇÃO DA TABELA DE TAXAS;**



Assembleia Municipal

PRAÇA DO MUNICÍPIO • 2644-001 • MAFRA
TELEF 261 810 100 • FAX 261 810 130
E-MAIL: assembleia@cm-mafra.pt
INTERNET: www.cm-mafra.pt

anexo III



MUNICÍPIO DE MAFRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
MINUTA

ACTA N.º _____

SESSÃO DE 30/12/2013

____.ª REUNIÃO DE ____/____/____

2. - ASSUNTO COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ____/____/____

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: _____

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos compromissos plurianuais, constantes do documento em anexo, ao abrigo das autorizações prévias no âmbito da Lei dos Compromissos, já concedidas pela Assembleia Municipal. -----

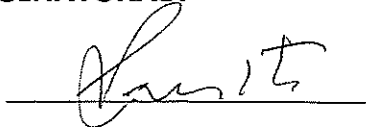
Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria. -----

Votos a Favor: 2

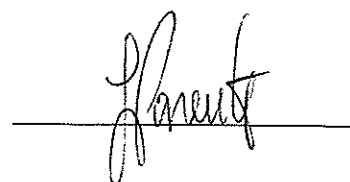
Votos Contra:

Abstenções:

ASSINATURAS:









MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º _____

SESSÃO DE 30/12/2013

____.ª REUNIÃO DE ____/____/____

3. - ASSUNTO ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS COM INÍCIO NO ANO DE 2014. -----

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ____/____/____

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: _____

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou: emitir autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais efectuados ou a efectuar desde que inscritos nas Grandes Opções do Plano ou em alterações orçamentais a aprovar pelo Executivo Municipal até 31 de Dezembro de 2014, bem como os demais constantes da listagem anexa; delegar na Câmara Municipal, com faculdade de subdelegação no respectivo Presidente, nos termos da lei geral, a aprovação quanto à assunção de compromissos plurianuais, relativos a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo, observando os limites impostos pelo regime da contratação pública.-----

--- Tomou, ainda, conhecimento que, em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal, deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da presente autorização prévia. ---

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria. -----

Votos a Favor: 23 do PSD/PSD; 1 PS

Votos Contra: 1 CDS, 1 BE

Abstenções: 8 PS; 3 CDU

ASSINATURAS:

[Assinatura] 15

[Assinatura] João Bizam

[Assinatura]



MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º _____

SESSÃO DE 30/12/2013

____.ª REUNIÃO DE ____/____/____

4. - ASSUNTO SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS - MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS - MANDATO 2013/2017. -----

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ____/____/____

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: _____

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 17.º, do Estatuto dos Eleitos Locais, aprovado pela Lei n.º 29/87, de 30 de Junho, alterada e republicada pela Lei n.º 52-A/2005, de 10 de Outubro, aprovar, em conformidade com a proposta apresentada e em anexo, o valor do seguro de acidentes pessoais dos membros do Órgão Deliberativo a saber: - Morte ou invalidez permanente: € 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros); - Subsídio diário por incapacidade temporária: € 50,00 (cinquenta euros); - Despesas de tratamento e de repatriamento: € 5.000,00 (cinco mil euros). -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria. -----

Votos a Favor: 23 PPd/PSD; 9 PS; 3 CDU; 1 BE; 1 CDS

Votos Contra: _____

Abstenções: _____

ASSINATURAS:

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]



MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º _____

SESSÃO DE 30/12/2013

____.ª REUNIÃO DE ____/____/____

5. - ASSUNTO ALTERAÇÃO DO VALOR DAS SENHAS DE PRESENÇA. -----

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ____/____/____

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: _____

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, atenta aos fundamentos constantes da proposta apresentada pelo Presidente da Assembleia Municipal, reduzir o valor das senhas de presença, dos respectivos membros, de harmonia com as reduções que eventualmente forem indexadas ao vencimento do Presidente da Câmara Municipal, com efeitos sobre o valor das senhas de presença, relativas às sessões da Assembleia Municipal que se realizem a partir de 1 de Janeiro de 2014, a saber: Presidente da Assembleia Municipal - de € 97,90 (noventa e sete euros e noventa centimos) para € 95,73 (noventa e cinco euros e setenta e três centimos). Secretários - de € 81,59 [oitenta e um euros e cinquenta e nove centimos) para € 79,77 (setenta e nove euros e setenta e sete centimos). Membros - de € 65,27 (sessenta e cinco euros e vinte e sete centimos) para € 63,82 (sessenta e três euros e oitenta e dois centimos). -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria. -----

Votos a Favor: 23 PPD/PSD; 1 PS; 1 CDS

Votos Contra: 3 CDU; 1 BE; 6 PS

Abstencões: 2 PS

ASSINATURAS:



MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º _____

SESSÃO DE 30/12/2013

____.ª REUNIÃO DE ____/____/____

6. - ASSUNTO MAFRATLÂNTICO, VIAS RODOVIÁRIAS, EM -

DISSOLUÇÃO/LIQUIDAÇÃO. -----

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ____/____/____

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: _____

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, tomou conhecimento do Relatório de Contas e do Balanço do Exercício Final apresentado pelo Liquidatário; da deliberação tomada pela Assembleia Geral da empresa Mafratlântico - Vias Rodoviárias, EM., que se encontra expressa na acta daquele órgão; da listagem sobre o estado dos processos judiciais em curso, relativos à expropriação das parcelas que visaram a construção da auto-estrada. Tomou, ainda, conhecimento da deliberação da Câmara Municipal no sentido de ser oficiada a EP - Estradas de Portugal, S.A. para que proceda ao pagamento da quantia reclamada no valor de € 4.825.713,51 (quatro milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, setecentos e treze euros e cinquenta e um cêntimos), até dia 15 de Janeiro de 2014, sob pena de, não o fazendo, e tal se traduzir na impossibilidade de se obter uma solução concertada, se recorrer à arbitragem, através da constituição de um Tribunal Arbitral, tal como previsto na cláusula 11.ª do contrato celebrado.-----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria.-----

Votos a Favor:

Votos Contra:

Abstenções:

ASSINATURAS:

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]



MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º _____

SESSÃO DE 30/12/2013

____.ª REUNIÃO DE ____/____/____

7. - ASSUNTO MATADOURO REGIONAL DE MAFRA, S.A. - ALIENAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE MAFRA DE PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA. -----

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ____/____/____

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: _____

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, nos termos do estabelecido pela Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, deliberou autorizar a alienação do capital social que o Município detém na aludida empresa, pelo valor nominal de € 16,00 (dezasseis euros) por acção detida pelo Município, representado por sete títulos de 20 000 acções cada um, de modo a que a alienação conduza, no mínimo, a uma posição minoritária por parte do Município, na citada empresa. -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Majoria. -----

Votos a Favor: 23 APD; 150; 9 PS; 1 CDS

Votos Contra: 3 CDU; 1 BE

Abstenções: _____

ASSINATURAS:

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]



MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º _____

SESSÃO DE 30/12/2013

____.ª REUNIÃO DE ____/____/____

8. - ASSUNTO PRESTAÇÃO DE CONTAS INTERCALAR – JANEIRO A 15 DE OUTUBRO DE 2013. -----

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ____/____/____

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: _____

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea I), do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, apreciou os Documentos de Prestação de Contas Intercalar, período de 1 de Janeiro a 15 de Outubro de 2013. Na sequência da referida apreciação a Assembleia Municipal votou favoravelmente os referidos documentos. -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria. -----

Votos a Favor: 23 PSD, PSD

Votos Contra: 8 PS; 3 CDU; 1 BE

Abstenções: 1 CDS; 1 PS

ASSINATURAS:

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]



MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º _____

SESSÃO DE 30/12/2013

____.ª REUNIÃO DE ____/____/____

9. - ASSUNTO MANUTENÇÃO DOS PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA. -----

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ____/____/____

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: _____

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, para os efeitos das alíneas j) e k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, manter em vigor os Protocolos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia, que constam em anexo e que se dão por integralmente reproduzidos, até à entrada em vigor dos Contratos Interadministrativos e dos Acordos de Execução, que vierem a ser oportunamente celebrados. Deliberou, ainda, consequentemente ratificar - sanar todos os actos de execução financeira que tenham sido praticados até à presente data, decorrentes dos protocolos em apreço, tendo em vista acautelar-se o princípio da legalidade da despesa. -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria -----

Votos a Favor: ...23 PSD/PSD; 9 IS; 1 BE; 1 COS; 3 CDU.....

Votos Contra: -----

Abstenções: -----

ASSINATURAS:



MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º _____

SESSÃO DE 30/12/2013

____.ª REUNIÃO DE ____/____/____

10. - ASSUNTO ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE MAFRA. -----

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ____/____/____

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: _____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, em conformidade com a documentação anexa, aprovar: 1) Nos termos da alínea m), do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º, ambos, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugadas com a disposição contida no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, a adequação da estrutura nuclear (cuja composição e respectivas competências constam do Anexo I) e a definição do número máximo de unidades orgânicas flexíveis de 10 e de subunidades orgânicas de 15, mantendo o modelo de estrutura hierarquizada; 2) Nos termos do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, a manutenção da atribuição de despesas de representação aos titulares dos cargos de direcção intermédia de 1.º e 2.º graus da Câmara Municipal de Mafra, nos montantes fixados conforme previsão do n.º 1 do mesmo articulado.* -----

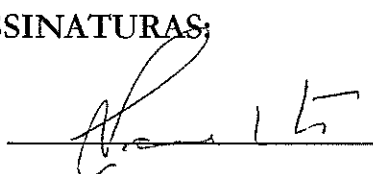
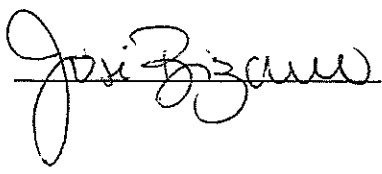

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria. -----

Votos a Favor: 23 PSD; 1 PSD. -----

Votos Contra: 8 PS; 1 BE; 3 CDU. -----

Abstenções: 1 CDS; 1 PS. -----

ASSINATURAS:



MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º _____

SESSÃO DE 30/12/2013

____.ª REUNIÃO DE ____/____/____

11. - ASSUNTO **ALTERAÇÃO DA TABELA DE TAXAS.** -----

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ____/____/____

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: _____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar a alteração das taxas constantes da proposta em apreço, conforme documentos em anexo.* -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria. -----

Votos a Favor: 23 PSD; 8 PS; 1 BE

Votos Contra: _____

Abstenções: 1 CDS; 3 CDU

ASSINATURAS:



MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º _____

SESSÃO DE 30/12/2013

____.ª REUNIÃO DE ____/____/____

12. - ASSUNTO EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO – ANO DE 2014. -----

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ____/____/____

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: _____

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro aprovar a contratação de um ou mais empréstimos de curto prazo, durante o ano de 2014, até ao montante de 1.900.000,00€ (um milhão e novecentos mil euros), concedendo poderes ao Presidente da Câmara Municipal para efectuar a negociação e outorga dos mesmos, conforme documentação em anexo. -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria. -----

Votos a Favor: 23 PSD/PSD

Votos Contra: 1 CDS; 1 BE; 3 CDU

Abstencões: 9 PS

ASSINATURAS:

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]



MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º _____

SESSÃO DE 30/12/2013

____.ª REUNIÃO DE ____/____/____

13. - ASSUNTO **DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2014.** -----

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ____/____/____

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: _____

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, deliberou, aprovar os Documentos Previsionais - Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano para o ano de 2014, cujo valor total é de €65.451.240,00 (sessenta e cinco milhões quatrocentos e cinquenta e um mil, duzentos e quarenta euros), correspondendo as Grandes Opções do Plano a € 42.985.120,00 (quarenta e dois milhões novecentos e oitenta e cinco mil e cento e vinte euros), sendo do Plano Plurianual de Investimentos €23.506.505,00 (vinte e três milhões quinhentos e seis mil e quinhentos e cinco euros) e do Plano de Actividades Municipal o valor de €19.478.615,00 (dezanove milhões quatrocentos e setenta e oito mil e seiscentos e quinze euros), conforme documentação em anexo. -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria. -----

Votos a Favor: 23 PP; 15 D

Votos Contra: 3 CDU; 1 COS; 1 BE; 8 PS

Abstenções: 1 PS

ASSINATURAS:

[Assinatura] José Bizarro [Assinatura]



MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º _____

SESSÃO DE 30/12/2013

____.ª REUNIÃO DE ____/____/____

14. - ASSUNTO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2014. -----

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/
PROPOSTA DE ____/____/____

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: _____

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2014, nos termos das disposições conjugadas da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, em conformidade com a documentação em anexo. -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria. -----

Votos a Favor: 23 PSD; 3 PS; 3 CDU

Votos Contra: _____

Abstenções: 1 CDS; 1 BE; 6 PS

ASSINATURAS:

[Assinatura]

[Assinatura]

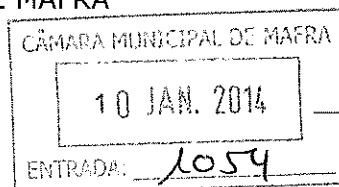
[Assinatura]



MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

EXMO. SR. PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
PRAÇA DO MUNICÍPIO
2644-001 MAFRA



Sua referência

Sua Comunicação de

Nossa Referência
AM_Saida/2014/2

Data
02-01-2014

Assunto: **SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – 30 DE DEZEMBRO DE 2013 -
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO - JORGE MANUEL ROCHA - POLUIÇÃO NA
RIBEIRA DA LAPA - VENDA DO PINHEIRO**

Para os devidos efeitos informo V.Exa., que esteve presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 30 de Dezembro do ano findo, o Senhor Jorge Manuel Rocha, morador na Praceta da Lapa, 5 - Venda do Pinheiro.

O Múncipe em causa interveio para denunciar a existência de poluição na Ribeira da Lapa, na Freguesia da Venda do Pinheiro, o que no entender do mesmo provoca um atentado à saúde pública.

Mencionou, ainda, as diversas diligências efectuadas, referindo, inclusive, que já na sessão do dia 27 de Junho de 2013, deste órgão deliberativo, tinha estado presente e abordado esta situação.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Assembleia Municipal,



(José Alves Bizarro Duarte)



Assembleia Municipal

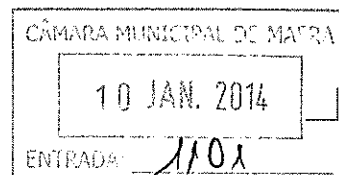
PRAÇA DO MUNICÍPIO • 2644-001 • MAFRA
TELEF 261 810 100 • FAX 261 810 130
E-MAIL: assembleia@cm-mafra.pt
INTERNET: www.cm-mafra.pt



MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

EXMO. SR. PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
PRAÇA DO MUNICÍPIO
2644-001 MAFRA



Sua referência

Sua Comunicação de

Nossa Referência
AM_Saida/2014/5

Data
06-01-2014

Assunto: **SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013 - APROVAÇÃO DE ASSUNTOS**

Para os devidos efeitos informa-se que esta Assembleia Municipal em sua sessão ordinária realizada no dia 30 de Dezembro de 2013, deliberou aprovar os seguintes assuntos, conforme documentos anexos:

- Voto de pesar pelo falecimento do Escultor Senhor Domingos de Castro Gentil Soares Branco;
- Voto de pesar pelo falecimento do Senhor Manuel de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel de Alcaíça de 1986 a 2009;
- Moção apresentada pelo Grupo Municipal PPD/PSD, sobre "Instalação do Museu da Música em Mafra";
- Moção apresentada pela Deputada Municipal, Dra. Isilda Pegado, sobre aplicação da Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Assembleia Municipal,

(José Alves Bizarro Duarte)



Assembleia Municipal

PRAÇA DO MUNICÍPIO • 2644-001 • MAFRA
TELEF 261 810 100 • FAX 261 810 130
E-MAIL: assembleia@cm-mafra.pt
INTERNET: www.cm-mafra.pt

23 PPD/PSD, 9 PS, 3 CDU, 1 CDS e 1 B

José Bizano
30/12/2013

VOTO DE PESAR

No dia 4 de Dezembro p.p., faleceu o escultor **Domingos de Castro Gentil Soares Branco**, cuja obra é conhecida e reconhecida a nível nacional e internacional.

O Mestre Soares Branco, Mafrense de coração, doou parte do seu vastíssimo espólio a Mafra e, nas últimas décadas, aqui colaborou em acções de índole cultural, com grande empenho e dedicação.

Para além do espólio da Oficina-Museu Soares Branco, Mafra conta com várias outras obras de arte do Mestre, no espaço público e privado.

O Gosto pela escultura próprio deste concelho, a que por certo não é alheia a escola de escultura que emergiu da construção do Convento e é patente na nossa popular olaria, contou nas últimas décadas com o homem e Mestre que para além de Professor Catedrático no Curso de Escultura da Escola de Belas Artes de Lisboa, foi medalhista, pintor e escultor de grande versatilidade e que enobreceu aquela cultura.

O Mestre Soares Branco mostrou na sua obra um olhar atento pelo **Transcendente**, sendo que é precisamente o espólio da escultura religiosa aquele que doou a Mafra.

Nesta hora da partida e do luto cabe-nos, agradecer o quanto recebemos deste grande Mestre.

Cabe-nos, pedir para que encontre agora a Beleza plena que tanto buscou;

E, apresentamos à família enlutada as nossas sentidas condolências.

A Assembleia Municipal de Mafra apresenta assim o presente **Voto de pesar** que após aprovação, se pede, seja enviada à família.

Assembleia Municipal de Mafra, 30 de Dezembro de 2013

VOTO DE PESAR

José Bizama
30/12/2013

Faleceu, no dia 27 de Novembro, o Sr. Presidente **Manuel de Oliveira**. Permitam-me que o trate deste modo, por ser assim que popularmente era conhecido na sua **freguesia da Alcainça**.

Foi um dos grandes obreiros da elevação de Alcainça à condição de Freguesia (11 de Julho de 1985). De que muito se orgulhava. Foi o seu primeiro Presidente de Junta.

Manuel de Oliveira desde cedo foi um homem cívico no mais nobre sentido da palavra. Interessava-se pelo próximo, apoiava e respondia a cada dificuldade presente. Granjeou estima e amizade na sua freguesia, a que não é alheio a sua eleição como presidente de Junta de Freguesia de Alcainça por 6 mandatos, cargo que exerceu de 1986 a 2009.

Nesta Assembleia Municipal tomou sempre lugar na defesa daqueles que lhe estavam confiados, mas também em prol do Bem-Comum.

Nas últimas décadas Alcainça mudou muito. Cresceu e gerou novas realidades sociológicas, e o Presidente Manuel de Oliveira lá estava atento e eficaz. Soube abraçar os novos desafios.

Foi uma vida de dever cumprido. Um autarca.

À família enlutada as nossas sentidas condolências.

A Assembleia Municipal de Mafra apresenta assim o presente **Voto de pesar** que após aprovação, se pede seja enviada à família de Manuel de Oliveira.

Assembleia Municipal de Mafra, 30 de Dezembro de 2013



GRUPO MUNICIPAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

não numa perspectiva de criação de novas estruturas mas no sentido de otimizar os recursos existentes, valorizando a conservação, a investigação e a interacção com o público”.

- A sustentabilidade financeira das iniciativas no sector cultura, e em particular dos Museus, passa não só pelo encontrar de mecanismos financeiros para a criação dos espaços, mas essencialmente, pela análise criteriosa da sua sustentação em termos de receitas próprias futuras, sendo aqui fundamental as receitas provenientes dos visitantes, onde a localização e envolvente do novo Museu será um factor primordial.

Assim, face ao supracitado, o Grupo Municipal do PPD/PSD, na Assembleia Municipal de Mafra, submete à votação da digníssima Assembleia a seguinte moção:

A Assembleia Municipal de Mafra, reunida a 30 de Dezembro de 2013, vem por este meio expressar a sua posição face á intenção anunciada de transferência do Museu da Música para a Vila de Mafra:

- 1. Registrar com enorme satisfação a oportunidade de instalação em Mafra do Museu da Música, como uma indubitável mais-valia para o Município, para a Região e para o País;**

O Palácio Nacional de Mafra, atendendo ao espaço aí disponível e à vocação de Mafra para a Música, complementando o conjunto único no mundo de 6 órgãos e dois carrilhões, enquadra-se na estrutura Museológica, sob Tutela da Secretaria de Estado da Cultura, que actualmente dispõe de espaço e condições adequadas para a instalação do Museu da Música, sem que isso represente encargos financeiros avultados, em obras de requalificação, ampliação ou remodelação, podendo inclusivamente tirar partido de sinergias e serviços administrativos já existentes;

- 2. Apoiar, no âmbito das competências desta Assembleia, as iniciativas que venham a ser diligenciadas pelo executivo municipal, no sentido de disponibilizar os espaços sobre administração da Câmara Municipal, tidos por convenientes pela Secretaria de Estado da Cultura, para a instalação do referido Museu;**
- 3. Reiterar a importância do conjunto do “Real Monumento de Mafra” (Palácio/Convento; Tapada Nacional e Jardim do Cerco), que saíria assim mais valorizado para a efectivação da candidatura a Património Mundial da UNESCO, com a incorporação no seu espaço do Museu da Música, com “uma das mais ricas colecções instrumentais da Europa”;**
- 4. Manifestar a preocupação desta Assembleia, pelo actual estado de conservação dos Carrilhões, que uma vez recuperados, passarão a ser um activo complementar importante para a atractividade do Museu da Musica, pelas suas características únicas.**

Assembleia Municipal de Mafra, 30 de Dezembro de 2013

O Grupo Municipal do PPD/PSD

(Bruno Alexandre Lourenço Ribeiro)



INSTALAÇÃO DO MUSEU DA MÚSICA EM MAFRA

Perante o anúncio público, por Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura, no passado dia 03 de Dezembro, de que tinha dado indicações à Direcção Geral do Património, para o estudo da transferência do Museu da Música para Mafra, entende o Grupo Municipal do PPD/PSD que este assunto merece o apoio incondicional desta Assembleia, e nesse sentido apresenta a seguinte moção:

Considerando que:

- O Museu da Música (MM) é uma instituição de âmbito Nacional, tutelado pela Secretaria de Estado da Cultura através do Instituto dos Museus e da Conservação e integra a Rede Portuguesa de Museus.
- O MM está instalado desde 1994 em Lisboa, em dois pisos de um espaço (2000 m²) adaptado para o efeito, na estação de metropolitano Alto dos Moinhos, suportado por um protocolo assinado em 01 de Outubro de 1993, ao abrigo da lei do mecenato, entre o Instituto Português de Museus (actual Instituto dos Museus e da Conservação) e o Metropolitano de Lisboa.
- O referido protocolo foi estabelecido por um período de 20 anos, que foi prorrogado por mais dois anos, o que significa que o mesmo termina em Outubro de 2015 pelo que, até lá, será necessário encontrar um novo espaço para a instalação do MM e do arquivo sonoro, com as condições e a dignidade que os mesmos merecem.
- Se verificou, nos últimos anos, um crescimento exponencial do MM sobretudo com a incorporação de inúmeros espécimes organológicos, fonográficos e gráfico.
- Estes dois factores (terminus do protocolo e aumento acervo) reflectem a necessidade de melhoria das capacidades do MM, ao qual compete a valorização, quer sob o ponto de vista das suas instalações quer do seu próprio desempenho como instrumento de serviço público, com consistência científica de preservação, estudo, interpretação e divulgação dos seus valores patrimoniais e perspectiva de investimento de meios financeiros e humanos que garanta maior sustentabilidade.
- A criação de uma entidade que congregasse a acção de conservação de acervo musicológico e a acção de recuperação de peças históricas e da sua incorporação, procedendo simultaneamente ao seu tratamento técnico e à sua valorização torna-se cada vez mais premente. Sendo esta uma área em que o Palácio Nacional de Mafra se tem destacado, como é exemplo o restauro do conjunto dos 6 órgãos da Basilica, e cujo Mestre Organeiro Dinarte Machado, residente no concelho, é o seu obreiro.
- O Palácio Nacional de Mafra, através das diferentes iniciativas que tem realizado ao longo dos anos, tornou-se numa referência nacional e internacional para os "amantes da música", como comprovam as enormes afluências aos diferentes tipos de eventos musicais que constam na sua programação.

Tendo ainda presente que:

- Nos termos constantes do Programa do XIX Governo Constitucional, na área da Cultura e em especial no Património se assume que "No difícil período que atravessamos o governo abordará a rede nacional de Museus

34 votos a favor: 23 PPD/PSD, 9 PS, 1 BE, 1 CDS

3 abstenções: CDU

MOÇÃO

(Domínio Público Hídrico)

Aprovado por maioria

José Bizama
30/12/2013

Considerando:

1. Que, em 2005 foi publicada a Lei 54/2005 que fixou (entre outros aspectos) a titularidade dos bens adjacentes ao **Domínio Público Hídrico** estatuinto, entre outros aspectos, que pertence ao **Estado** a faixa de terreno adjacente à orla costeira marítima uma extensão de 50 metros a partir da crista da arriba.

2. Que, o Concelho de Mafra tem uma extensa costa marítima onde é de mencionar os núcleos urbanos (Vila da Ericeira e aldeias) existentes desde tempos imemoriais, cujos prédios são propriedade de particulares, legítima e legal adquiridos sem quaisquer ónus. Assim como prédios rústicos de cultivo, que nos anos 40 o cadastro reconheceu a titularidade aos particulares.

3. Que, por virtude do art. 15.º daquela Lei 54/2005, se os particulares não justificarem em acção judicial o seu direito de propriedade desde (pelo menos) 1864 ou 1868 tais bens são definitivamente considerados propriedade do Estado. O que se traduz num verdadeiro esbulho legalista.

4. Que, tal Lei tem gerado, como é normal, grande perturbação social, nomeadamente na vila da Ericeira, e em muitas outras regiões do País. E, também assim, a Comunicação Social tem feito eco da injusta Lei.

Jo

5. Que, tal facto levou já a actual Assembleia da República a aprovar a Lei 78/2013 que prorroga o prazo que inicialmente era até 1 de Janeiro de 2014 e que passou agora para 1 de Julho de 2014 para, neste prazo, os proprietários apresentarem a acção em tribunal. Prevendo-se também no art. 2.º desta Lei a alteração das exigências legais de justificação do direito de propriedade.

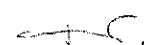
6. Que, para prova desses direitos de propriedade a lei exige documentos (judiciais, notariais ou registrais) com mais de 150 anos, que são **impossíveis, repito - impossíveis** de obter por diversas razões – não existia registo obrigatório, os processos judiciais desapareceram, não se fazia escritura de partilha, a desconformidade das antigas com as actuais matrizes, etc.

7. Que, a própria Lei 78/2013 estabelece a necessidade de revisão dos critérios para definição do domínio público e privado, reconhecendo desde já o erro da Lei 54/2005.

Considerando ainda,

8. Que, o Sr. **Presidente da Câmara Municipal** que é também **Vice-Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa**, enquanto tal, ali apresentou no passado dia 19 de Dezembro a proposta 15/CML/2013, na qual se alerta de forma clara, científica e ponderada para o erro da Lei 54/2005 e da injustiça e inconstitucional solução legal que ali está consagrada (cuja cópia se anexa).

9. Que, tal proposta do nosso Presidente foi aprovada por **unanimidade** e assim com os votos favoráveis dos municípios de



Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira.

10. Que, o **poder autárquico** exercido na defesa do Bem-Comum, do Estado de Direito, do respeito pelos Direitos Fundamentais, deve denunciar junto do poder central leis injustas e iníquas e exigir a sua revogação/alteração.

11. Que, a defesa e protecção da Orla Costeira e do domínio público hídrico é uma preocupação civilizacional que abraçamos totalmente mas, que tal preocupação não pode levar ao esbulho de bens de particulares, de instituições e até das autarquias, legitimamente adquiridos.

Assim propomos que:

A Assembleia Municipal de Mafra recomende à **Assembleia da República**:

1.º) A alteração e revisão da Lei 54/2005 no que tange com a definição do domínio público hídrico e o respeito pelo direito de propriedade dos particulares;

2.º) Que seja reconhecido que os terrenos tradicionalmente ocupados junto à crista das arribas alcantiladas e bem assim os terrenos inseridos em núcleos urbanos consolidados, constituem propriedade privada;

3.º) Que seja o Estado, nos casos em que tal se justifique, a fazer prova da pertença de qualquer imóvel ao domínio público.

4.º) Ou, caso assim se não entenda, a prova a produzir pelos particulares, no âmbito de um qualquer processo administrativo ou judicial seja: - Simples,

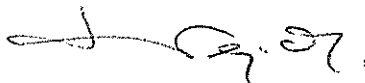
- Limitada no tempo (nunca mais de 30 anos para trás);

- Sem custas;
- E concedido um prazo alargado, sempre mais de 10 anos após aprovação do novo regime legal, para fazer essa prova.

Mais se propõe que a presente **Moção**, após aprovação, seja remetida à **Presidente da Assembleia da República**, a todos os **Grupos Parlamentares** e ainda ao **Ministério do Ambiente**.

Mafra, 30 de Dezembro de 2013

A Deputada Municipal,



Isilda Pegado

Aprovada por unanimidade, com as alterações propostas, com 17 voto(s) a favor do(s) município(s) de Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra, Vila Franca de Xira, representando 2.344.401 eleitores da Área Metropolitana de Lisboa, ou seja, 97,53%.

Lisboa, 19 de dezembro de 2013

PROPOSTA Nº 15/CML/2013

[Posição Conjunta dos Municípios da AML sobre o Domínio Público Hídrico]

Considerando que:

- A - A Lei nº 54/2005, de 15 de Novembro (estabelece a titularidade dos recursos hídricos), alterada pela Lei nº 78/2013, de 21 de Novembro, determina no nº 1 do seu artigo 15º que quem pretender obter o reconhecimento da sua propriedade sobre parcelas de leitos ou margens das águas do mar ou de quaisquer águas navegáveis ou flutuáveis pode obter esse reconhecimento desde que intente a correspondente ação judicial até 01.07.2014;
- B - Nunca o Estado cuidou de inventariar e registar os terrenos que integraram o seu domínio e nem o facto de a isso estar obrigado desde 2005, por força do estatuído no nº 1 do artigo 20º da Lei nº 54/2005, de 15 de Novembro o levou a executar essa tarefa, colocando-se, assim, na posição de incumpridor da lei;
- C - Nem sequer o Estado impôs aos Notários e aos Conservadores de Registo Predial, ao longo de 150 anos, que estes alertassem os particulares intervenientes em contratos que tinham por objecto aquelas parcelas, sobre a eventual nulidade de tais negócios;
- D - Todos os particulares que desde há mais de 100 anos adquiriram essas parcelas estão de boa-fé na sua condição de proprietários;

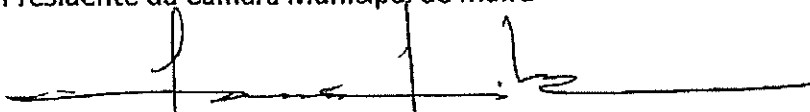
julho de 2014, definindo-se os requisitos e prazos necessários para a obtenção do reconhecimento de propriedade sobre parcelas de leitos ou margens das águas de mar ou de quaisquer águas navegáveis ou flutuáveis.

Tenho a honra de propor que o Conselho Metropolitano de Lisboa delibere, ao abrigo do disposto na alínea h) do nº 1 do artigo 71º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro:

1. Exortar a Assembleia da República a alterar, nos termos previstos no artigo 2º da Lei nº 78/2013, de 21 de novembro, a Lei nº 54/2005, de 15 de novembro, no sentido de simplificar os requisitos necessários para os particulares requererem a obtenção do reconhecimento de propriedade sobre parcelas de leitos ou margens das águas de mar ou de quaisquer águas navegáveis ou flutuáveis, garantindo o respeito pelas situações jurídicas consolidadas sem anormais encargos para os interessados, acometendo ao Estado o ónus de provar que em qualquer momento, o domínio público foi afetado por acto ou conduta ilícita, sem prejuízo no disposto nos Planos de Ordenamento do Território em vigor.
2. Que desta deliberação se dê conhecimento à Senhora Presidente da Assembleia da República, a todos os Grupos Parlamentares e ao Ministério do Ambiente.

Lisboa, 16 de dezembro de 2013

O Vice-Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa
e Presidente da Câmara Municipal de Mafra



Hélder Sousa e Silva

PARECER

Concordo. Propõe-se que o assunto
seja reunido à reunião
do Órgão Executivo.
[Assinatura]

2014./01./20...

O(A) Vereador(a),

Concordo com o presente parecer, propondo que o assunto seja reunido ao Órgão Executivo para decidir.

15./01./2014

O(A) Director(a) de Departamento

Exma Sra Directora

Atendendo ao exposto na presente informação, propõe-se que o assunto seja submetido ao Org. Executivo a aprovação do Indeterminado

15/01/2014 À Consideração Superior

O(A) Chefe de Divisão

[Assinatura]

DESPACHO

A reunião

21/01/14

O Presidente da Câmara,

[Assinatura]

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2014/581

ASSUNTO: Alargamento do horário de funcionamento do estabelecimento "TUBE ERICEIRA BAR" na Ericeira - término do período de audiência do interessado

Face ao projecto de decisão de indeferimento deliberado em reunião de Câmara de 13/12/2013, relativo ao pedido de alargamento do horário de funcionamento do estabelecimento "TUBE ERICEIRA BAR" até às 03:00h, e tendo sido o interessado notificado para no prazo de 10 dias úteis se pronunciar por escrito sobre o citado projecto de decisão, informa-se que o mesmo nada proferiu dentro do referido prazo.

Pelo acima exposto, e de acordo com o artigo 107.º do Código de Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11, na sua redacção vigente, propõe-se que a Câmara Municipal delibere sobre a decisão final da pretensão solicitada.

2014.01.15

À Consideração Superior.

A Assistente Técnica,

[Assinatura]
Sónia Jorge

Propõe-se que a Câmara Municipal,
delibere o indeferimento da
pretensão solicitada. À consideração
superior. *[Assinatura]*

PARECER

O Vice Presidente

(Joaquim sardinha)

X

Bruno Miranda
Director de Departamento

DESPACHO

A reunião

21, 01, 14

O Presidente da Câmara,

Helder Sousa Silva
(Helder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2014/920

ASSUNTO: Relação de Preços Unitários a praticar pela GIATUL, EM-SA, nos trabalhos solicitados pela Câmara Municipal de Mafra

No âmbito das actividades da GIATUL, EM-SA, envia-se para apreciação e tomada de decisão superior a relação de preços unitários apresentada por esta empresa municipal, a aplicar aos trabalhos solicitados pela Câmara Municipal de Mafra. Tomando por base a análise efectuada aos referidos preços unitários, verifica-se que os mesmos estão em condições de serem aceites, dado estarem coerentes com o mercado.

À Consideração Superior

Mafra, 21 de Janeiro de 2014

X

António Fernandes
Chefe de Divisão

AF/CA

Exmº. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Mafra
Praça do Município

2644-001 MAFRA

Sua referência

Sua Comunicação de

Nossa Referência

DATA

2014-01-21

Assunto: Proposta de Preços Unitários de Protocolo para 2014

Para os devidos efeitos, junto envio Proposta de Preços de Protocolo para 2014, aprovados por unanimidade, na reunião do Conselho de Administração de 10.01.2014.

Com os melhores cumprimentos

O Director Geral,



Manuel Luís Castelo

1. Tomei conhecimento
2. Preparar o processo
Assinatura de Câmara
21.01.14

DESCRIÇÃO	Un	GIATUL 2014
1 TRABALHOS PREPARATÓRIOS		
1.1 Ceifa de ervas manual ou mecânica (por cada um dos lados das estradas).	Km	200,00 €
1.2 Aplicação de monda química na zona urbana do concelho de Mafra (com produtos certificados, tipo spator ou equivalente).	m2	0,25 €
1.3 Limpeza urbana com varredouras mecânicas ligeira MATHIE AZURA.	m2	0,02 €
1.4 Limpeza urbana com varredouras mecânicas pesada RAVO.	m2	0,014 €
1.5 Limpeza, regularização e reperfilamento de valetas, incluindo carga, transporte e colocação em vazadouro dos produtos sobrantes e eventual indemnização por depósito.	Km	120,00 €
1.6 Desmatização, incluindo derrube de árvores, desenraizamento, limpeza do terreno, carga, transporte e colocação dos produtos em vazadouro e eventual indemnização por depósito.	m2	2,25 €
1.7 Decapagem de terra vegetal com 0,20 a 0,50) de espessura média e a sua colocação em vazadouro ou depósito provisório para posterior utilização, incluindo carga, transporte e protecção.	m3	2,33 €
1.8 Desenraizamento de arbustos, limpeza, corte e remoção para zona de depósito provisório em zona escolhida.	un	7,62 €
1.9 Desenraizamento de árvores, limpeza, corte e remoção para zona de depósito provisório em zona escolhida.	un	37,07 €
1.10 Corte de árvores de médio porte, incluindo remoção a vazadouro, ou queima dos produtos.	un	48,71 €
1.11 Corte de árvores de elevado porte, incluindo remoção a vazadouro, ou queima dos produtos.	un	170,92 €
1.12 Limpeza e desmatização de zonas já plantadas com árvores.	m2	2,50 €
1.13 Desprega, limpeza e remoção de lixos e entulhos, da zona a plantar, incluindo meios mecânicos e manuais).	m2	0,70 €
1.14 Desprega, limpeza, mobilização, modelação e nivelamento do terreno, para aplicação de terra vegetal fertilizada, antecedendo a plantação das espécies vegetais.	m2	3,25 €
1.15 Modelação geral do terreno a plantar, incluindo topografia na implantação dos arranjos exteriores.	m2	2,25 €
1.16 Fertilização, incluindo espalhamento de terra fertilizada com cobertura de 0,15 m de espessura.	m2	3,50 €
1.17 Fornecimento e colocação de relva em tapete, incluindo fertilização e todos os trabalhos necessários.	m2	9,00 €
1.18 Fornecimento de sementeira de relva, incluindo fertilização e todos os materiais e trabalhos necessários.	m2	2,02 €
1.19 Corte de relva e limpezas diversas.	m2	1,00 €
1.20 Fornecimento e espalhamento de terra fertilizada.	m3	23,50 €
1.21 Fornecimento e espalhamento de estrume de cavalo.	m3	23,17 €

DESCRIÇÃO	Un	GIATUL 2014
1.22 Fornecimento e colocação de camada de 0,05m de casca de pinheiro do tipo "Carmo Mulch" com 0-0,05m de granulometria.	m3	50,00 €
1.23 Conservação de bermas mecanicamente, com apoio manual.	km	120,00 €
1.24 Conservação de bermas mecanicamente, com apoio manual e conservação de valetas e aquedutos (por cada um dos lados das estradas).	km	240,00 €
1.25 Conservação de valetas manualmente.	km	277,89 €
1.26 Conservação de valetas mecanicamente.	km	110,00 €
1.27 Limpeza de aquedutos existentes.	ml	15,00 €
1.28 Limpeza de sumidouros.	Un	29,00 €
2 DEMOLIÇÕES		
2.1 Demolição de construções, muros e outros, incluindo carga, transporte e colocação dos produtos em vazadouro, e eventual indemnização por depósito.	m2	7,58 €
2.2 Demolição de aquedutos em pedra de alvenaria ou em manilhas de betão, incluindo reposição das infraestruturas existentes, remoção e transporte para vazadouro dos produtos sobrantes.	ml	66,97 €
3 MOVIMENTO DE TERRAS		
3.1 Escavação com meios mecânicos (lâmina, balde ou ripper) em rocha branda.	m3	6,50 €
3.2 Escavação para edifícios, sapatas de muros e outros, em terreno de qualquer natureza, incluindo baldeação, entivação, rebaixamento do nível freático quando necessários, bem como o transporte dos produtos escavados sobrantes a vazadouro e todos os trabalhos necessários.	m3	14,95 €
3.3 Desmonte de rocha com a utilização de martelos pneumáticos, incluindo a sua remoção para vazadouro.	m3	30,00 €
3.4 Escavação em terreno de qualquer natureza para abertura de caixa.	m3	6,52 €
3.5 Regularização de camada final do aterro para formação de pendentes / modelação de áreas confinantes com as estradas.	m2	1,30 €
3.6 Aterro, rega e compactação com terras provenientes da escavação ou de empréstimo.	m3	4,80 €
3.7 Transporte e colocação em aterro (na zona da obra) dos materiais provenientes da escavação.	m3	2,00 €
3.8 Regularização de taludes de escavação.	m2	0,28 €
3.9 Regularização de taludes de aterro.	m2	0,25 €
3.10 Remoção dos materiais escavados considerando um empolamento de 25%.	m3	0,82 €
3.11 Transporte dos materiais sobrantes a vazadouro, da livre escolha e responsabilidade do empreiteiro.	m3	6,50 €
4 PAVIMENTOS E DRENAGENS EXTERIORES		

PROPOSTA DE PREÇOS PARA 2014

DESCRIÇÃO	Un	GIATUL 2014
4.1 Fornecimento e aplicação de manta geotextil de 190 gr./m2, envolvendo a camada drenante.	m2	3,50 €
4.2 Fornecimento e aplicação de manga plástica de PVC 300 g/m2 sob a camada drenante.	m2	1,10 €
4.3 Fornecimento e aplicação de membrana drenante/isolante sob a camada drenante.	m2	4,00 €
4.4 Camada Drenante:		
4.4.1 Fornecimento de materiais britados ou obtidos por crivagem, mistura ou composição de materiais naturais.	m3	15,43 €
4.4.2 Fornecimento e montagem de sistema de contenção de barreiras/taludes com Gabions, com 3x1x1, em arame galvanizado Ø 2,5 mm, em malha hexagonal dupla torção, tipo 8x10/2,7 mm, incluindo escavação, remoção dos materiais da escavação a vazadouro e enroncamento de pedra de calcário.	m3	60,00 €
4.4.3 Fornecimento e montagem de sistema de contenção de barreiras/taludes com colchão Reno, com 3x2x0,30, com tampa, em arame galvanizado Ø 2,5 mm, em malha hexagonal dupla torção, tipo 6x8/2,2 mm, incluindo escavação, remoção dos materiais da escavação a vazadouro e enroncamento de pedra de calcário.	m3	65,40 €
4.4.4 Construção de muralhas de contenção de terras, com blocos de pedra de grandes dimensões, incluindo fornecimento de pedras, movimento de terras, aterros e todos os trabalhos complementares.	m2	95,00 €
4.4.5 Em revestimento de taludes, incluindo hidrosementeira, fibras, cola e desbloqueador.	m2	1,60 €
5 DRENAGEM		
5.1 Escavação para abertura de valas para implantação de colectores, condutas, ramais e caixas, incluindo sobre largura em:		
5.1.1 Em Terra branda.	m3	7,00 €
5.1.2 Em Rocha branda ou em qualquer tipo de terreno.	m3	14,00 €
5.1.3 Em Rocha dura.	m3	23,00 €
5.2 Execução de perfuração horizontal dirigida , incluindo todos os trabalhos:		
5.2.1 até Ø 160 mm.	ml	250,00 €
5.2.2 em Ø 250 mm	ml	331,00 €
5.3 Aterro manual, batido por camadas inferiores a 0,20m de altura, em almofada de assentamento, após regularização e compactação do leito, camada de protecção da tubagem em areia ou quando aprovado pela fiscalização, em terra limpa (isenta de torrões, raízes e pedras) compactada, até atingir compactação superior a 85% do ensaio Proctor Normal, considerando um recalque de 25%.	m3	15,50 €
5.4 Aterro de valas com produto de escavação, isento de pedras ou outros materiais de dimensão superior a 0,10m, incluindo rega e compactação manual ou mecânica, por camadas não superiores a 0,20m de espessura.	m3	4,80 €

DESCRIÇÃO	Un	GIATUL 2014
5.5 Fornecimento e transporte de terras de empréstimo para aterro, isento de pedras ou outros materiais de dimensão superior a 0.10m.	m3	8,00 €
5.6 Transporte dos materiais sobrantes a vazadouro, da livre escolha e responsabilidade do empreiteiro.	m3	6,50 €
6 DRENAGEM PLUVIAL		
6.1 Execução de valetas triangulares de pé de talude ou crista de escavação, em betão, com 0,60/0,80 m de largura incluindo escavação e todos os trabalhos necessários.	ml	20,00 €
6.2 Execução de valeta triangular em terra.	ml	2,30 €
6.3 Execução de valetas com meias manilhas de betão, incluindo todo o movimento de terras e acabamento das juntas :		
6.3.1 Ø 200 mm	ml	11,50 €
6.3.2 Ø 250 mm	ml	13,00 €
6.3.2 Ø 300 mm	ml	14,00 €
6.3.2 Ø 400 mm	ml	15,50 €
6.3.3 Ø 500 mm	ml	20,00 €
6.3.4 Ø 600 mm	ml	24,00 €
6.3.5 Ø 800 mm	ml	40,00 €
6.4 Caixas de recepção, ligação ou de derivação das valetas de crista.	un	34,73 €
6.5 Fornecimento e assentamento de manilhas simples de betão pré-fabricado centrifugado assente sobre base em areia ou areão, incluindo juntas tomadas com argamassa de cimento e areia ao traço 1:3:		
6.5.1 Ø 200 mm	ml	9,50 €
6.5.2 Ø 250 mm	ml	13,34 €
6.5.3 Ø 300 mm	ml	15,00 €
6.5.4 Ø 400 mm	ml	21,00 €
6.5.5 Ø 500 mm	ml	31,00 €
6.5.6 Ø 600 mm	ml	44,00 €
6.5.7 Ø 800 mm	ml	69,68 €
6.5.8 Ø 1000 mm	ml	77,32 €
6.5.9 Ø 1000 mm classe 3 reforçadas	ml	82,94 €
6.5.10 Ø 1500 mm-classe 3 reforçadas	ml	151,50 €
6.6 Saneamento básico e emissários/Interceptores Gravíticos		
6.6.1 Maciçamento de betão armado, para protecção aos colectores no cruzamento com outras infraestruturas, recobrimentos inferiores a 0,80 m.	ml	14,00 €
6.6.2 Pintura interior de câmaras de visita, após acabamento, com resinas epoxicas do tipo "Sikagard 255" da Sika ou equivalente, em duas camadas.	m2	18,50 €
6.6.3 Pintura exterior de câmaras de visita, após acabamento, nas paredes enterradas com emulsão betuminosa tipo "Flintkote" ou equivalente, em duas camadas.	m2	6,90 €
6.7 Tubagem e Acessórios		
6.7.1 Fornecimento e assentamento de tubagem de PVC rígido de 6 Kg/cm2 em ramais e colectores: (Pluviais e Domésticos)		
6.7.1.1 Ø 110 mm	ml	5,56 €

PROPOSTA DE PREÇOS PARA 2014

DESCRIÇÃO	Un	GIATUL 2014
6.7.1.2 Ø 125 mm	ml	6,76 €
6.7.1.3 Ø 160 mm	ml	10,83 €
6.7.1.4 Ø 200 mm	ml	15,56 €
6.7.1.5 Ø 250 mm	ml	23,46 €
6.7.1.6 Ø 315 mm	ml	37,60 €
6.7.1.7 Ø 400 mm	ml	66,45 €
6.7.1.8 Ø 500 mm	ml	102,96 €
6.7.1.9 Ø 630 mm	ml	160,96 €
6.7.1.10 Ø 800 mm	ml	244,58 €
6.7.2 Fornecimento e instalação de curvas de PVC 6 kg/cm², incluindo maciços de amarração:		
6.7.2.1 Ø 200 mm a 90°	un	81,77 €
6.7.2.2 Ø 200 mm a 45°	un	75,24 €
6.7.3 Fornecimento e execução de ramais domésticos, em tubo de PVC PN6 Ø 160 mm, incluindo escavação, aterro e compactação com areia e terras da vala, remoção a vazadouro dos produtos sobantes, caixas de ligação ao colector e de lote com tampas e todos os trabalhos necessários.	ml	123,73 €
6.8 Órgãos Complementares de Drenagem Pluvial e Doméstica		
6.8.1 Execução de órgãos complementares de drenagem, incluindo a sua implantação, escavação em terreno de qualquer natureza, remoção, reposição e compactação, remoção a vazadouro dos produtos sobantes, bem como todos os materiais e trabalhos necessários.		
6.8.2 Caixas de visita e passagem executadas em blocos de cimento, devidamente rebocados, com tampa de ferro fundido, com Ø 600, com a profundidade máxima de 1,50 m, incluindo execução de soleira.	un	330,00 €
6.8.3 Fornecimento e colocação de caixas de visita e passagem, em betão pré-fabricado, incluindo tampa em FF, degraus em ferro e todos os materiais e trabalhos necessários:		
6.8.3.1 Com Ø 1000 mm e altura igual ou inferior a 2,50 m	un	330,00 €
6.8.3.2 Com Ø 1000 mm e altura superior a 2,50 m e inferior a 3,50 m.	un	410,00 €
6.8.3.3 Com Ø 1250 mm e altura igual ou inferior a 3,50 m	un	460,00 €
6.8.3.4 Com Ø 1250 mm e altura igual ou inferior a 4,50 m	un	525,00 €
6.8.3.5 Com Ø 1250 mm e altura igual ou inferior a 5,00 m	un	625,00 €
6.8.4 Fornecimento e colocação de caixas de visita e queda, em betão pré-fabricado, incluindo tampa em FF, degraus em ferro e todos os materiais e trabalhos necessários:		
6.8.4.1 Com Ø 1000 mm e altura igual ou inferior a 2,50 m.	un	466,00 €
6.8.4.2 Com Ø 1250 mm e altura superior a 2,50 m e inferior a 3,50 m.	un	580,00 €
6.8.5 Fornecimento e colocação de caixas de visita e queda, em betão armado classe C25/30 - EC2, armaduras com aço A400 NR, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários:		
6.8.5.1 Altura 1,00 m < h < 1,50 m	un	720,42 €
6.8.5.2 Altura 1,50 m < h < 2,00 m	un	864,34 €
6.8.5.3 Altura 2,00 m < h < 2,50 m	un	1.004,50 €
6.8.5.4 Altura 2,50 m < h < 3,00 m	un	1.171,98 €
6.8.5.5 Altura 3,00 m < h < 3,50 m	un	1.305,65 €
6.8.5.6 Altura 3,50 m < h < 4,00 m	un	1.340,18 €
6.8.5.7 Altura 4,00 m < h < 4,50 m	un	2.019,88 €

PROPOSTA DE PREÇOS PARA 2014

DESCRIÇÃO	Un	GIATUL 2014
6.8.5.8 Altura 4,50 m < h < 5,00 m	un	2.299,37 €
6.8.5.9 Altura 5,00 m < h < 5,50 m	un	2.875,00 €
6.8.5.10 Altura 5,50 m < h < 6,00 m	un	2.991,19 €
6.8.5.11 Altura 6,00 m < h < 6,50 m	un	3.544,97 €
6.8.6 Fornecimento e colocação de caixas de visita e queda, constituída por anéis e cúpulas em betão pré-fabricado, sobre base e inserção dos colectores em betão tipo C25/30, armaduras com aço A400-NR, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários:		
6.8.6.1 Altura 1,00 m < h < 1,50 m	un	340,00 €
6.8.6.2 Altura 1,50 m < h < 2,00 m	un	375,00 €
6.8.6.3 Altura 2,00 m < h < 2,50 m	un	395,00 €
6.8.6.4 Altura 2,50 m < h < 3,00 m	un	450,00 €
6.8.6.5 Altura 3,00 m < h < 3,50 m	un	500,00 €
6.8.6.6 Altura 3,50 m < h < 4,00 m	un	555,00 €
6.8.6.7 Altura 4,00 m < h < 4,50 m	un	610,00 €
6.8.6.8 Altura 4,50 m < h < 5,00 m	un	660,00 €
6.8.6.9 Altura 5,00 m < h < 5,50 m	un	720,00 €
6.8.6.10 Altura 5,50 m < h < 6,00 m	un	775,00 €
6.8.6.11 Altura 6,00 m < h < 6,50 m	un	850,00 €
6.8.7 Fornecimento e assentamento de sumidouros junto a lancil, com grelha e continúo (garrafa), incluindo todos os materiais e trabalhos necessários.	ml	41,07 €
6.8.8 Fornecimento e assentamento sumidouros simples junto a lancil ou separador com grelha de FFD com sistema anti-roubo, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários.	un	250,00 €
6.8.9 Fornecimento e assentamento sumidouros simples junto a lancil ou separador com grelha de FF com sistema anti-roubo e caixa sifonada, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários.	un	390,00 €
6.8.10 Fornecimento e assentamento de tampas de saneamento em FF para caixas de visita, pluviais e domésticos tipo "Rexel da Saint-Gobain" ou equivalente, classe D400, NP EN 124, Ø 600 mm de entrada, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários.	un	150,00 €
6.8.11 Fornecimento e assentamento de tampas de saneamento em FF para caixas de visita, pluviais e domésticos tipo "PAMETANCHE da Saint-Gobain" ou equivalente classe D400, NP EN 124, estanque ao ar e água a 10,00 m c.a. em pressão ou depressão, Ø 600 mm de entrada, incluindo todos os trabalhos necessários.	un	525,00 €
6.8.12 Fornecimento e assentamento de Grelhas de sumidouros em FF, FFD com sistema anti-roubo, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários.	un	105,00 €
6.8.13 Fornecimento e assentamento de Grelhas de sumidouros em Betão, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários.	un	75,00 €
6.8.14 Fornecimento e assentamento de Grelhas sumidouros galvanizadas com 1,00x0,235 m de largura, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários.	un	65,00 €
6.8.15 Fornecimento e montagem de escadas tipo "400" sa STEP ou equivalente, executadas em perfis pultrudidos de fibra de vidro/resina isólafrica, incluindo fixação com bucha mecânicas.	ml	40,00 €
6.8.16 Fornecimento e montagem de Gradil (1,25x0,90m) executadas em material pultrudido de fibra de vidro/resina isólafrica, incluindo fixações com buchas mecânicas, aplicadas em caixas de visita com altura superior a 5,00 m.	m2	95,00 €

DESCRIÇÃO	Un	GIATUL 2014
6.8.17 Execução de passagens hidráulicas de secção circular/rectangular, em betão, incluindo a sua escavação em terreno de qualquer natureza, reposição, compactação e remoção a vazadouro dos produtos sobrantes:		
6.8.17.1 Com tubagens da classe I (Reforçadas):		
6.8.17.1.1 Simples com diâmetro de 0,60 m.	ml	70,00 €
6.8.17.1.2 Simples com diâmetro de 0,80 m.	ml	79,02 €
6.8.17.1.3 Simples com diâmetro de 1,000 mm.	ml	84,04 €
6.8.17.1.4 Em betão armado, rectangular de 1,000x1,000 mm de secção.	ml	248,12 €
6.8.17.1.5 Simples com Ø 1500 mm	ml	152,22 €
6.8.17.2 Bocas na base de aterro:		
6.8.17.2.1 Simples para diâmetro inferior ou igual a Ø 600 mm.	un	404,64 €
6.8.18 Fornecimento e assentamento de tubagem de geodreno e respectivos acessórios aplicados, incluindo abertura de vala em terra, envolvimento da tubagem com brita e todos os materiais e trabalhos necessários:		
6.8.18.1 Com tubagem envolvida em manta geotextil:		
6.8.18.1.1 Ø 100 mm	ml	29,00 €
6.8.18.1.2 Ø 125 mm	ml	30,00 €
6.8.18.1.3 Ø 140 mm	ml	31,50 €
6.8.18.1.4 Ø 160 mm	ml	33,00 €
6.8.18.1.5 Ø 200 mm	ml	34,00 €
6.8.18.2 Tubagens de PVC envolvidas em betão:		
6.8.18.2.1 Com betão simples para tubo PVC Pn6 Ø 250 mm.	ml	68,90 €
6.8.18.2.2 Com betão simples para tubo PVC Pn6 Ø 315 mm.	ml	82,70 €
6.8.18.2.3 Com betão C16/20 para tubo PVC Pn6 Ø 315 mm.	ml	88,00 €
6.8.18.3 Levantamento e reposição		
6.8.18.3.1 Levantamento e reposição de tampas de caixas de inspecção para rectificação do nível, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários.	un	50,77 €
6.8.18.3.2 Levantamento e reposição de sumidouros junto ao lancil com grelha, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários.	un	40,00 €
6.8.18.3.3 Levantamento e reposição de pavimento betuminoso, considerando uma área de intervenção com uma sobre largura de 0,20 m para cada lado da vala, incluindo base, sub-base e camada de desgaste.	m2	16,70 €
6.8.18.3.4 Levantamento e reposição de pavimentos em Macadame.	m2	9,50 €
6.8.18.3.5 Levantamento e reposição de calçada de vidro.	m2	14,00 €
6.8.18.3.6 Levantamento e reposição de entradas particulares, incluindo rampas com armadura simples em Malhasol e tubo de drenagem montado e remoção a vazadouro dos produtos sobrantes.	ml	97,16 €
6.8.18.3.7 Levantamento e reposição de valetas em betão, incluindo base em ABGE com 0,20 m de espessura.	ml	25,00 €
7 REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS		
7.1 Tubagem e acessórios de PEAD:		

DESCRIÇÃO	Un	GIATUL 2014
7.1.1 Fornecimento e montagem de tubagens em PEAD 80 PN10, com junta soldada topo a topo, incluindo colocação de banda azul de localização e todos os acessórios e trabalhos necessários:		
7.1.1.1 Ø 32 mm	ml	3,83 €
7.1.1.2 Ø 40 mm	ml	5,81 €
7.1.1.3 Ø 50 mm	ml	5,80 €
7.1.1.4 Ø 63 mm	ml	6,40 €
7.1.1.5 Ø 75 mm	ml	7,32 €
7.1.1.6 Ø 90 mm	ml	7,92 €
7.1.1.7 Ø 110 mm	ml	12,05 €
7.1.1.8 Ø 125 mm	ml	17,08 €
7.1.1.9 Ø 140 mm	ml	19,96 €
7.1.1.10 Ø 160 mm	ml	26,80 €
7.1.1.11 Ø 180 mm	ml	34,12 €
7.1.1.12 Ø 200 mm	ml	41,43 €
7.1.1.13 Ø 225 mm	ml	49,24 €
7.1.1.14 Ø 250 mm	ml	60,88 €
7.1.2 Abraçadeiras:		
7.1.2.1 Ø 90x11/2 ou 2"	un	97,24 €
7.1.2.2 Ø 160x11/2" ou 2"	un	103,60 €
7.1.2.3 Ø 200x11/2,ou 2"	un	107,72 €
7.1.3 União electrosoldada		
7.1.3.1 Ø 110 mm	un	25,90 €
7.1.3.2 Ø 140 mm	un	51,50 €
7.1.4 Stub-End (PEAD)		
7.1.4.1 Ø 110 mm	un	16,00 €
7.1.4.2 Ø 140 mm	un	23,00 €
7.1.5 Flanges de Aço (PEAD)		
7.1.5.1 Ø 110 mm	un	22,40 €
7.1.5.2 Ø 140 mm	un	34,10 €
7.1.6 Juntas cegas (PEAD)		
7.1.6.1 Ø 110 mm	un	36,00 €
7.1.6.2 Ø 140 mm	un	50,00 €
7.1.7 Cones de Redução de PEAD:		
7.1.7.1 Ø 90x75 mm	un	133,19 €
7.1.7.2 Ø 110x90	un	141,37 €
7.1.7.3 Ø 160x 63 a 140 mm	un	176,19 €
7.1.7.4 Ø 200x90 a 110 mm	un	281,02 €
7.1.8 Tês de PEAD:		
7.1.8.1 Ø 90 mm	un	161,79 €
7.1.8.2 Ø 110 mm	un	197,09 €
7.1.8.3 Ø 160 mm	un	333,71 €
7.1.8.4 Ø 200 mm	un	368,89 €
7.1.9 Curvas de PEAD:		
7.1.9.1 Ø 200 mm a 45º e 90º	un	175,00 €

DESCRIÇÃO	Un	GIATUL 2014
7.2 Tubagem e acessórios de PVC:		
7.2.1 Fornecimento e montagem de tubagens em PVC PN 10, com junta autoblocante, incluindo colocação de banda azul de localização e todos os acessórios e trabalhos necessários:		
7.2.1.1 Ø 40 mm	ml	5,81 €
7.2.1.2 Ø 50 mm	ml	6,14 €
7.2.1.3 Ø 63 mm	ml	6,84 €
7.2.1.4 Ø 75 mm	ml	7,32 €
7.2.1.5 Ø 90 mm	ml	8,00 €
7.2.1.6 Ø 110 mm	ml	13,00 €
7.2.1.7 Ø 125 mm	ml	16,00 €
7.2.1.8 Ø 140 mm	ml	18,50 €
7.2.1.9 Ø 160 mm	ml	26,00 €
7.2.1.10 Ø 200 mm	ml	40,00 €
7.2.1.11 Ø 250 mm	ml	54,00 €
7.2.1.12 Ø 315 mm	ml	94,30 €
7.2.2 Curvas em PVC Pn10 assentes com junta integral a 90°:		
7.2.2.1 Ø 50 mm	un	20,91 €
7.2.2.2 Ø 63 mm	un	22,61 €
7.2.2.3 Ø 75 mm	un	26,48 €
7.2.2.4 Ø 90 mm	un	38,13 €
7.2.2.5 Ø 110 mm	un	47,15 €
7.2.2.6 Ø 125 mm	un	60,95 €
7.2.2.7 Ø 140 mm	un	69,00 €
7.2.2.8 Ø 160 mm	un	88,55 €
7.2.2.9 Ø 200 mm	un	143,75 €
7.2.2.10 Ø 250 mm	un	241,50 €
7.2.2.11 Ø 315 mm	un	345,00 €
7.2.2.12 Ø 400 mm	un	546,25 €
7.2.2.13 Ø 500 mm	un	776,25 €
7.2.3 Curvas em PVC/FFD Pn10 assentes com junta integral a 45°:		
7.2.3.1 Ø 63 mm	un	21,70 €
7.2.3.2 Ø 75 mm	un	27,60 €
7.2.3.3 Ø 90 mm	un	34,50 €
7.2.3.4 Ø 110 mm	un	44,85 €
7.2.3.5 Ø 125 mm	un	59,80 €
7.2.3.6 Ø 140 mm	un	70,15 €
7.2.3.7 Ø 160 mm	un	93,15 €
7.2.3.8 Ø 200 mm	un	119,60 €
7.2.3.9 Ø 250 mm	un	296,70 €
7.2.3.10 Ø 315 mm	un	464,60 €
7.2.3.11 Ø 400 mm	un	1.021,58 €
7.2.3.12 Ø 500 mm	un	1.743,76 €
7.2.4 Curvas em PVC/FFD Pn10 assentes com junta integral a 22°30" e 11°15":		
7.2.4.1 Ø 63 mm	un	19,29 €
7.2.4.2 Ø 75 mm	un	23,95 €
7.2.4.3 Ø 90 mm	un	31,08 €
7.2.4.4 Ø 110 mm	un	39,10 €
7.2.4.5 Ø 125 mm	un	44,85 €
7.2.4.6 Ø 140 mm	un	58,65 €
7.2.4.7 Ø 160 mm	un	69,00 €
7.2.4.8 Ø 200 mm	un	97,75 €
7.2.4.9 Ø 250 mm	un	172,50 €
7.2.4.10 Ø 315 mm	un	267,95 €

DESCRIÇÃO	Un	GIATUL 2014
7.2.4.11 Ø 400 mm	un	873,16 €
7.2.4.12 Ø 500 mm	un	1.459,39 €
7.2.5 Cones de redução flangeado FF:		
7.2.5.1 Ø 150 mm.	un	172,50 €
7.2.5.2 Ø 100 mm	un	127,65 €
7.2.5.3 Ø 50/60 mm	un	103,50 €
7.2.6 TÊ em PVC/FFD Pn10 assente com junta integral com derivação a:		
7.2.6.1 Ø 63 mm	un	48,38 €
7.2.6.2 Ø 75 mm	un	53,19 €
7.2.6.3 Ø 90 mm	un	58,13 €
7.2.6.4 Ø 110 mm	un	72,45 €
7.2.6.5 Ø 125 mm	un	94,30 €
7.2.6.6 Ø 140 mm	un	97,75 €
7.2.6.7 Ø 160 mm	un	134,55 €
7.2.6.8 Ø 200 mm	un	207,00 €
7.2.6.9 Ø 250 mm	un	373,75 €
7.2.6.10 Ø 315 mm	un	937,51 €
7.2.6.11 Ø 400 mm	un	1.878,49 €
7.2.6.12 Ø 500 mm	un	2.940,15 €
7.2.7 Cruzetas em PVC/FFD Pn10 assente com junta integral a:		
7.2.7.1 Ø 75 mm	un	72,51 €
7.2.7.2 Ø 90 mm	un	101,72 €
7.2.7.3 Ø 110 mm	un	97,75 €
7.2.7.4 Ø 160 mm	un	224,25 €
7.2.7.5 Ø 200 mm	un	287,50 €
7.2.8 Juntas cegas ou de Ligação, em FF:		
7.2.8.1 Ø 50 mm	un	12,02 €
7.2.8.2 Ø 63 mm	un	11,81 €
7.2.8.3 Ø 75 mm	un	21,85 €
7.2.8.4 Ø 90 mm	un	27,60 €
7.2.8.5 Ø 110 mm	un	40,25 €
7.2.8.6 Ø 125 mm	un	54,05 €
7.2.8.7 Ø 140 mm	un	58,65 €
7.2.8.8 Ø 160 mm	un	65,55 €
7.2.8.9 Ø 200 mm	un	109,25 €
7.2.8.10 Ø 250 mm	un	172,50 €
7.2.8.11 Ø 315 mm	un	299,00 €
7.2.9 Juntas de transição em FF para PVC/FIB.:		
7.2.9.1 Ø 50 mm	un	21,85 €
7.2.9.2 Ø 63 mm	un	25,30 €
7.2.9.3 Ø 75 mm	un	32,20 €
7.2.9.4 Ø 90 mm	un	35,65 €
7.2.9.5 Ø 110 mm	un	46,00 €
7.2.9.6 Ø 125 mm	un	60,95 €
7.2.9.7 Ø 140 mm	un	70,15 €
7.2.9.8 Ø 160 mm	un	77,05 €
7.2.9.9 Ø 200 mm	un	108,10 €
7.2.9.10 Ø 250 mm	un	125,35 €
7.2.9.11 Ø 315 mm	un	327,75 €
7.2.9.12 Ø 400 mm	un	598,00 €
7.2.10 Juntas Quick:		

PROPOSTA DE PREÇOS PARA 2014

DESCRIÇÃO	Un	GIATUL 2014
7.2.10.1 Ø 160 mm.	un	67,89 €
7.2.10.2 Ø 200/226	un	152,26 €
7.2.11 Flange adap. Quick:		
7.2.11.1 P.E.A.D.		
7.2.11.1.1 Ø 50/63	un	89,27 €
7.2.11.1.2 Ø 80/90	un	98,42 €
7.2.11.1.3 Ø 100/110	un	109,87 €
7.2.11.1.4 Ø 100/125	un	128,18 €
7.2.12 Flange adap. Quick:(travado)		
7.2.12.1 PVC		
7.2.12.1.1 Ø 75	un	34,50 €
7.2.12.1.2 Ø 90	un	37,95 €
7.2.12.1.3 Ø 110	un	42,55 €
7.2.12.1.4 Ø 125	un	57,50 €
7.2.12.1.5 Ø 140	un	62,10 €
7.2.12.1.6 Ø 160	un	80,50 €
7.2.12.1.7 Ø 200	un	95,25 €
7.2.13 Ligador Flange/ponta lisa: (PEAD)		
7.2.13.1 Ø 80/90 mm	un	34,50 €
7.2.14 Juntas "Maxiquick" multimateriais:		
7.2.14.1 Ø 160 mm (auto travada)	un	485,92 €
7.2.14.2 Ø 400-417-437	un	877,00 €
7.2.15 Juntas de alma metálica para flanges:		
7.2.15.1 Ø 65 mm	un	23,00 €
7.2.15.2 Ø 75 mm	un	29,90 €
7.2.15.3 Ø 90 mm	un	31,05 €
7.2.15.4 Ø 110 mm	un	34,50 €
7.2.15.5 Ø 150 mm	un	51,75 €
7.2.15.6 Ø 200 mm	un	75,90 €
7.2.15.7 Ø 250 mm	un	112,70 €
7.2.15.8 Ø 400 mm	un	163,30 €
7.2.16 Cone abocardado em FFD;		
7.2.16.1 Ø 75 mm	un	11,75 €
7.2.16.2 Ø 90 mm	un	14,54 €
7.2.16.3 Ø 110 mm	un	18,41 €
7.2.16.4 Ø 125 mm	un	25,95 €
7.2.16.5 Ø 140 mm	un	32,45 €
7.2.16.6 Ø 160 mm	un	34,90 €
7.2.16.7 Ø 200 mm	un	55,00 €
7.2.16.8 Ø 250 mm	un	100,80 €
7.2.16.9 Ø 315 mm	un	163,04 €
7.2.17 Troços de tubagem de FFD Ø 150 mm, flangeados:		
7.2.17.1 C/ 1200 mm.	un	314,83 €
7.2.17.2 C/600 mm	un	135,00 €

DESCRIÇÃO	Un	GIATUL 2014
7.2.18 Fornecimento e montagem de Válvulas de Cunha Flangeadas/Abocardadas, incluindo todos os acessórios e trabalhos necessários:		
7.2.18.1 Ø 40 mm	un	183,11 €
7.2.18.2 Ø 50 mm	un	345,21 €
7.2.18.3 Ø 60/65 mm	un	387,46 €
7.2.18.4 Ø 80 mm	un	401,87 €
7.2.18.5 Ø 100/110 mm	un	487,35 €
7.2.18.6 Ø 125 mm	un	609,10 €
7.2.18.7 Ø 150 mm	un	747,88 €
7.2.18.8 Ø 200 mm	un	865,98 €
7.2.18.9 Ø 250 mm	un	1.181,16 €
7.2.18.10 Ø 300 mm	un	2.871,47 €
7.2.18.11 Ø 400 mm	un	2.854,94 €
7.2.19 Fornecimento e montagem de Válvulas de Mural circular, incluindo todos os acessórios e trabalhos necessários:		
7.2.19.1 Ø 150 mm	un	
7.2.19.2 Ø 200 mm	un	1.316,57 €
7.2.19.3 Ø 300 mm	un	1.450,00 €
7.2.19.4 Ø 400 mm	un	1.820,60 €
7.2.20 Haste, tubo de protecção e caixa cilíndrica com tampa móvel para Válvulas enterradas.	un	179,04 €
7.2.21 Descarga completa para pressão máxima de serviço Pn16, incluindo: tê de derivação 75 mm, válvula de cunha Ø 60, ligações flamejadas, curvas Ø 60 mm a 90°, ligadores boca-flange Ø 60 mm para tubagem de:		
7.2.21.1 Ø 250 mm	un	895,00 €
7.2.21.2 Ø 200 mm	un	886,89 €
7.2.21.3 Ø 140/160 mm	un	835,37 €
7.2.21.4 Ø 125 mm	un	788,80 €
7.2.21.5 Ø 110 mm	un	619,08 €
7.2.22 Ventosa automática de duplo efeito Ø 40 mm, incluindo tubagem, tomada em carga Ø 11/2", válvulas de cunha Ø 11/2" flanges roscadas, caixa de alvenaria e todos os acessórios e trabalhos necessários.	un	1.018,54 €
7.2.23 Filtros oblíquo flangeado tipo Tamis, em FF.		
7.2.23.1 Ø 40 a 80 mm.	un	297,68 €
7.2.23.2 Ø 100 a 150 mm.	un	635,69 €
7.2.23.3 Ø 200 mm	un	1.101,18 €
7.2.23.4 Ø 300 mm	un	4.920,67 €
7.2.24 Contadores flangeados: (não inclui restante material)		
7.2.24.1 Ø 150 mm.	un	977,50 €
7.2.24.2 Ø 65 mm	un	649,75 €
7.2.24.3 Ø 50 mm	un	577,30 €
7.2.25 Fornecimento e montagem de Válvula Redutora de pressão tipo "BAYARD-HYDROSTAB" ou similar c/ percentagem de regulação de 10%, incluindo manómetros, filtros de seccionamento, juntas, curvas, cones, tês de redução e todos os acessórios e trabalhos necessários.		
7.2.25.1 Ø 65 mm	un	4.241,00 €
7.2.25.2 Ø 80 mm	un	4.420,00 €

DESCRIÇÃO	Un	GIATUL 2014
7.2.25.3 Ø 100 mm	un	4.740,00 €
7.2.25.4 Ø 150 mm	un	5.375,00 €
7.2.26 Válvulas de retenção flamejadas, tipo "Pamcheq NR:		
7.2.26.1 Ø 150 mm	un	271,49 €
7.2.27 Troço de ramal na horizontal:		
7.2.27.1 Ø 3/4"	ml	15,71 €
7.2.27.2 Ø 1"	ml	17,06 €
7.2.27.3 Ø 1 1/2"	ml	18,86 €
7.2.28 Troço de ramal executado na vertical, para ligação á conduta nova com tubagem de PEAD ou PVC com juntas roscadas para:		
7.2.28.1 Ramal de Ø 1" com tomada em carga de transição de tubagem:		
7.2.28.1.1 Ø 32 mm	un	103,21 €
7.2.28.1.2 Ø 40 mm	un	103,85 €
7.2.28.1.3 Ø 50 mm	un	105,79 €
7.2.28.1.4 Ø 63 mm	un	110,88 €
7.2.28.1.5 Ø 75 mm	un	113,74 €
7.2.28.1.6 Ø 90 mm	un	138,80 €
7.2.28.1.7 Ø 110 mm	un	152,00 €
7.2.28.1.8 Ø 200 mm	un	168,00 €
7.2.28.2 Ramal de Ø 1 1/2" com tomada em carga de transição de tubagem:		
7.2.28.2.1 Ø 75 mm	un	120,40 €
7.2.28.2.2 Ø 90 mm	un	144,90 €
7.2.28.2.3 Ø 110 mm	un	171,00 €
7.2.28.2.4 Ø 125 mm	un	176,00 €
7.2.28.2.5 Ø 200 mm	un	185,55 €
7.2.29 Substituição de torneiras de portinholas:		
7.2.29.1 Ø 1"	un	10,70 €
7.2.29.2 Ø 3/4"	un	10,63 €
7.2.30 Substituição de portinholas.	un	84,81 €
7.2.31 Bocas de incêndio colocadas em marco de alvenaria de tijolo, incluindo reboco e pintura, portinhola pintada e com chave com os seguintes acessórios:		
7.2.31.1 Tomada em carga com derivação a Ø 1 1/2", Boca de incêndio Ø 1 1/2", tubagem de PEAD Ø 50 mm, tubo Hidronil Ø 1 1/2" para a prumada, duas válvulas de cunha Ø 1 1/2" e um adaptador rosca/storz para tubagem de Ø 90 mm.	un	556,89 €
7.2.32 Marco de incêndio tipo Atlas ou similar, incluindo todos os acessórios e trabalhos necessários.	un	1.939,83 €
7.2.33 Caixas completas em betão armado, com tampa e aro em FF Ø 600 D400, degraus, tubagem de descarga, protecção da entrada por grelha de ferro e maciços de betão com:		
7.2.33.1 Exteriores 1.50x1,20x1,20 m e interiores 1,20x0,90x1,20 m	un	833,50 €
7.2.33.2 Exteriores 2.80x1.50x1,20 m e interiores 2,50x1,20x1,20 m	un	918,75 €
7.2.33.3 Exteriores 3,10x1,80x1,20 m e interiores 2,80x1,50x1,20 m	un	1.012,45 €
7.2.33.4 Exteriores 3,90x1,80x2,00 m e interiores 3,60x1,70x1,20 m	un	3.100,00 €
7.2.33.5 Exteriores 4,50x2,10x1,50 m e interiores 4,20x1,80x1,30 m	un	1.425,00 €

DESCRIÇÃO	Un	GIATUL 2014
7.2.33.6 Exteriores 5,30x2,20x1,50 m e interiores 5,00x1,90x1,50 m	un	1.682,70 €
7.2.34 Betão simples de 300Kg/m3, em ancoragens de tubagem e acessórios.	m3	140,00 €
7.2.35 Ligações às novas condutas	un	400,00 €
8 PAVIMENTAÇÃO		
8.1 Limpeza e regularização da plataforma, incluindo carga, transporte e colocação em vazadouro dos produtos sobranes e eventual indemnização por depósito.	m2	0,80 €
8.2 Abertura de caixa em terreno compacto incluindo regularização e compactação com as seguintes espessuras:		
8.2.1 Com 0,15m de espessura	m2	1,24 €
8.2.2 Com 0,20m de espessura	m2	1,55 €
8.2.3 Com 0,30m de espessura	m2	1,94 €
8.3 Camadas granulares com características de sub-base e base:		
8.3.1 Em agregado britado de granulometria extensa (ABGE)		
8.3.1.1 Tout-venant de 2ª categoria	m3	12,00 €
8.3.1.2 Tout-venant de 1ª categoria	m3	13,61 €
8.3.1.3 Com 0,30 m de espessura, em duas camadas de 0,15 m.	m2	5,75 €
8.3.1.4 Com 0,20 m de espessura.	m2	3,68 €
8.3.1.5 Com 0,15 m de espessura	m2	2,80 €
8.3.1.6 Com 0,10 m de espessura	m2	2,55 €
8.3.1.7 Saibro crivado, espalhado e compactado com espessura média de 0,06 m.	m2	2,50 €
8.4 Camadas de misturas betuminosas a quente com características de regularização:		
8.4.1 Fornecimento à boca da central de :		
8.4.1.1 Mistura betuminosa densa.(Calcário)	ton	56,00 €
8.4.1.2 Betão betuminoso (com material reciclado).	ton	48,00 €
8.4.1.3 Transporte de massas para o Concelho de Mafra	ton	3,50 €
8.5 Na regularização e/ou reperfilamento de pavimentos existentes com espessura variável:		
8.5.1 Em macadame betuminoso: (Calcáreo)		
8.5.1.1 por cm/m2 de espessura < 10,00 m2		2,00 €
8.5.1.2 por cm/m2 de espessura > 10 e < 200 m2	cm/m2	1,90 €
8.5.1.3 por cm/m2 de espessura > 200,00 e <1000 m2	cm/m2	1,66 €
8.5.1.4 por cm/m2 de espessura > 1000 m2	cm/m2	1,45 €
8.6 Em mistura betuminosa densa: (Calcário)		
8.6.1 por cm/m2 de espessura < 10,00 m2	cm/m2	2,10 €
8.6.2 por cm/m2 de espessura > 10 e < 200 m2	cm/m2	1,90 €
8.6.3 por cm/m2 de espessura > 200,00 e <1000 m2	cm/m2	1,66 €
8.6.4 por cm/m2 de espessura > 1000 m2	cm/m2	1,60 €
8.6.5 Fornecimento e aplicação manual ou mecânicamente de mistura betuminosa densa, incluindo preparação da base, escarificação/frezagem, rega de colagem/impregnação, em conservação de arruamentos.	ton.	95,00 €

PROPOSTA DE PREÇOS PARA 2014

DESCRIÇÃO	Un	GIATUL 2014
8.6.6 Idem, com a inclusão de reciclados.	ton.	87,00 €
8.6.7 Fornecimento e aplicação manual ou mecânicamente de mistura betuminosa densa, para enchimentos, incluindo rega de colagem, em conservação de arruamentos.	ton	75,00 €
8.7 Com características de desgaste na faixa de rodagem:		
8.7.1 Em betão betuminoso: (Basalto)		
8.7.1.1 por cm/m2 de espessura < 10,00 m2	cm/m2	2,20 €
8.7.1.2 por cm/m2 de espessura > 10 e < 200 m2	cm/m2	2,00 €
8.7.1.3 por cm/m2 de espessura > 200,00 e < 1000 m2	cm/m2	1,79 €
8.7.1.4 por cm/m2 de espessura > 1000,00 < 2000 m2	cm/m2	1,50 €
8.7.1.5 por cm/m2 de espessura > 2000,00 m2	cm/m2	1,40 €
8.8 Regas betuminosas de impregnação, colagem ou cura:		
8.8.1 Rega de impregnação:		
8.8.1.1 Com emulsão ECR1.	m2	0,75 €
8.8.2 Rega de colagem:		
8.8.2.1 Com emulsão ECR1.	m2	0,50 €
8.8.3 Fornecimento e aplicação de micro betuminoso a frio, camada simples à taxa de 12 14 Kg/m2.	m2	1,35 €
8.8.4 Idem em camada dupla à taxa de 20 kg/m2.	m2	2,35 €
9 ARRUAMENTOS		
9.1 Execução de lancis em passeios, ilheus e separadores:		
9.1.1 Fornecimento e colocação de Lancil de cantaria de vidro, recto, incluindo fundação (0,13mx0,22m), e todos os materiais e trabalhos necessários.	ml	21,28 €
9.2 Fornecimento e colocação de Lancil de cantaria de vidro, recto, incluindo fundação (0,20mx0,25m), e todos os materiais e trabalhos necessários:		
9.2.1 Com comprimentos < 200 ml	ml	25,30 €
9.2.2 Com comprimentos > 200 ml	ml	24,00 €
9.3 Fornecimento e colocação de Lancil de cantaria recto, incluindo fundação (0,30mx0,25m), e todos os materiais e trabalhos necessários:		
9.3.1 Com comprimentos < 200 ml	ml	30,00 €
9.3.2 Com comprimentos > 200 ml	ml	28,00 €
9.4 Fornecimento e colocação de Lancil de cantaria curvo, incluindo fundação (0,30/0,40mx0,25m), e todos os materiais e trabalhos necessários:		
9.4.1 Com comprimentos < 200 ml	ml	37,00 €
9.4.2 Com comprimentos > 200 ml	ml	34,00 €

PROPOSTA DE PREÇOS PARA 2014

DESCRIÇÃO	Un	GIATUL 2014
9.5 Fornecimento e colocação de lancil de betão, incluindo fundação, e todos os materiais e trabalhos necessários:		
9.5.1 Com comprimentos < 200 ml	ml	16,00 €
9.5.2 Com comprimentos > 200 ml	ml	15,00 €
9.6 Execução de passeios, separadores ou ilhas direccionais:		
9.6.1 Abertura e regularização de fundo de caixa.	m2	0,40 €
9.6.2 Execução de sub-base em Toutvenant com 0,10 m de espessura.	m2	2,55 €
9.6.3 Execução de base em areia/areão com 0,07 m de espessura.	m2	2,04 €
9.6.4 Execução de pavimento tipo "UNI", em terra cota, assente sobre camada de areia ou areão, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários.	m2	16,50 €
9.6.5 Execução de calçada de vidro branco, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários.	m2	18,00 €
9.7 Levantamentos e reposições		
9.7.1 Saneamentos em pavimentos existentes, incluindo escavação, remoção e transporte a vazadouro dos produtos escavados, e eventual indemnização por depósito, e o preenchimento com uma camada de 0,30 m de espessura de A.B.G.E.	m3	19,86 €
9.7.2 Remoção de pavimentos existentes, incluindo fundação, carga, transporte e colocação em vazadouro dos produtos sobrantes e eventual indemnização por depósito:		
9.7.2.1 de pavimentos betuminosos.	m2	3,15 €
9.7.2.2 de calçadas.	m2	2,50 €
9.7.2.3 de lajetas ou blocos de betão.	m2	2,50 €
9.7.2.4 de lancil de betão/cantaria.	ml	3,25 €
9.7.2.5 Corte do pavimento betuminoso e levantamento da camada de fundação.	ml	1,75 €
9.7.2.6 Frezagem de pavimentos betuminosos, com a espessura média de 3 a 5 cm, incluindo remoção e limpeza dos produtos frezados.	m2	1,75 €
9.7.2.7 Levantamento e reposição de pavimento betuminoso, considerando uma área de intervenção com uma sobre largura de 0,20 m para cada lado da vala, incluindo base, sub-base em Toutvenant com 0,20 m de espessura e camada de desgaste com 0,05 m de espessura.	m2	17,12 €
10 EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA		
10.1 Sinalização vertical de 'código', incluindo fornecimento, aplicação de peças de ligação.		
10.1.1 Sinais triangulares em alumínio com tela EG:		
10.1.1.1 Com L = 0,70 m.	un	55,00 €
10.1.2 Sinais circulares em alumínio com tela EG:		
10.1.2.1 Com L = 0,70 m.	un	55,00 €

PROPOSTA DE PREÇOS PARA 2014

DESCRIÇÃO	Un	GIATUL 2014
10.1.3 Sinais octogonais (STOP) em alumínio com tela EG:		
10.1.3.1 Com L = 0,70 m.	un	55,00 €
10.1.4 Sinais Quadrados em alumínio com tela EG:		
10.1.4.1 Com L = 0,70 m.	un	55,00 €
10.1.5 Placas de Localidade em alumínio com tela EG:	un	85,00 €
10.1.6 Placas direccionais em alumínio com tela EG:	un	85,00 €
10.2 Fornecimento de prumos e execução de fundações:		
10.2.1 Tubo galvanizado de 1.5" - série média.	ml	5,00 €
10.2.2 Fundação, incluindo movimento de terras.	un	5,00 €
10.3 Fornecimento e aplicação de equipamento de guiamento, balizagem e demarcação, incluindo implantação.		
10.3.1 Balizas de posição direita e esquerda.	un	50,00 €
10.3.2 Delineador comprido seção poliédrica refletor branco, unidireccionais	un	40,00 €
10.3.3 Delineador curto seção poliédrica refletor branco, unidireccionais.	un	35,00 €
10.3.4 Balizas flexíveis, com Ø80.	un	120,00 €
10.3.5 Balizas cilíndricas	un	50,00 €
10.4 Marcas rodoviárias longitudinais incluindo pré-marcação:		
10.4.1 Linha branca contínua (LBC):		
10.4.1.1 Com 0,15 m de largura (LBC 0,15).	ml	0,68 €
10.4.1.2 Com 0,12 m de largura (LBC 0,12)	ml	0,58 €
10.4.1.3 Com 0,10 m de largura (LBC 0,10)	ml	0,48 €
10.4.2 Linha branca tracejada (LBT):		
10.4.2.1 Com 0,12 m de largura e relação traço/espaco 1/1.	ml	0,60 €
10.4.2.2 Com 0,12 m de largura e relação traço/espaco 1,5/2.	ml	0,25 €
10.4.2.3 Com 0,12 m de largura e relação traço/espaco 2/2.		0,60 €
10.4.2.4 Com 0,12 m de largura e relação traço/espaco 5/2.		0,85 €
10.4.2.5 Com 0,15 m de largura e relação traço/espaco 1.5/2.		0,30 €
10.4.2.6 Com 0,15 m de largura e relação traço/espaco 1/1.	ml	0,65 €
10.4.2.7 Com 0,20 m de largura e relação traço/espaco 1,5/2.	ml	0,85 €
10.4.2.8 Com 0,20 m de largura e relação traço/espaco 0,40/0,30.		1,07 €
10.4.2.9 Com 0,30 m de largura e relação traço/espaco 0,40/0,30.	ml	1,25 €
10.5 Marcas Rodoviárias Transversais:		
10.5.1 Pintura em termoplástica branco de bandas cromáticas com 3 passagens	m2	30,00 €
10.5.2 Barras de paragem com 0,60 m de largura:	m2	13,20 €
10.5.3 Barras de paragem com 0,50 m de largura:	m2	12,00 €
10.5.4 Passadeiras de peões com 0,50 de largura.	m2	12,00 €
10.5.5 Raias obliquas com 0,30 de largura.	m2	12,00 €
10.6 Triângulo de cedência de prioridade:		

PROPOSTA DE PREÇOS PARA 2014

DESCRIÇÃO	Un	GIATUL 2014
10.6.1 Triângulo de cedência de prioridade com h=2 m	un	30,00 €
10.6.2 Triângulo de cedência de prioridade com h=4 m	un	40,00 €
10.6.3 Inscrições STOP.	un	56,85 €
10.7 Setas de selecção simples com 6,0 m	un	47,50 €
10.8 Setas de selecção duplas com 6,0 m	un	55,00 €
10.9 Terminais, tipo cauda de carpa:		
10.9.1 Normal	un	57,00 €
10.9.2 Espalmado.	un	57,00 €
10.9.3 Terminais circulares de fecho de dois alinhamentos.	un	120,00 €
10.9.4 Terminais de entrada e saída para as saias.	un	85,00 €
10.10 Guardas metálicas simples, semi-flexíveis para veículos, com prumos com 15x1700 afastados a 4 metros, incluindo guardas de proteção de motociclistas terminais tipo cauda de carpa completos, terminais de entrada para DPM e terminais de saída para DPM	ml	80,00 €
10.11 Guardas metálicas simples, semi-flexíveis para veículos, com prumos com 15x1700 afastados a 4 metros, terminais de entrada para DPM e terminais de saída para DPM	ml	57,00 €
11 ARRANJOS EXTERIORES		
11.1 MÁQUINAS		
11.1.1 Tractor agrícola em carregamento e distribuições várias.	h	27,50 €
11.1.2 Camião de apoio e de rega.	h	33,00 €
11.1.3 Camião de 14 m3.	h	32,50 €
11.1.4 Camião de 6 m3.	h	22,50 €
11.1.5 Rectro escavadora em diversos trabalhos	h	31,00 €
11.1.6 Giratória de aproximadamente 14 toneladas.	h	40,00 €
11.1.7 Giratória de aproximadamente 22 toneladas.	h	50,00 €
11.1.8 Transporte da Giratória (por cada viagem).	un	175,00 €
11.2 CONSTRUÇÃO CIVIL		
11.2.1 Betões em elementos estruturais e muros de suporte:		
11.2.1.1 Fornecimento e aplicação de betão de limpeza nas sapatas de pilares e nos lintéis de fundação em camada com 0,05m de espessura. Incluindo todos os materiais e trabalhos necessários.	m2	5,00 €
11.2.1.2 Betão armado da classe C20/25 e aço A400 ER/NR em sapatas, incluindo cofragem e todos os materiais e trabalhos necessários.	m3	160,00 €
11.2.1.3 Betão armado classe C20/25 e aço A400 NT em elevação de paredes de contenção (muros), incluindo cofragem e todos os materiais e trabalhos necessários.	m3	265,00 €
11.2.1.4 Betão armado classe C20/25 e aço A400 NT em pilares, incluindo cofragem.	m3	310,00 €

PROPOSTA DE PREÇOS PARA 2014

DESCRIÇÃO	Un	GIATUL 2014
11.2.1.5 Betão armado classe C20/25 e aço A400 NT em vigas, incluindo cofragem.	m3	300,00 €
11.2.1.6 Betão armado classe C20/25 e aço A400 NT em lajes e escadas, incluindo cofragem.	m3	260,00 €
11.2.1.7 Execução de laje de pavimento térreo, constituída por laje de betão C25/30, com malhasol CQ38 com 0,10m de espessura, devidamente esquartelada, sobre camada de enrocamento com 0,30m, betonilha de regularização com 0,02m de espessura e tela de impermeabilização, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários.	m2	43,00 €
11.2.1.8 Execução de laje de pavimento térreo constituído por camada de enrocamento e ABGE com 0,20 m de espessura, devidamente compactado, massame de betão tipo C16/20 com 0,15 m de espessura, incluindo malhasol tipo CQ30 pronto a receber o respectivo acabamento.	m2	36,50 €
11.2.2 Alvenarias		
11.2.2.1 Execução de paredes simples em alvenaria com 0,07m de espessura, incluindo argamassa de assentamento e todos os materiais e trabalhos necessários.	m2	14,25 €
11.2.2.2 Execução de paredes interiores simples, constituídas por um pano de tijolo furado 30x20x11 normalizado, argamassa de assentamento e todos os trabalhos e materiais necessários a um perfeito acabamento.	m2	18,25 €
11.2.2.3 Alvenaria de tijolo/Blocos de betão, 30x22x20 assente com argamassa de cimento e areia ao traço 1:3, com 25 cm de espessura no limbo.	m2	23,49 €
11.2.2.4 Execução de paredes exteriores em alvenaria de tijolo furado, normalizado, paredes duplas constituídas por dois panos de tijolo 30x20x11, incluindo gateamentos, execução de caleiras em argamassa de cimento e areia, impermeabilizadas, para drenagem das águas provenientes de infiltrações ou condensações, com a respectiva ligação à rede de drenagem prevista, ou para o exterior, vergas de vãos e travamentos, argamassa de assentamento e todos os trabalhos e materiais necessários a um perfeito acabamento.	m2	32,00 €
11.2.3 Revestimento de Paredes e Tectos		
11.2.3.1 Reboco areado fino de argamassa de cimento e areia ao traço 1:4, com aditivo hidrofugante, incluindo salpico com argamassa de cimento e areia lavada ao traço de 1:3, em paredes exteriores para pintar.	m2	17,50 €
11.2.3.2 Reboco areado fino de argamassa de cimento e areia ao traço 1:4, incluindo salpico com argamassa de cimento e areia lavada ao traço de 1:3, em paredes interiores para pintar.	m2	16,00 €
11.2.3.3 Reboco desempenado de argamassa de cimento e areia ao traço 1:4, incluindo salpico com argamassa de cimento e areia lavada ao traço de 1:3, em paredes interiores.	m2	14,00 €
11.2.4 Pavimentos		
11.2.4.1 Execução de betonilha de regularização executada em argamassa de cimento e areia ao traço de 1:4 em pavimentos.	m2	13,00 €
11.2.5 Pinturas		
11.2.5.1 Execução de pintura a tinta de água tipo Cinolite ou equivalente, em paredes e tectos interiores, com as demãos necessárias a um perfeito acabamento, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários.	m2	8,00 €

PROPOSTA DE PREÇOS PARA 2014

DESCRIÇÃO	Un	GIATUL 2014
11.2.5.2 Pintura a tinta acrílica lavável em paredes interiores rebocadas, com as demãos necessárias a um perfeito acabamento, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários.	m2	9,00 €
11.2.5.3 Pintura com tinta tipo "Icosit Betoncolor" ou equivalente em tectos de betão aparente, com as demãos necessárias a um perfeito acabamento, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários.	m2	10,00 €
11.2.5.4 Execução de pintura a esmalte nas guardas metálicas das escadas, incluindo primário anti-corrosivo.	m2	16,80 €
11.2.6 Equipamento Sanitário		
11.2.6.1 Fornecimento e montagem de loiças sanitarias em cerâmica vitrificada, cor branca, qualidade normal, incluindo estruturas de suspensão, acessórios, sifões e todos materiais e trabalhos necessários.		
11.2.6.1.1 Sanitas, incluindo tampo, tipo SANITANA série Munique.	un	90,00 €
11.2.6.1.2 Tanques, incluindo ferragens, tipo SANITANA série Munique.	un	120,00 €
11.2.6.2 Fornecimento e montagem de lavatórios, em loiça sanitária em cerâmica vitrificada, cor branca, qualidade normal, incluindo acessórios e todos os materiais e trabalhos necessários, tipo SANITANA série Munique.	un	130,00 €
12 VEDAÇÕES		
12.1 Vedação com rede plastificada de malha quadrada, (tipo "DINE" com arame nº12 e malha de 60mm ou equivalente) e prumos de ferro galvanizado (a 100 µ) de 2", devidamente chumbados em murete ou lancil fde betão e pintados a tinta de esmalte, incluindo arame.	ml	41,50 €
12.2 Vedação em paineis rigidos BEKAERT "NYLOFOR 3D" com 2,50 x 2,03 m com perfis verticais em aço Ø 50 mm.	ml	52,00 €

PARECER

Reuntem-se à evidência
do Plano Plurianual para
diante da Câmara

.....15/01/2014

O(A) Vereador(a),

Concordo
A consideração superior

.....15/01/2014

O(A) Director(a) de Departamento,

Concordo
A cons. sup.

.....15/01/2014

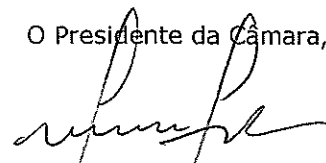
O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

A reunião

.....21/01/14

O Presidente da Câmara,


(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2014/507

ASSUNTO: Proposta de implantação de passagens de peões no Parque de estacionamento junto à Escola Básica de Mafra.

Considerando o circuito pedonal no Parque de Estacionamento junto à Escola Básica de Mafra, propõe-se a implantação de duas passagens de peões, de acordo com a planta de localização anexa.

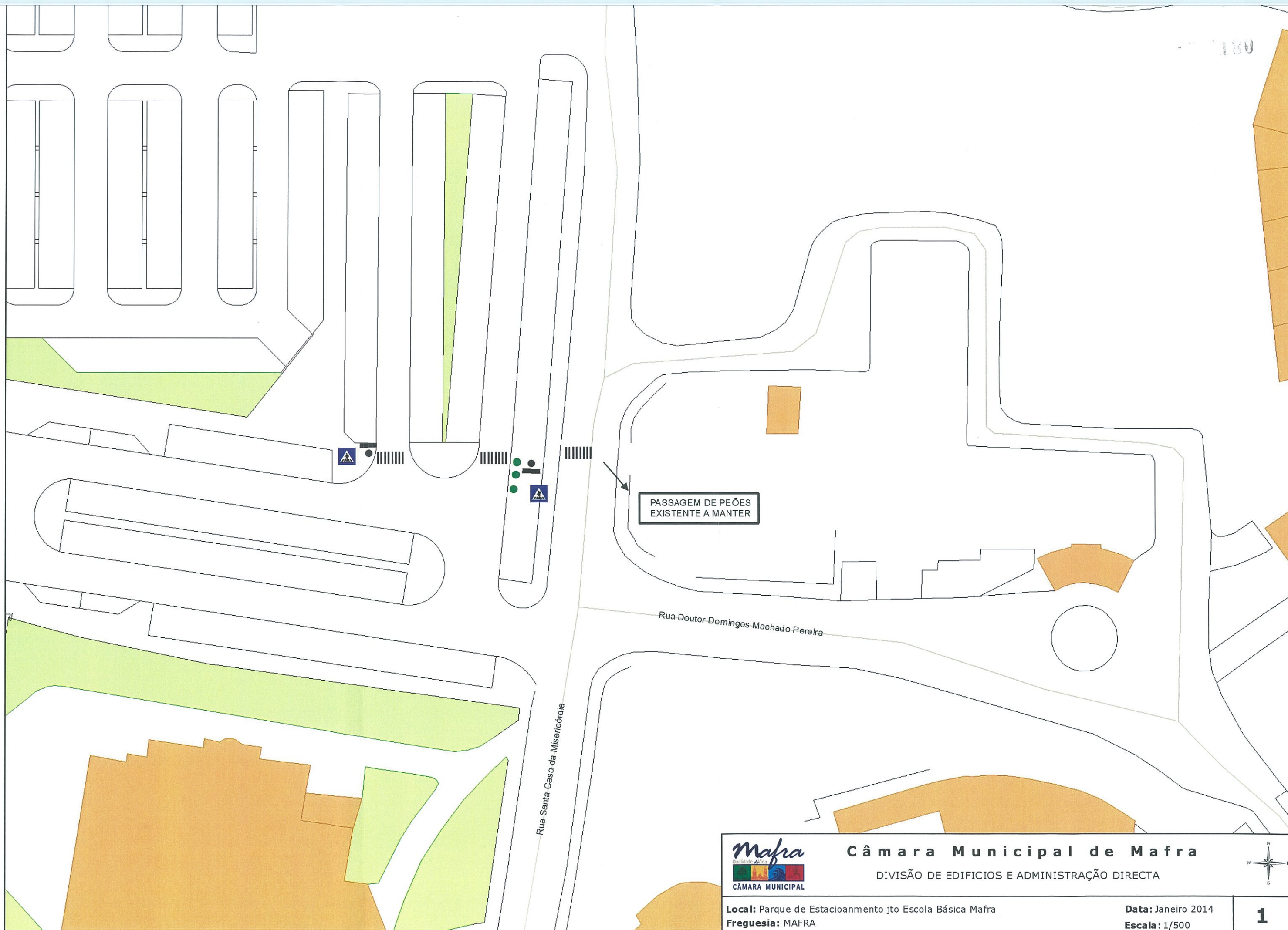
Submete-se à consideração superior a presente proposta, que poderá ser sujeita a deliberação camarária, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 47.º do Regulamento de Trânsito do Município de Mafra, cumprindo-se posteriormente o disposto no n.º 3 do mesmo artigo.

À consideração superior,

2014-01-13

A Técnica Superior,


(Dulce Machado)



Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE EDIFÍCIOS E ADMINISTRAÇÃO DIRECTA

Local: Parque de Estacionamento jto Escola Básica Mafra
Freguesia: MAFRA

Data: Janeiro 2014
Escala: 1/500



PARECER

DESPACHO

...../...../.....

O(A) Vereador(a),

...../...../.....

O(A) Director(a) de Departamento,

Concedo
A cessação

21.01.2014

O(A) Chefe de Divisão

A reunião

21.01.14

O Presidente da Câmara,

[Signature]
(Helder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2014/684

ASSUNTO: Implementação de sinalização horizontal na Av. Cidade de Leimen.

Considerando que:

1. Durante as horas de ponta da manhã e da tarde, verifica-se um elevado fluxo de trânsito na Av. Cidade de Leimen, junto à Escola Secundária José Saramago, em Mafra, que aliado ao estacionamento de veículos em 2ª fila, aumenta os constrangimentos na circulação viária;
2. Foi colocada sinalização de proibição de estacionar, com adicional "dias uteis das 8h00 às 19h00", na bolsa de estacionamento imediatamente a seguir ao portão da escola, reservando esse espaço para a tomada e largada de passageiros;

3. Essa bolsa de estacionamento está permanentemente ocupada com veículos que estacionam indevidamente, em incumprimento do estabelecido na sinalização vertical, não permitindo que esse espaço funcione como zona de tomada e largada de passageiros;

Nestes termos, propõe-se que seja implementada na Av. Cidade de Leimen, uma faixa ao longo da via, de modo a permitir a paragem de veículos para a tomada e largada de passageiros não intercedendo com a circulação nos dois sentidos, conforme planta de localização em anexo.

Mais se propõe, que seja autorizada a remoção da sinalização de proibição de estacionar, referida no ponto 2.

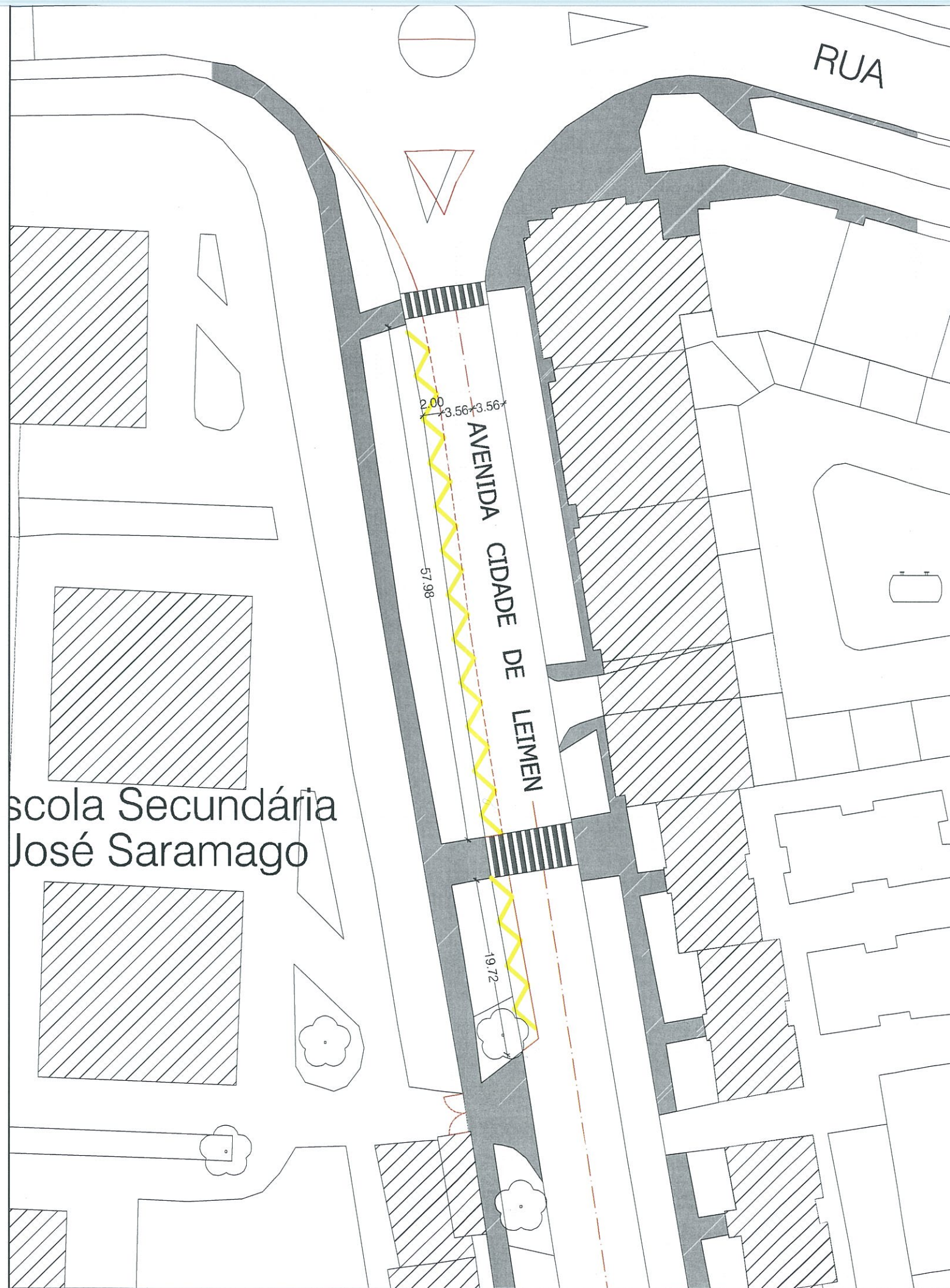
Submete-se à consideração superior a presente proposta, que poderá ser sujeita a deliberação camarária, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 47.º do Regulamento de Trânsito do Município de Mafra, cumprindo-se posteriormente o disposto no n.º 3 do mesmo artigo.

2014-01-21

A Técnica Superior,



(Dulce Machado)



182

ALTERADO EM:	MOTIVO:	O TÉCNICO:	APROVADO:



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

ARQUITECTO	
DESENHADOR	19-12-2013 Carla Leirão
ENGENHEIRO	
TOPÓGRAFO	
URBANISTA	

ASSUNTO:
REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA CIDADE DE LEIMEN
PROJECTO DE ARQUITECTURA

LOCAL:
MAFRA

N.º DE ARQUIVO:	N.º. PROCESSO:
MFR-07/2013	DATA: JANEIRO/2014

DESIGNAÇÃO:
PLANTA DE IMPLANTAÇÃO

DOU
DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

VERIFICAÇÃO:
APROVAÇÃO:

ESCALA: 1/500
FASE DO PROJECTO: PROPOSTA
DESENHO N.º: 01

PARECER

Concordo nos termos propostos.
À consideração do Exmo Senhor
Presidente da Câmara.

18/01/2014

A Vereadora,

Concordo com a realização
das actividades, pronto
que seja objecto de deliberação
do órgão executivo.

17/01/2014

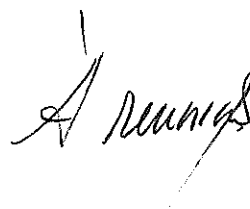
A Directora de Departamento,

Confinio a necessidade do
sempre, enquanto escola
sócio-educativa a funcionar

16/01/2014

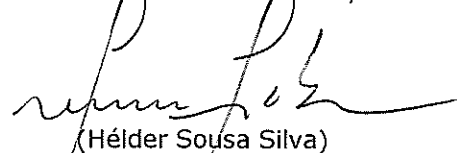
A Chefe de Divisão

DESPACHO



21/01/14

O Presidente da Câmara,


(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2014/441

ASSUNTO: Actividades na Interrupção Lectiva do Carnaval 2014

Exma. Senhora Vereadora
Célia Batalha Fernandes

Considerando que o Despacho n.º 8248/2013, de 7 de Junho de 2013, dos Gabinetes dos Secretários de Estado do Ensino e da Administração Escolar e do Ensino Básico e Secundário, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 120, de 25 de Junho de 2013, define o calendário escolar para o ano lectivo de 2013/2014, constituindo-se este como "elemento indispensável à planificação das actividades a desenvolver por cada agrupamento de escolas e escolas não agrupadas, tendo em vista a execução do seu projeto educativo e do seu plano anual de actividades".

Considerando, também, que, neste normativo legal, preconiza-se que a Interrupção Lectiva do Carnaval decorrerá nos dias 3, 4 e 5 de Março de 2014, de segunda a quarta-feira, antevendo-se que algumas famílias necessitarão de apoio da escola a tempo inteiro, através da oferta de actividades lúdico-pedagógicas também nesta interrupção lectiva.

Considerando, ainda, que o *"Regulamento de Funcionamento dos serviços de apoio à família nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública do município de Mafra"*, no n.º 3 do seu artigo 4.º, prevê que "as actividades nas interrupções lectivas decorrem no horário estabelecido anualmente para o prolongamento de horário, durante os períodos do Natal, Páscoa e Verão (meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro)", não prevendo a realização de actividades na Interrupção Lectiva do Carnaval.

Considerando, por último, que a comparticipação familiar, relativamente às Actividades nas Interrupções Lectivas, é anualmente definida pela Câmara Municipal e, neste ano lectivo, apresenta o valor de 45,44€ por cada semana de actividades, conforme deliberação datada de 8 de Maio de 2013.

Assim, nos termos do artigo 14.º, com a epígrafe "Casos Omissos", do já mencionado Regulamento Municipal, no qual "os casos omissos serão analisados e decididos pela Câmara Municipal", proponho a realização de "Actividades na Interrupção Lectiva do Carnaval", à semelhança do ano lectivo anterior (aprovado em reunião de Câmara datada de 10 de Janeiro de 2013), para os alunos das escolas básicas do 1.º ciclo e crianças dos jardins de infância do Concelho de Mafra, pelo valor de 27,26€, tendo em conta que estas decorrerão durante três dias.

À consideração de V. Exa.

Mafra, 13 de Janeiro de 2014.

A Técnica Superior



(Patrícia Duarte)

PARECER

Concordo com o proposto e submeto a consideração do Excmo Sr. Presidente a nomeação do Sr. Cláudio de Divisão de Educação e Juventude, Dr. João do Espírito Santo, como representante desta Câmara.

...18/01/2014

A Vereadora,

Concordo, propõe-se que seja objecto de deliberação do órgão executivo a designação de um representante da C.M.M.

...17/01/2014

A Directora de Departamento,

Confirmo a importância do Projecto Educativo Municipal para a área da Educação, bem como a necessidade de um representante para monitorizar as acções nele previstas.

...17/01/2014

A Chefe de Divisão,

DESPACHO

[Handwritten signature]

...21/01/14...

O Presidente da Câmara,

[Handwritten signature]
(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2014/462

ASSUNTO: Comissão de Acompanhamento e monitorização do Projecto Educativo Municipal

Exma. Senhora Vereadora

Célia Batalha Fernandes

O Projecto Educativo Municipal de Maфра constitui o instrumento de realização de uma política educativa local, que articula as ofertas educativas existentes, os serviços sociais com os serviços educativos, promove a gestão integrada dos recursos e insere a intervenção educativa numa perspectiva de desenvolvimento da comunidade e de promoção da qualidade de vida.

Numa primeira fase foi constituído um grupo de trabalho nuclear com representantes da Autarquia, Direcções dos Agrupamentos de Escolas e de

Escolas não Agrupadas. Este grupo teve como principal missão a definição da metodologia, a estrutura do documento, os indicadores e toda a recolha e análise de dados. Numa segunda fase, em que se procedeu à definição dos vectores, objectivos, iniciativas e respectivos indicadores, integraram este grupo de trabalho os representantes dos Conselhos Gerais, eleitos para o efeito, e das Associações de Pais e Encarregados de Educação, por ciclo de ensino.

Foi utilizado, como metodologia, o BSC (*Balanced Scorecard*). Este constitui uma ferramenta de planeamento estratégico que permite apresentar o que somos (missão), para onde vamos (visão), quem somos, quais os valores que consideramos mais importantes, quais os obstáculos e oportunidades (análise *SWOT*), com quem operamos (análise de *stakeholders*), o que fazer (vectores estratégicos, objectivos e iniciativas) e como chegamos lá (recursos, competências, planos de acção, estrutura e inovação), para além da definição de mecanismos de avaliação, medição (indicadores) e controlo que permitam aferir a manutenção do rumo da mudança. O BSC permite, no final, sistematizar toda esta informação para que, numa única folha, se consiga disciplinar, sistematizar e simplificar o pensamento e planeamento estratégico (Mapa Consolidado).

Os conselhos gerais, após discussão do Projecto Educativo Municipal, pronunciaram-se favoravelmente e comprometeram-se a promover a implementação do mesmo através da sua articulação com o respectivo projecto educativo, nos dias 8 de Julho de 2013 (Agrupamento de Escolas António Bento Franco - Ericeira), 9 de Julho de 2013 (Escola Secundária José Saramago – Mafra e Agrupamento de Escolas Prof. Armando de Lucena - Malveira), 10 de Julho de 2013 (Agrupamento de Escolas de Mafra) e 11 de Julho de 2013 (Agrupamento de Escolas da Venda do Pinheiro). Também as direcções pedagógicas dos Colégios Miramar, Santo André e Escola Técnica e Profissional de Mafra pronunciaram-se favoravelmente e comprometeram-se a implementar o referido projecto (declarações de compromisso datadas de 9 de Julho de 2013). Posteriormente, a 26 de Junho de 2013, este documento foi entregue na Direcção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE), para conhecimento.

A Câmara Municipal e o Conselho Municipal de Educação deliberaram aprovar, por unanimidade, o Projecto Educativo Municipal nos dias 27 de Junho de 2013 e 18 de Julho de 2013, respectivamente.

A avaliação do Projecto Educativo Municipal incidirá sobre o grau de realização das acções, medidas e actividades desenvolvidas, constituindo um processo de aferição de resultados obtidos, de metas alcançadas, de objectivos concretizados e de estratégias implementadas. Será um processo de análise e de reflexão sobre a sua estrutura, organização e de promoção de boas práticas pedagógicas, de melhoria de resultados dos alunos e de processos pedagógicos e de aperfeiçoamento do serviço prestado à comunidade.

Para tal, foi constituída uma equipa de acompanhamento e monitorização que deverá analisar, trimestralmente, os dados recolhidos nos diversos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas, sob coordenação da Câmara Municipal. A informação referida permitirá efectuar a revisão das fichas de iniciativas e de indicadores, a análise do cumprimento de todo o projecto educativo, bem como a sua revisão.

Atendendo ao exposto, e considerando que a equipa de acompanhamento e monitorização integra, também, um representante da Câmara Municipal com funções de coordenação, submeto a V. Exa. a designação de um representante da Câmara Municipal no Projecto Educativo Municipal de Mafra.

À Consideração de V. Exa.

Mafra, 13 de Janeiro de 2014.

A Técnica Superior



(Patrícia Duarte)

PARECER

DESPACHO

Concordo.
Submette-se à consideração do Excm.
Senhor Presidente a proposta do Sr.
Director de Departamento de Educação, Dr.
Ana Maria, para a contratação de contratos
de autonomia e sustentabilidade
...17/...01/...2014

A Vereadora,

Concordo. Propunho que seja objecto
de deliberação do órgão executivo
a aprovação dos contratos e a
nomeação do representante.

...17/...01/...2014

[Assinatura]

A Directora de Departamento,

Contratos de autonomia foi aprovada
no seu reunião do conselho geral.
Remete-se para a pendência de re-
visão do órgão executivo para a aprova-
ção dos contratos e designação do
representante na
...17/...01/...2014

A Chefe de Divisão,

[Assinatura]

[Assinatura]

21/...01/14

O Presidente da Câmara,

[Assinatura]
(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2014/89

ASSUNTO: Contratos de Autonomia dos Agrupamentos de Escolas e Escola não Agrupada

Exma. Senhora Vereadora

Célia Batalha Fernandes

Como é do conhecimento de V. Exa., o Projecto Educativo Municipal de Mafra 2013-2017 revela-se uma solução inovadora, racional e eficaz que garante, de forma coerente e integrada, a articulação vertical dos diferentes níveis e ciclos de ensino, assegurando percursos sequenciais e articulados que permitem a um aluno completar a escolaridade obrigatória, prevenindo a exclusão social e escolar, mas também a uniformização de boas práticas e a partilha de estratégias

de sucesso, concretizando, assim, os princípios estabelecidos no Despacho n.º 5634-F/2012, de 26 de Abril.

Este projecto educativo é suficientemente amplo para que cada Agrupamento de Escolas e Escola não Agrupada possa ter a sua própria orientação educativa, consagrada nos diversos instrumentos de autonomia (Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, na sua actual redacção).

Constituem instrumentos de autonomia, entre outros, o projecto educativo do Agrupamento de Escolas e Escola não Agrupada (no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias que se propõem cumprir na sua função educativa); e o Contrato de Autonomia.

O Contrato de Autonomia é celebrado entre os Agrupamentos de Escolas e as Escolas não Agrupadas, os serviços do Ministério da Educação e Ciência e outros parceiros da comunidade, através do qual se definem objectivos e se fixam as condições que viabilizam o desenvolvimento do projecto educativo, conforme Portaria n.º 265/2012, de 30 de Agosto.

Os domínios da autonomia abrangem a organização e gestão da escola, o sucesso escolar dos alunos e o combate ao abandono escolar, a formação integral dos alunos, a integração social e comunitária, os cuidados de apoio e guarda, a formação vocacional e profissional, o desenvolvimento dos talentos, o empreendedorismo e a abertura à investigação, a inovação e a excelência.

A celebração do Contrato de Autonomia está sujeito à aprovação pelos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas, o que sucedeu nas seguintes datas, conforme actas das respectivas reuniões:

- Agrupamento de Escolas da Venda do Pinheiro, no dia 12 de Novembro de 2013;
- Agrupamento de Escolas António Bento Franco (Ericeira), no dia 21 de Novembro de 2013;
- Escola Secundária José Saramago (Mafra), no dia 25 de Novembro de 2013;
- Agrupamento de Escolas de Mafra, no dia 26 de Novembro de 2013.

Neste documento constam as competências e responsabilidades atribuídas aos Agrupamentos de Escolas e à Escola Secundária José Saramago (Mafra), ao

Ministério da Educação e Ciência e à Câmara Municipal de Mafra, enquanto entidade parceira.

Para além do representante da Câmara Municipal, a Comissão de Acompanhamento do Contrato de Autonomia, prevista no artigo 9.º da Portaria n.º 265/2012, de 30 de Agosto, é também constituída por um representante do Agrupamento de Escolas, designado pelo director; um representante da Direcção-Geral da Administração Escolar; um representante da Direcção-Geral da Educação, um representante das associações de pais e encarregados de educação, por estas designado e um elemento indicado pelo Conselho Municipal de Educação.

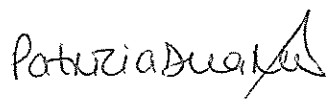
Face ao exposto, proponho a aprovação dos Contratos de Autonomia, contantes em anexo, a celebrar entre a Câmara Municipal de Mafra, a Direcção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE) e os Agrupamento de Escolas/ Escola Secundária José Saramago (Mafra).

Proponho, ainda, a designação de um representante da Câmara Municipal na Comissão de Acompanhamento dos referidos Contratos.

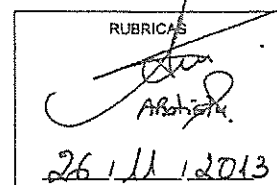
À Consideração de V. Exa.

Mafra, 13 de Janeiro de 2014.

A Técnica Superior



(Patrícia Duarte)



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO GERAL

ATA NÚMERO SETE – APROVADA EM MINUTA

Aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e treze, pelas dezassete horas e trinta minutos, na sala dois da Escola Básica de Mafra, reuniram-se os membros do Conselho Geral, sob a presidência de Aida Maria Adrião Ferreira, com a presença dos seguintes elementos: Maria de Jesus Azevedo dos Santos Roxo Geraldês Pires, Diretora do Agrupamento de Escolas de Mafra; Ana Patrícia Tavares Duarte, Célia Maria Duarte Batalha Fernandes e Susana Patrícia Alves Silva Marques, representantes da Câmara Municipal de Mafra; Ana Cristina Abreu Pereira, Ana Isabel dos Santos Batista, António Manuel Coentro Marques Pereira, Josefa Maria de Lima Gomes Sousa e Natália Olegovna Gontcharova, representantes dos docentes; Ana Maria Cardoso Gomes da Silva, Helena Cristina Henriques Gil e Maria de Fátima Marques, representantes do pessoal não docente; José Eduardo Inácio Ruivo, Manuel dos Santos Rodrigues, Sandra Cristina Estevão da Silva Martins e Vanda Inês Neutel Pequito Hilário, representantes dos pais e encarregados de educação e Carla Maria Bernardo Pereira Sousa Silva representante da Comunidade Local. -----

A reunião teve como Ordem do Dia: -----

Ponto um – Tomada de Posse dos Conselheiros – Célia Maria Duarte Batalha Fernandes e Natália Olegovna Gontcharova -----

Ponto dois – Aprovação do Contrato de Autonomia do Agrupamento de Escolas de Mafra-----

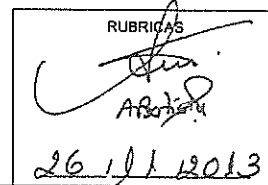
No período antes da ordem do dia, procedeu-se à apresentação de todos os conselheiros, em virtude de estarem presentes novos membros.-----

Em cumprimento do ponto um da ordem de trabalhos, foi dada posse aos elementos do Conselho Geral para o quadriénio dois mil e treze, dois mil e dezassete, ficando o termo de posse anexo a esta ata: -----

Representantes do Pessoal Docente: -----

Natália Olegovna Gontcharova; -----

Agrupamento de Escolas de Mafra



Representante da Câmara Municipal de Mafra: -----

Célia Maria Duarte Batalha Fernandes. -----

Relativamente ao ponto dois da ordem do dia, foi lido, apreciado e aprovado, por unanimidade, o Contrato de Autonomia do Agrupamento de Escolas de Mafra, com as alterações propostas, sendo anexada à ata a versão final do documento com as respetivas alterações.-----

Nada mais havendo a tratar, foi redigida, lida e aprovada por unanimidade a presente ata em minuta, a qual vai ser assinada por mim, que a secretariei, e pela Presidente do Conselho Geral. -----

Mafra, 26 novembro de 2013

A Secretária

A handwritten signature in dark ink.

(Ana Isabel dos Santos Batista)

A Presidente do Conselho Geral

A handwritten signature in dark ink, with a circular official stamp of the 'AGRUPAMENTO DE ESCOLAS' of Mafra overlaid on it.

(Aida Maria Adrião Ferreira)

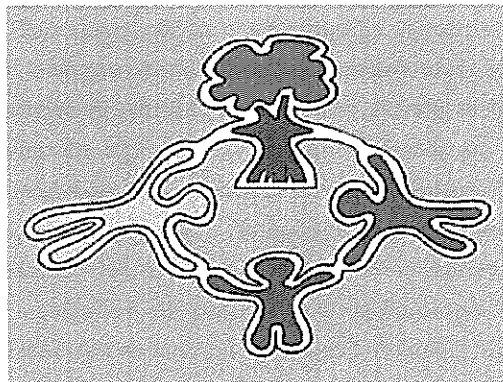


GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA

Mafra
CÂMARA MUNICIPAL

AGRUPAMENTO



ESCOLAS de MAFRA

[Handwritten signatures and initials]

CONTRATO DE AUTONOMIA

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MAFRA

2013 – 2016

Preâmbulo

A Escola tem por missão dotar os cidadãos de valores estruturantes da nossa sociedade e de competências para um bom desempenho profissional ou uma correta opção de formação ao longo da vida. Donde, a sociedade espera que a Escola cumpra o papel fundamental de consciencializar os seus alunos para o exercício responsável dos seus deveres e direitos de cidadania ativa e, concomitantemente, que implemente eficazes modelos educativos e práticas pedagógicas e didáticas inovadoras que melhor a acomodem aos desafios de mudança. Urge que a Escola encontre, no terreno, outras instituições cuja atividade incida nas mesmas populações, o que torna necessária uma atuação local planeada por todos os intervenientes, com vista à resolução dos problemas.

Na sequência de um entendimento concertado entre a Câmara Municipal de Mafra e os Diretores dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas de Mafra, no sentido de se congregar esforços com vista ao estreitar de relações institucionais entre as escolas e as comunidades em que se situam, quer aproximando o poder local da Escola quer criando parcerias entre os territórios educativos e o tecido empresarial e cultural local, foi elaborado o Projeto Educativo Municipal de Mafra. Este Projeto Educativo define-se como “instrumento de realização de uma política educativa local, que articula as ofertas educativas existentes, os serviços sociais com os serviços educativos, que promove a gestão integrada dos recursos e insere a intervenção educativa numa perspetiva de desenvolvimento da comunidade e de promoção da qualidade de vida”¹. Assim, o Projeto Educativo Municipal consubstancia a articulação de ofertas educativas intra e inter escolas/agrupamentos, a articulação vertical dos diferentes níveis e ciclos de ensino, a sequencialidade dos percursos até ao 12.º ano, a melhoria dos resultados escolares, a partilha e articulação de estratégias de sucesso, a promoção da gestão integrada dos recursos, a articulação com a comunidade e entre os serviços sociais e os educativos. O Projeto Educativo Municipal de Mafra, observando as especificidades de cada uma das Unidades Orgânicas do concelho, respeita a autonomia pedagógica das mesmas e centra na articulação entre o Projeto Educativo Municipal de Mafra e o Projeto Educativo dos Agrupamentos de Escolas/Escolas não Agrupadas os termos do planeamento educativo, que se projeta à escala do município. No Agrupamento de Escolas de Mafra, este documento estratégico da ação educativa local mereceu o parecer favorável, por unanimidade, tendo sido assinada uma declaração de compromisso no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Mafra.

Visão

“Em Educação, todas as perspetivas devem ser tidas em conta, visando um contínuo processo de aperfeiçoamento, considerando a sociedade e o futuro, num complexo mundo globalizante, onde, cada vez mais, são exigidas às Escolas respostas mais eficazes e mensuráveis que criem uma regulação contínua nas suas práticas pedagógicas, no desempenho escolar dos alunos e no envolvimento crescente da comunidade”².

Neste sentido, o Agrupamento de Escolas de Mafra inscreve-se num quadro educativo local inovador em vários aspetos, dos quais destacamos a melhoria das instalações escolares ou a aposta numa educação e ensinos inclusivos e de excelência. Pelas suas práticas de inclusão, a Educação no Agrupamento de Escolas de Mafra, tem sido reconhecida nacional e internacionalmente, pela diferenciação pedagógica e pela aceitação incondicional do ser humano portador de deficiência ou vítima de exclusão social.

Projetos distintos e inovadores, fazendo concentrar todos os parceiros locais numa resposta educativa válida e consequente, solidificaram, passo a passo, a Escola Inclusiva de hoje, implicando toda a comunidade educativa, quer ao nível local quer nacional integrando, nos estabelecimentos de educação e ensino do concelho, alunos de concelhos limítrofes e também crianças e jovens oriundos de vários pontos do país, originando algum fluxo migratório decorrente da procura de muitas famílias. Reconhecendo a autonomia do Agrupamento, em relação às restantes unidades educativas do concelho de Mafra, mas aproximando objetivos que se traduzem numa verdadeira articulação e verticalização estratégica do ensino, pretende-se que o mesmo seja de referência e excelência pela qualidade em Educação, reconhecido não só pelos resultados escolares, mas também pelo desenvolvimento humano.

¹ In Projeto Educativo Municipal, p. 13

² In Projeto Educativo Municipal, pp. 164-165

O atual quadro legislativo e organizacional dos Agrupamentos de Escolas contém os instrumentos de que a Escola se vai servir para apostar na melhoria significativa dos seus serviços educativos. Estamos, no entanto, cientes de que não basta um bom quadro normativo, uma boa escola e bons recursos humanos e materiais para obter bons resultados educativos. Pelo exposto, o Contrato de Autonomia, a par do Projeto Educativo, deve ser entendido como um documento orientador de toda a atividade escolar, baseado na participação possível, realista, que seja motivador e avaliável, tendo em vista o aperfeiçoamento constante da ação educativa, ou seja, um instrumento ao serviço da comunidade escolar, para que se tracem novos caminhos na Educação ao serviço de uma sociedade, também ela, em permanente mudança.

1- Caracterização do Agrupamento de Escolas de Mafra

O Agrupamento de Escolas de Mafra, doravante designado por AEM, é uma unidade orgânica, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída por estabelecimentos de educação/ensino de um ou mais níveis e ciclos de ensino, tendo como suporte das suas práticas um Projeto Educativo construído e vivido por toda a comunidade educativa. O AEM constituiu-se como agrupamento vertical, com sede na Escola Básica de Mafra, em 2004, e integra atualmente 10 estabelecimentos de educação/ensino, caracterizados por uma construção moderna, à exceção de 2 estabelecimentos que configuram ainda edifícios de construção antiga (JI e EB1 do Sobral da Abelheira). Com efeito, a construção de novos complexos escolares permitiu reduzir o número de estabelecimentos de ensino do agrupamento de 21 para os atuais 10, conduzindo à concentração de recursos e significativas melhorias numa oferta educativa de qualidade, proporcionando às famílias, em parceria com a Autarquia e as Associações de Pais, a prestação de um serviço público de qualidade. O número de alunos e turmas no AEM não tem sofrido alterações significativas nos últimos anos, encontrando-se, a maioria das escolas, na sua capacidade máxima. No presente ano letivo, frequentam o Agrupamento 2825 alunos, 515 deles distribuídos por 21 salas do Pré-escolar; 1165 distribuídos por 51 turmas do 1.º ciclo; 554 distribuídos por 21 turmas do 2.º ciclo; 591 distribuídos por 25 turmas do 3.º ciclo. Tem existido, desde há vários anos, a preocupação em implementar Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF), assim como turmas de Percurso Curricular Alternativo (PCA), adequados às realidades e necessidades locais e com o objetivo de combater o abandono escolar e a exclusão social. A constituição de turmas como as acima referidas tem procurado dar resposta ao percurso educativo de determinada população discente que apresenta sucessivos constrangimentos em relação ao percurso curricular regular. Funcionaram, no ano letivo 2012/2013, na Escola Básica de Mafra, três cursos de CEF e quatro turmas de PCA. O número de alunos com Necessidades Educativas Especiais, de caráter permanente (NEE) no AEM é bastante elevado (168 alunos). Concomitantemente, nele funcionam 4 Unidades de Apoio Especializado (2 Unidades de Apoio especializado para a Educação de alunos com Multideficiência, com 12 alunos e 2 Unidades de Ensino Estruturado para a Educação de alunos com Perturbações de Espectro do Autismo, com 7 alunos). A Educação Especial desenvolve diversos projetos pioneiros no que às práticas de educação inclusiva diz respeito. O trabalho desenvolvido pelo AEM, nesta vertente, tem constituído uma referência, tanto nacional como internacional. Os vários projetos dos quais se destacaram o PECEI e o PROAct deram uma visão claramente inclusiva do AEM, relativamente aos alunos com NEE. Nos últimos anos, a estabilidade do corpo docente, na sua grande maioria pertencente aos quadros do MEC, permitiu uma distribuição de serviço que privilegia o pleno desenvolvimento de um trabalho assente na continuidade pedagógica, permitindo um maior conhecimento dos alunos, das famílias e do meio envolvente. A atividade docente é, assim, assegurada por 227 docentes. No que diz respeito ao pessoal não docente, o AEM tem ao seu serviço 95 funcionários (assistentes operacionais e assistentes técnicas).

A Direção incentiva e proporciona a participação nos vários órgãos e estruturas do AEM, valorizando as estruturas e lideranças intermédias, delegando competências e auscultando alunos, docentes e funcionários, bem como parceiros externos e toda a comunidade educativa na elaboração dos documentos estruturantes do Agrupamento. Esta envolvimento contribui para ultrapassar constrangimentos diversos, permitindo uma análise ativa de todas as sugestões, congregando, nos documentos finais, a visão e os argumentos dos que contribuem com a sua perspetiva. A aposta numa liderança forte assenta, também, na participação ativa no que respeita à definição da política educativa concelhia, mediante a participação no Conselho Municipal de Educação, tendo feito parte, em articulação com a

Autarquia, da equipa que elaborou o Projeto Educativo Municipal, documento estratégico e aglutinador que visa dotar Mafra de um documento estruturante da oferta educativa do concelho, promovendo uma gestão articulada dos recursos existentes numa perspetiva de desenvolvimento da comunidade e da promoção da qualidade de vida.

2- Avaliação Interna no Agrupamento

No que se refere ao sucesso educativo no Agrupamento, e sobretudo no que respeita à avaliação interna, tomam-se, como ponto de partida, para a definição de metas a contratuar, os diversos indicadores de 2011/2012, quanto ao abandono escolar e ao sucesso escolar - resultados da avaliação interna e externa, por não se possuírem, atempadamente, os dados do presente ano letivo.

2.1- Indicadores de partida

2.1.1- Taxa de abandono escolar - 0,1%

2.1.2 - Resultados escolares - Avaliação Interna

2.1.2.1 - Taxa global de sucesso, no ensino básico - 91,7%

2.1.2.2 - Taxa global de sucesso por ano de escolaridade

RESULTADOS ESCOLARES AVALIAÇÃO INTERNA - NÍVEIS DE SUCESSO Ano Letivo 2011/2012			
	AEMafra	Nacional	Desvio
1.º Ano	99,69%	100,00%	-0,31%
2.º Ano	95,77%	90,70%	5,07%
3.º Ano	98,28%	95,70%	2,58%
4.º Ano	98,86%	94,80%	4,06%
5.º Ano	94,44%	90,10%	4,34%
6.º Ano	88,02%	86,30%	1,72%
7.º Ano	76,25%	82,10%	-5,85%
8.º Ano	80,22%	86,90%	-6,68%
9.º Ano	84,69%	82,30%	2,39%
CEF	80,0%	89,2%	-9,2%
			Fonte: MISI

Como ponto prévio a esta breve análise de resultados, é de referir que, até ao presente ano letivo, o AEM adotou, nos 2.º e 3.º ciclos, critérios de transição/aprovação iguais para os anos intermédios e de finais de ciclo. Este facto permite explicar em parte a variação negativa face aos resultados nacionais, em particular nos anos não terminais de ciclo. Da análise da grelha de resultados escolares (níveis de sucesso), verifica-se que no 1.º ciclo a percentagem de sucesso é em regra próxima dos 100%. O maior insucesso neste ciclo regista-se no 2.º ano de escolaridade, facilmente explicável pela não retenção no 1.º ano. No entanto, a percentagem de sucesso é sempre superior a 94%, com um desvio positivo face à média nacional e com tendência de subida. Nos 3.º e 4.º anos a percentagem de sucesso tem-se mantido estável e sempre superior a 98%, verificando-se também que o desvio positivo face à média nacional se tem vindo a acentuar. No 2.º ciclo, as médias de sucesso dos 5.º e 6.º anos, são próximas e rondam os 90%. De salientar que no ano transato, no 5.º ano, apesar da exigência dos critérios de transição, conseguiu-se um desvio positivo de 4%, invertendo a tendência dos três anos anteriores. Também no 6.º ano, desde os últimos três anos, o desvio face à média nacional tem sido sempre positivo. No 3.º ciclo, as médias de sucesso são mais heterogéneas do que no 2.º ciclo, oscilando entre 76,25% e 84,69%. No entanto, nos 7.º e 8.º anos, quando comparados com as médias nacionais, regista-se sempre um desvio negativo. No 9.º ano, assinala-se um maior sucesso (84,69%) e, nos últimos três anos, os valores registados situaram-se sempre acima da média nacional. Salienta-se que, de uma forma geral, a taxa de sucesso tem-se mantido, ao longo dos últimos anos, em linha ou acima das médias concelhia e nacional, em todos os níveis de ensino.

2.1.2.3 - Alunos por escalão de Ação Social Escolar

	BENEFICIÁRIOS ASE	ESCALÕES ABONO FAMÍLIA
--	-------------------	------------------------

	A	B	C	1	2	3
1.º CICLO	145	155	0	159	191	1
2.º/3.º CICLOS	219	183	0	228	210	7
TOTAIS	364	338	0	387	401	8
	702			796		
				Fonte: MISI		

[Handwritten signatures and initials]

Beneficiam de auxílios económicos, no âmbito da Ação Social Escolar (ASE), 19,2% do total dos alunos.

2.1.2.3.1- Taxa de sucesso dos alunos com Ação Social Escolar, por ciclo

TAXA DE SUCESSO DE ALUNOS COM ASE	
1.º CICLO	97%
2.º CICLO	91,8%
3.º CICLO	82%
	Fonte: AEM

2.1.3 - Resultados escolares - Avaliação Externa

2.1.3.1- Taxa global de sucesso nas Provas Externas, por disciplina

RESULTADOS EXTERNOS Sucesso %		2011/2012	
		PORT	MAT
4.º Ano	Nacional	66,7%	53,9%
	AEM	86,4%	74,1%
6.º Ano	Nacional	76%	56%
	AEM	81,3%	59,1%
9.º Ano	Nacional	64%	54,6%
	AEM	76,6%	72,5%
		Fonte: AEM	

RESULTADOS EXTERNOS Classificação Média Obtida Nas Provas Finais		2011/2012	
		PORT	MAT
6.º Ano	Nacional	59,0%	54,0%
	AEM	61,2%	55,3%
9.º Ano	Nacional	54,0%	54,0%
	AEM	58,0%	58,7%
		Fonte: AEM	

Os resultados da avaliação externa, da responsabilidade da Tutela, vêm demonstrar, categoricamente, o grau de exigência da avaliação interna. Constata-se que os resultados alcançados pelos alunos do AEM se situaram sempre acima da média nacional, tanto no que se refere ao sucesso, como no que diz respeito à classificação média obtida em cada prova. Para isso tem contribuído o trabalho desenvolvido não apenas no espaço da sala de aula, mas também nas diferentes estruturas de apoio às aprendizagens, que visam o desenvolvimento de capacidades não só no Português e na Matemática, mas também nas restantes disciplinas/áreas de saber. Dado que os indicadores mais significativos da qualidade dos resultados escolares se constroem em momentos de partilha e de reflexão, concluímos que a metodologia adotada na planificação e coordenação curricular entre os docentes, com mecanismos de avaliação coerentes e assentes em normas e objetivos comuns, tem permitido que a construção da qualidade se assuma como uma tarefa de todos, refletindo os resultados escolares essa coerência de atuação, articulação e gestão curricular. Apontando caminhos, os Planos de Ação dos Departamentos são delineados e construídos como suporte das práticas do quotidiano das escolas, com vista à melhoria progressiva dos resultados escolares, pelo desenvolvimento de um trabalho rigoroso, eficiente e eficaz, numa lógica de progressiva autonomia, antecipando inovações curriculares e pedagógicas.

Pelo exposto, salienta-se:

- A taxa de sucesso no 1.º ciclo do ensino básico é significativa, com valores próximos dos 100% (98,1% em 2011/2012), superior à nacional (93,1%) e à do concelho (97,0%);
- A taxa de sucesso obtida no 2.º ciclo do ensino básico ronda os 91,2% em 2011/2012, sendo esta superior à nacional (90,6%) e à concelhia (88,1%);
- A taxa de sucesso mais reduzida verifica-se ao nível do 3.º ciclo do ensino básico (80,4% em 2011/2012), sendo esta inferior à nacional (89,3%), mas superior à do concelho (77,1%);
- No 6.º ano de escolaridade, a média das classificações internas nas disciplinas de Português e Matemática (3,29) é superior à média do concelho (3,23 valores), mas a média das classificações externas é inferior (3,05 valores no AEM e 3,19 valores no concelho de Mafra). Em 2011/2012, o desvio entre as classificações internas e externas é de 0,24 valores;
- No 9.º ano de escolaridade, a média das classificações internas nas disciplinas de Português e Matemática é superior à média do concelho (em 2011/2012, respetivamente 3,14 e 3,01 valores). A média das classificações externas é idêntica à concelhia (em 2011/2012, respetivamente, 3,10 e 3,11 valores). Em 2011/2012, o desvio entre as classificações internas e externas é de - 0,02 valores.

3- Autoavaliação do Agrupamento

No que tange à Autoavaliação do Agrupamento, e na sequência da Avaliação Externa, de 2009, foi criada uma nova Equipa de Autoavaliação, integrando membros do Conselho Geral e outros representantes da comunidade educativa, a qual produziu, anualmente, relatórios com vista à melhoria contínua das várias dimensões da vida do Agrupamento, destacando pontos fortes e pontos fracos. Este processo de autoavaliação, de autorregulação e de verificação de qualidade do serviço público de educação, assentou numa metodologia quantitativa e qualitativa de recolha e tratamento de dados, através da aplicação de questionários a toda a comunidade educativa e contribuições das diferentes estruturas e órgãos do Agrupamento. No relatório apresentado pela Equipa de Autoavaliação, evidenciam-se como pontos fracos, a necessidade de melhoria e/ou aperfeiçoamento, a comunicação pouco eficaz e insuficiente estabelecida entre a Direção e os pais e encarregados de educação. Todavia, a Direção considera que isso apenas traduz o funcionamento eficaz das estruturas intermédias, nomeadamente, as coordenações de estabelecimento e as direções de turma, que têm permitido não um distanciamento, como é referido, mas a priorização de contactos/respostas que objetivamente competem à Direção, dispensando-a de uma atuação mais frequente e presente em todos os estabelecimentos e situações. O atendimento aos encarregados de educação, quer individualmente, quer em representatividade, nunca foi negado por parte da Direção e efetua-se diariamente por email, fax, telefone e presencialmente, sempre que solicitado. Outro ponto apresentado como fraco é o eventual excesso de procedimentos burocráticos existentes no Agrupamento, no entanto os mesmos decorrem da aplicação da legislação em vigor, permitindo regular e organizar o trabalho, contribuindo para criar nos docentes um sentimento de segurança relativamente às tarefas desenvolvidas. De igual modo, os procedimentos administrativos e burocráticos permitem articular modos de operacionalização, definindo critérios de atuação uniformes, necessários a um agrupamento com uma tão grande dimensão. Em resultado de uma reflexão aturada e debate interno, anualmente, todos os Departamentos Curriculares elaboram Planos de Ação, com vista à melhoria dos resultados escolares, dos procedimentos internos, à melhoria dos canais de comunicação e da articulação entre os vários elementos e entidades da comunidade educativa, sendo evidente a participação ativa e o empenho de todos os elementos da Equipa de Autoavaliação, assim como da comunidade em geral, no vasto trabalho efetuado por esta equipa, o qual se pretende consequente e mobilizador.

4- Avaliação Externa do Agrupamento

O Agrupamento de Escolas de Mafra foi sujeito a uma avaliação externa efetuada pela Equipa da Avaliação da Inspeção Geral da Educação e Ciência (IGEC), entre 15 e 17 de maio de 2013, considerando os campos de análise dos três domínios do quadro de referência da avaliação externa- Resultados; Prestação do Serviço Educativo; Liderança e Gestão. Tendo por base as entrevistas e a análise documental e estatística realizada, a Equipa de Avaliação

considerou que a ação do Agrupamento tem produzido um impacto consistente e acima do esperado na melhoria das aprendizagens, nos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes, pelo que foi atribuída a classificação de Muito Bom nos três domínios em apreço.

Desta avaliação evidenciam-se os seguintes pontos fortes no desempenho do Agrupamento: (i) O funcionamento da sala Sei+, que proporciona aos alunos a realização de trabalho autónomo à medida das suas necessidades e os motiva no incremento das suas potencialidades; (ii) As respostas educativas vão ao encontro das necessidades referenciadas e da cultura inclusiva, tendo subjacente uma efetiva articulação entre as estruturas de apoio aos alunos com necessidades educativas especiais; (iii) As boas práticas de gestão da Diretora, ao mobilizar os restantes patamares de liderança, implicando-os nas tomadas de decisão e ao incrementar o sentido de pertença e de identificação com o Agrupamento; (iv) A forte abertura ao meio e a rede de parcerias estrategicamente estabelecidas, com um impacto bastante positivo no serviço educativo prestado e no reconhecimento público da ação do Agrupamento.

Em relação às áreas de melhoria, apresentaram-se as seguintes: (i) avaliação do impacto dos projetos e atividades na melhoria das aprendizagens e na qualidade do sucesso; (ii) o aprofundamento de mecanismos, no âmbito da aferição de critérios e instrumentos de avaliação, de modo a reforçar a confiança na avaliação interna e nos resultados; (iii) a intensificação da análise reflexiva sobre o processo de ensino e de aprendizagem, com vista à intensificação e sistematização de práticas promotoras da qualidade do sucesso; (iv) a implementação de planos de ação de melhoria, consubstanciados em indicadores que permitam avaliar o seu impacto, de modo a sustentar as opções estratégicas de melhoria. A partir destas áreas de melhoria serão gizados os compromissos de ação estratégica.

O clausulado constante no presente contrato visa implementar, em todas as escolas que constituem o Agrupamento de Escolas de Mafra, as medidas constantes no Contrato de Autonomia a celebrar entre o Ministério da Educação e Ciência e o Agrupamento de Escolas de Mafra, garantindo a qualidade do serviço público educativo prestado, no período de vigência do mesmo.

No âmbito do desenvolvimento do regime jurídico de Autonomia da Escola, consagrada pelo Decreto -Lei n.º 43/89, de 3 de fevereiro, e ao abrigo do Decreto -Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com a nova redação conferida pelo Decreto -Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, e ainda pela Portaria n.º 265/2012, de 30 de agosto, e demais legislação aplicável, o Ministério da Educação e Ciência, através da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, a Câmara Municipal de Mafra e o Agrupamento de Escolas de Mafra celebram e acordam entre si o presente Contrato de Autonomia, que se rege pelos normativos legais suprarreferidos e ainda pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objetivos Gerais

Os objetivos gerais do contrato são:

1. Promover as aprendizagens escolares dos alunos e a melhoria dos resultados, em particular dos resultados internos aferidos com os concelhios e os nacionais - *Vetor Estratégico do Projeto Educativo Municipal - Sucesso Educativo*;
2. Contribuir para a realização pessoal dos alunos, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do caráter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais, cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico - *Vetor Estratégico do Projeto Educativo Municipal - Formação Integral do Aluno*;
3. Garantir a igualdade de oportunidades no acesso à educação/ formação na escolaridade básica, promovendo a inclusão de todas as crianças e jovens - *Vetor Estratégico do Projeto Educativo Municipal - Prestação do Serviço Educativo*;
4. Dotar o Agrupamento de competências próprias, nos domínios da organização estratégica, pedagógica, curricular e administrativa, da gestão financeira, patrimonial, organizacional, curricular e de gestão dos recursos humanos, no quadro do seu Projeto Educativo e em função dos recursos e dos meios que lhe serão consignados.

Cláusula 2.ª

Objetivos Operacionais

Através de uma ação concertada, a nível organizacional, pedagógico e administrativo, o Agrupamento de Escolas de Mafra, com a celebração deste contrato, pretende atingir os seguintes objetivos operacionais:

1. Manter a taxa de abandono escolar próxima do valor zero (enquadrado no objetivo 6 do PEM);
2. Aumentar, em 1%, face ao ano letivo anterior, a média das classificações das Provas Finais do ensino básico obtida pela totalidade dos alunos internos (enquadrado no objetivo 15 do PEM);
3. Diminuir, em 1%, face ao ano letivo anterior, a diferença entre a média das classificações internas de frequência e a média das classificações dos exames nacionais obtidos pela totalidade dos alunos (enquadrado no objetivo 15 do PEM);
4. Assegurar que os resultados obtidos pelos alunos do Agrupamento, nas provas finais, não sejam inferiores à média nacional em mais de 5% (enquadrado no objetivo 15 do PEM);
5. Aumentar, no ensino regular, a taxa global de sucesso escolar (taxa de transição registada na avaliação interna), em 2% ao ano (enquadrado no objetivo 15 do PEM);
6. Diminuir, nos Cursos de Educação e Formação, a taxa de desistência em 5% ao ano (enquadrado no objetivo 6 do PEM);
7. Educar para a cidadania e desenvolvimento cívico (objetivo 3 do PEM) - visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo;
8. Garantir a igualdade de oportunidades no acesso à educação/ formação na escolaridade básica e secundária, promovendo a inclusão de todas as crianças e jovens (objetivo 6 do PEM) - a escola, com orientação inclusiva, enquadra-se no princípio da igualdade de oportunidades educativas e sociais, adaptando-se à diversidade dos seus alunos, proporcionando o acesso a aprendizagens de sucesso, independentemente da origem cultural e social;
9. Promover um serviço de educação e de formação de referência e adequado à procura (objetivo 7 do PEM) - "otimização de recursos humanos e materiais" (iniciativa 11 do PEM), numa lógica de máxima eficiência na utilização dos referidos recursos;
10. Reiterar a promoção da sequencialidade das aprendizagens, através da articulação curricular e da planificação dos conhecimentos estruturantes, inscritos nos Programas e nas Metas Curriculares (objetivo 16 do PEM);
11. Assegurar mecanismos eficazes de articulação e supervisão ao nível das estruturas de direção e de coordenação escolar (objetivo 16 do PEM);
12. Investir na qualificação do pessoal docente, mas também do pessoal não docente (objetivo 8 do PEM), proporcionando-lhes formação ao longo da vida, adequada às reais necessidades individuais e concelhias, em parceria com a Câmara Municipal de Mafra;
13. Rentabilizar os recursos materiais e financeiros disponíveis (objetivo 13 do PEM) - através da partilha eficaz dos recursos materiais existentes entre os estabelecimentos de ensino;
14. Assegurar a articulação entre Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas (objetivo 16 do PEM) - promover a articulação horizontal (a transversalidade entre áreas/disciplinas de um mesmo ano de escolaridade) e a articulação vertical (observável na continuidade, sucessão de níveis/ciclos/anos) "reforçando os mecanismos de comunicação e espaços de diálogo tendo em vista a adoção de procedimentos comuns e a divulgação de boas práticas" (iniciativa 27 do PEM);
15. Envolver as famílias no processo educativo (objetivo 18 do PEM) - através da "implementação de ações de formação/ sensibilização" (iniciativa 29 do PEM), que envolvam e responsabilizem as famílias no acompanhamento do percurso escolar dos seus educandos;
16. Fomentar a relação do trinómio "Escola-Empresas-Instituições" (objetivo 19 do PEM) - materializada na "criação e consolidação da rede de parcerias com o tecido empresarial" (iniciativa 30 do PEM). Neste sentido, pretende-se potenciar o desenvolvimento económico do concelho, através do empreendedorismo, inovação e modernização; consolidar a rede de parcerias, desenvolvendo, para isso, protocolos de estágio profissional que permitam divulgar,

consolidar e dinamizar as potencialidades locais e atrair investimento; estimular a empregabilidade em colaboração com os principais órgãos competentes;

17. Proporcionar, a todos os jovens estudantes que concluem o 9.º ano do ensino básico, o desenvolvimento de capacidades que lhes permitam, de forma consistente, prosseguir estudos e/ou inserir-se no mercado de trabalho (objetivo 11 do PEM).

Cláusula 3.ª

Plano de Ação Estratégica

Tendo em vista a concretização dos objetivos previstos nas cláusulas n.º 1 e 2, apresentam-se as seguintes linhas gerais da ação estratégica a calendarizar e desenvolver ao longo do período de vigência do Contrato, sendo que as iniciativas apresentadas terão de ser operacionalizadas em respeito pela legislação em vigor, em função dos recursos materiais e humanos existentes no AEM e daqueles que venham a ser autorizados no âmbito da celebração do presente Contrato. O Plano de Ação plasma, ainda, o Plano de Melhoria elaborado, resultante de aturada análise e reflexão sobre o Relatório da Avaliação Externa- entendido como um instrumento de debate interno, com vista à superação das áreas apontadas como oportunidades de melhoria e de desenvolvimento de cada escola- em articulação com a comunidade em que se insere.

Áreas de Intervenção	Ações /Estratégias	Projetos/Atividades	Intervenientes
Resultados (Escolares e Sociais) Conceitos em destaque: - mecanismos de aferição/regulação; - avaliação do impacto dos resultados sociais e escolares	Monitorização e avaliação do impacto dos projetos e atividades na melhoria das aprendizagens e na qualidade do sucesso; Aferição de critérios e instrumentos de avaliação em todos os anos e ciclos de escolaridade; Reforço das medidas de apoio a Matemática; Participação em projetos/programas escolares propostos pelo MEC.	Reuniões de trabalho colaborativo de gestão e desenvolvimento do currículo (auto e heterorregulação enquanto mecanismos de profissionalidade docente); Estudos estatísticos sobre resultados escolares internos comparando-os com os concelhos e os nacionais- instrumentos estratégicos de ação (níveis de insucesso, sucesso e sucesso pleno, com vista à avaliação da qualidade das aprendizagens); Testes Nacionais Intermédios; Testes de Aferição Interna em todos os anos e disciplinas (em alternativa aos TNI); Apoio ao Estudo a Matemática (90' semanais- 2.º ciclo)	Alunos; Docentes; EE; 11 horas GR 300 - Português- recurso adicional atribuído pelo MEC
(Currículo e Aprendizagem) Conceitos em destaque: - desenvolvimento curricular; - inclusão; - articulação; - sequencialidade; - sucesso educativo.	Oferta curricular diferenciada; Ampliação de projetos pedagógicos de desenvolvimento de competências pessoais e sociais; Reforço da articulação e sequencialidade pedagógica e científica com vista à gestão eficaz do currículo; Colaboração entre a sala de aula e as estruturas de apoio ao currículo, previstas no Projeto de Desenvolvimento do Currículo, nos Planos Anual e Plurianual de Atividades e nos Planos de Grupo e de Turma.	Dar continuidade à diversidade da oferta educativa, nomeadamente pela criação/manutenção de PCA e de CEF; Planificação das AEC em articulação com os diferentes Departamentos Curriculares; Projeto SER e ProAct, Unidades de Multideficiência e de Ensino Estruturado (Educação Especial); Sala de apoio ao currículo "Sei+"; "A Ler+" e "Todos Juntos Podemos Ler"- Bibliotecas Escolares; Gabinete do Aluno; Projeto Educação para a Saúde; "A minha turma é a melhor da escola"; "Dar as mãos, dialogar, respeitar"; Assembleias trimestrais de Delegados de Turma; Programa Escola Voluntária; Quadro de Mérito (Excelência e Valor); Apoios Educativos; Apoio a alunos estrangeiros (PLNM); SPOE; Programa Desporto Escolar (1.º, 2.º, 3.º ciclos);	Direção; Docentes; Não Docentes, Alunos; EE; Técnicos Especializados; Parceiros; Psicólogo (0,5 meio horário)- recurso adicional atribuído pelo MEC.

		“Letras no Agrupamento”; Coadjuvação no 3.º ciclo; Planos de Grupo e de Turma - sustentados em estratégias articuladas para a melhoria dos resultados sociais e de aprendizagem.	
Prestação do Serviço Educativo Conceitos em destaque: .planeamento; .articulação; .práticas de ensino e de aprendizagem; .avaliação e autoavaliação.	Intensificação da investigação-ação reflexiva sobre o processo de ensino e de aprendizagem; Otimização de estruturas e de atividades de enriquecimento/complemento curricular com vista a garantir a ocupação plena dos tempos escolares das crianças/alunos; Criação de condições de apoio ao Grupo de Autoavaliação do Agrupamento; Divulgação de iniciativas na página web do Agrupamento, nas redes sociais e na Imprensa Regional.	Implementação de Planos de Melhoria ao nível da Direção, das estruturas de gestão intermédia e das estruturas/serviços de apoio ao currículo; Reuniões periódicas de planeamento e avaliação do serviço educativo prestado no Agrupamento; Aplicação de questionários de satisfação a alunos, EE, pessoal docente e não docente; Autoavaliação do Agrupamento; Auscultação da comunidade escolar e educativa na elaboração dos documentos estruturantes do Agrupamento; Divulgação dos mesmos (suporte papel e tecnológico).	Membros do Conselho Geral; Direção; Pessoal Docente; Pessoal Não Docente; EE; Alunos; Comunidade.
Liderança e Gestão Organizacional Conceitos em destaque: .liderança; .gestão; .supervisão; .autorregulação; .planos de melhoria.	Desenvolvimento de modelos de liderança democrática-subsidiariedade e responsabilidade partilhada; Promoção de modelos de auto e heterosupervisão; Orientação da prática profissional regulada por Coordenadores de Departamento e Delegados de Disciplina; Consolidação de uma cultura de participação de todos os agentes educativos e da comunidade na vida do Agrupamento; Intervenção na política educativa municipal; Estabelecimento de protocolos com parceiros estratégicos.	Reuniões de articulação vertical e horizontal em todos os níveis de educação e ensino; Constituição de Equipas de Trabalho para projeção e monitorização dos processos de ensino e de aprendizagem (trabalho cooperativo sustentado em modelos de Supervisão- clínico, reflexivo, dialógico e psicopedagógico); Participação no Conselho Municipal de Educação; Integração na Comissão de Acompanhamento do Projeto Educativo Municipal.	Direção; Docentes, Não Docentes, Alunos; Pais e EE, Associações de Pais e EE; Autarquia; Parceiros.
Formação Conceitos em destaque: .formação contínua; .aprendizagem ao longo da vida.	Levantamento das necessidades de formação contínua, articulando com o Centro de Formação; Promoção do conhecimento e desenvolvimento profissional.	Ações de Formação creditada; Formação em contexto escolar (partilha de boas práticas); Seminários; Colóquios; Encontros com individualidades.	Formadores internos e externos; Pessoal Docente; Pessoal Não Docente; Individualidades
Calendarização	O Plano de Ação Estratégica apresentado visa a implementação/consolidação de medidas educativas, criando-se, para tal, indicadores de medida, para o período de vigência do Contrato- 2013/2016, sendo que algumas estratégias estão já a ser desenvolvidas, fruto da reflexão alargada sobre os resultados da Avaliação Externa do Agrupamento (maio de 2013). Quanto aos resultados, a aferição/avaliação far-se-á trimestralmente.		

Cláusula 4.ª

Competências reconhecidas à escola

Com o presente contrato, o Ministério da Educação e Ciência reconhece ao Agrupamento as seguintes competências, para o desenvolvimento da sua autonomia e do seu plano estratégico, nos domínios seguintes:

1. Gestão e desenvolvimento curricular

Toda a operacionalização do desenvolvimento curricular, assente na definição da identidade do Agrupamento, enquanto organização capaz de gerir e gerar o seu currículo, é estruturada em torno das questões da articulação entre níveis, anos e ciclos de escolaridade.

1.1 - Educação Pré-Escolar

- Reforçar as áreas de atividade de Expressão Físico-Motora e de Expressões Artísticas, podendo recorrer a recursos humanos do Agrupamento, numa lógica de racionalização de recursos e gestão local de competências, podendo ainda, em caso de necessidade, utilizar outros técnicos especializados nestas áreas.

1.2 - 1.º Ciclo

- Garantir, a todos os alunos, oferta complementar na área de formação pessoal e social- Cidadania e Comunicação - com o intuito de permitir a formação para a cidadania, a formação para a vida;
- Proporcionar, durante o ciclo de escolaridade, a aprendizagem da Língua Inglesa, Informática, Expressão Plástica, Musical e Físico-Motora, como complemento curricular, podendo recorrer aos docentes do Agrupamento;
- Incentivar a atividade experimental na Área de Estudo do Meio, a partir do 3.º ano, podendo recorrer aos docentes do Agrupamento - projeto "Ciências no Agrupamento";
- Possibilitar a todos os alunos do 1.º ciclo do ensino básico a frequência de atividades de desporto escolar, podendo recorrer a recursos humanos do Agrupamento e do concelho, de acordo com o Programa Desporto Escolar 2013/2014 a que se refere o Despacho n.º 9332-A/2013, de 16 de julho.

1.3 - 2.º e 3.º Ciclos

- Garantir, a todos os alunos, oferta complementar na área de formação pessoal e social- Ética e Cidadania- com o intuito de permitir a formação para a cidadania, a formação para a vida;
- Reforçar as atividades experimentais (3.º ciclo), ao nível das Ciências Experimentais, através de estratégias inovadoras que conduzam a práticas laboratoriais eficientes, admitidas pelo desdobramento de turmas;
- Assegurar a oferta de escola (7.º e 8.º anos de escolaridade) em disciplinas de Educação Tecnológica e de Música - pelo interesse manifestado pelos alunos e pelo quadro estável de docentes destas áreas curriculares;
- Selecionar a oferta formativa de Cursos de Educação e Formação, articulada com a Escola Secundária, com os outros Agrupamentos, com os serviços competentes do Ministério da Educação e Ciência e com a Autarquia;
- Proporcionar a todos os alunos modalidades de apoio pedagógico diferenciadas, de forma a reforçarem as suas aprendizagens, nomeadamente rentabilizando a estrutura de apoio ao currículo e às aprendizagens- Sei+.

1.4 - Oferta curricular diferenciada

- Continuar a assegurar um conjunto de soluções alternativas ao currículo regular - Projeto SER- "Socializar, Educar Reintegrar";
- Integrar os alunos que apresentam dificuldades condicionantes da aprendizagem, visando o sucesso educativo, em Turmas de Percurso Curricular Alternativo (PCA);
- Assegurar o cumprimento do 9.º ano de escolaridade e uma qualificação profissional de nível 2 a alunos em risco de abandono escolar - Turmas de Cursos de Educação e Formação (CEF);
- Disponibilizar os recursos humanos e materiais necessários, no sentido de facilitar a integração social e cultural de alunos estrangeiros - Apoios em Português Língua Não Materna.

2. Processos de ensino e guarda

- Adequar, em parceria com a Autarquia e as Associações de Pais e Encarregados de Educação, a organização das atividades de enriquecimento curricular e de prolongamento de horário, recorrendo aos recursos do Agrupamento e da Autarquia, numa lógica de racionalização de meios e gestão local de competências;
- Organizar equipas pedagógicas facilitando a aplicação do princípio da ocupação plena dos tempos escolares e promovendo modalidades de apoio pedagógico diferenciadas, de forma a reforçarem as aprendizagens - Nas Bibliotecas e na Sei+;

- Garantir mecanismos de regulação dos resultados académicos dos alunos, nomeadamente através da construção, aplicação e análise de dados dos instrumentos trimestrais (em Departamentos) e anuais de avaliação global (Autoavaliação do Agrupamento);
- Determinar, em Conselho Pedagógico, uma matriz curricular ao nível de tempos letivos por disciplina, por ano de escolaridade e por ciclo de ensino, sem prejuízo do cumprimento do disposto na legislação em vigor;
- Superintender o cumprimento dos planos curriculares (Programas e Metas Curriculares) definidos a nível nacional, selecionando métodos e estratégias diversificados de ensino e de aprendizagem, e de avaliação consentâneos com o Projeto Educativo do Agrupamento;
- Implementar práticas de coadjuvação, sobretudo em disciplinas estruturantes do currículo (Matemática e Português) e/ou nas disciplinas em que se evidencie maior insucesso.

3. Gestão e organização escolar

- Efetuar ajustamentos ao calendário escolar, fixados no início do ano letivo, de acordo com eventuais necessidades do Agrupamento, assegurando sempre o número de dias de atividades letivas fixados por lei e salvaguardando a guarda dos alunos, no respeito pelo calendário das Provas Finais;
- Determinar os horários e regime de funcionamento das unidades educativas do Agrupamento, salvaguardando a guarda dos alunos e o respeito pela escola a tempo inteiro (no 1.º ciclo do ensino básico) e pela legislação em vigor, em função dos recursos humanos disponíveis;
- Gerir, com autonomia pedagógica e organizativa, o crédito horário de tempos apurado de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente na implementação de medidas que concorram para a aquisição dos conhecimentos e o desenvolvimento das capacidades dos alunos, bem como na atribuição de cargos de natureza pedagógica, designadamente de supervisão pedagógica e orientação educativa, sem prejuízo do cumprimento da legislação em vigor;
- Efetuar a distribuição de serviço docente e não docente, de acordo com critérios previamente definidos, designadamente de eficácia e eficiência para consecução dos objetivos previstos nas cláusulas 1.ª e 2.ª deste Contrato e no respeito pela legislação em vigor;
- Garantir condições educativas que permitam a aplicabilidade de metodologias pedagógicas inovadoras, designadamente pela utilização das TIC;
- Rentabilizar os espaços educativos de apoio ao currículo (Bibliotecas e Sei+) numa perspetiva de promoção de sucesso para todos os alunos, em função dos recursos humanos disponíveis;
- Desenvolver mecanismos que permitam detetar, atempadamente, dificuldades de base, diferentes ritmos de aprendizagem ou outras necessidades dos alunos que exijam formas de apoio adequadas nos domínios psicológico e socioeducativo;
- Permutar serviço letivo entre docentes ou proceder à compensação letiva, em moldes a cumprir os Programas e as Metas Curriculares;
- Selecionar e contratar, de acordo com os critérios objetivos de seleção consignados na legislação aplicável, o pessoal docente necessário para suprir as necessidades temporárias que resultem da não satisfação pelos concursos internos;
- Definir soluções de autonomia organizacional, constantes no Regulamento Interno, que permitam garantir um percurso sequencial e articulado aos alunos, uma gestão propiciadora de equidade de recursos materiais pedagógicos e humanos e uma gestão escolar e administrativa com capacidade de resposta eficiente e eficaz no quadro do Projeto Educativo;
- Simplificar procedimentos administrativos, através do recurso às novas tecnologias, designadamente para melhorar os circuitos de comunicação no Agrupamento e entre a escola, a família e a comunidade;
- Proceder à atribuição da redução da componente letiva, para garantir o desempenho eficaz e eficiente de determinados cargos de administração e gestão escolar, bem como de supervisão e coordenação curricular e pedagógica, no respeito dos limites definidos em lei sobre a matéria;

- Recorrer a serviços de entidades exteriores à escola, de acordo com a regulamentação específica em lei sem prejuízo do pedido de autorização por parte do Agrupamento aos serviços competentes do MEC, e desde que não resulte acréscimo de encargos para o MEC (no caso de se tratar de equipamento informático, respeitando os termos contratualizados no âmbito do Plano Tecnológico da Educação);
- Proceder a correções excecionais dos apoios sociais e económicos, decorrentes de alterações sócio- económicas, ou outras que possam condicionar a obtenção de sucesso escolar, no cumprimento do disposto na legislação vigente.

4. Formação vocacional e profissional

- Propiciar oferta própria de formação vocacional e profissional, em articulação com os serviços competentes do Ministério da Educação e Ciência;
- Concretizar o plano de formação de pessoal docente e de pessoal não docente, em articulação com o Centro de Formação da Associação de Escolas Rómulo de Carvalho;
- Candidatar o Agrupamento a programas e projetos financiados por entidades nacionais e internacionais.

5. Excelência, inovação e empreendedorismo

- Garantir o apoio a todos os alunos, de forma sistematizada e permanente, mediante o desenvolvimento de projetos inovadores e empreendedores;
- Desenvolver projetos de acompanhamento e complemento pedagógico, numa lógica de articulação e sequencialidade das aprendizagens, que visem a formação integral do indivíduo, a excelência e a promoção do sucesso;
- Impulsionar o trabalho desenvolvido pelas estruturas de apoio ao currículo, às aprendizagens e à ocupação plena dos tempos escolares, sustentado por uma vasta equipa docente multidisciplinar, criadas na ótica da divulgação das boas-práticas e da promoção do sucesso educativo;
- Implementar modalidades renovadoras de apoio pedagógico e escolar - Grupos temporários de apoio educativo - recuperação ou ampliação de conhecimentos;
- Oferecer atividades extracurriculares de índole cultural e artística, em parceria com outras entidades, dentro do quadro legal em vigor e salvaguardando eventuais encargos para o Agrupamento e para o MEC, que venham a resultar da colaboração com entidades externas.

Cláusula 5.ª

Compromissos da Escola

Com vista ao cumprimento dos objetivos gerais e operacionais constantes do presente contrato, o Agrupamento compromete-se e fica obrigado a:

1. Garantir o serviço público de Educação;
2. Prestar um ensino eficaz e de qualidade;
3. Promover o envolvimento da comunidade educativa na concretização dos objetivos gerais e operacionais definidos;
4. Programar e superintender aos processos de diversificação e desenvolvimento do currículo, visando a progressiva requalificação do percurso formativo dos alunos, tendo como referência os princípios estruturantes da Educação e as prioridades da ação educativa consagradas em sede do Projeto Educativo Municipal e do Projeto Educativo do Agrupamento;
5. Fomentar a melhoria progressiva da qualidade do ensino, dos procedimentos e das dinâmicas organizativas, numa perspetiva de desenvolvimento e modernização do Agrupamento:
 - Programa Escola Voluntária - Projeto co- dinamizado pelo MEC e MESS;
 - “A minha turma é a melhor da escola” - Projeto de consolidação do conceito de sucesso pleno e cidadania ativa e responsável;
 - “Dar as Mãos, Dialogar e Respeitar”- Projeto que objetiva a formação de cidadãos autónomos, participativos, críticos, reflexivos e civicamente responsáveis, e ainda educar para a tolerância e respeito pelos outros e por si próprio;

- Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família - Prevenção, mediação e intervenção em caso de conflitos entre alunos e/ou quaisquer outros intervenientes da comunidade educativa;
 - “PIAR”- Projeto de Intervenção Artística em Rede (Teatro, Dança, Música);
 - “Escolinha do Andebol”- Em parceria com as Associações de Pais e Encarregados de Educação;
 - “Ciências no Agrupamento” - Atividades laboratoriais e/ou experimentais de promoção da aprendizagem da Ciência, de acordo com uma abordagem exploratória (Pré-escolar, 1.º e 2. Ciclos);
 - Projeto “aLeR+” - Em parceria com a RBE e PNL;
 - “Todos Juntos Podemos Ler”- Projeto de leitura solidária patrocinado pela RBE, pela Direção de Serviços da Educação Especial e pelos Apoios socioeducativos;
 - Constituição de “Equipas de Trabalho docente” - Articulação e supervisão da prática profissional.
6. Acautelar a gestão eficaz e eficiente das verbas transferidas pelo Ministério da Educação e Ciência, bem como das obtidas através do Orçamento de Compensação da Despesa e Receita, no âmbito do presente contrato;
7. Realizar anualmente a autoavaliação, divulgando no sítio eletrónico do Agrupamento os resultados obtidos e as metas alcançadas;
8. Manter com a Autarquia, com os outros Agrupamentos e com a Escola Secundária um diálogo permanente e construtivo, com vista à celebração de protocolos e parcerias efetivas, adotando e divulgando boas-práticas;
9. Cumprir e fazer cumprir os princípios e as disposições consagradas no presente Contrato.

Cláusula 6.ª

Compromissos do Ministério da Educação e Ciência

Pelo presente Contrato, o Ministério da Educação e Ciência compromete-se e obriga-se a:

1. Tomar as decisões e medidas indispensáveis à viabilização e concretização do presente Contrato, de modo a garantir as condições necessárias ao desenvolvimento da autonomia do Agrupamento;
2. Autorizar a contratação de meio horário para psicólogo para a equipa multidisciplinar (o Agrupamento partilha um psicólogo com outro Agrupamento), conforme previsto no plano de ação estratégica;
3. Autorizar a afetação de 11 horas letivas para o grupo de recrutamento 300-Português, conforme previsto no plano de ação estratégica;
4. Manter com o Agrupamento um relacionamento institucional direto e colaborante, no quadro da delimitação de competências decorrentes da Lei e do presente Contrato;
5. Proporcionar apoio jurídico ao Agrupamento;
6. Participar na Comissão de Acompanhamento prevista no artigo 9.º da Portaria n.º 265/2012, de 30 de agosto.

Cláusula 7.ª

Compromissos da Câmara Municipal de Mafra

1. Manter com o Agrupamento um relacionamento institucional direto e colaborante, no quadro da delimitação de competências decorrentes da lei e do presente Contrato;
2. Tomar as decisões e medidas indispensáveis à viabilização e concretização do presente Contrato, de modo a garantir as condições necessárias ao desenvolvimento da autonomia do Agrupamento;
3. Facultar recursos humanos especializados na área da Psicologia e da Ação Social, através do recurso aos Programas do Contrato de Emprego e Inserção (CEI) e do Impulso Jovem, desde que possua disponibilidade financeira;
4. Participar na Comissão de Acompanhamento prevista no artigo 9.º da Portaria n.º 265/2012, de 30 de agosto.

Cláusula 8.ª

Duração do Contrato

1. O presente Contrato de Autonomia vigorará até ao termo do ano letivo 2015/2016;
2. O presente Contrato pode ser revisto e alterado a todo o tempo, por acordo das partes, respeitando o requisito previsto na alínea a) do Artigo 6.º da Portaria n.º 265/2012, de 30 de agosto;

3. O presente Contrato poderá ser renovado, nos termos da legislação, mantendo-se em vigor, com as alterações que entretanto lhe tenham sido introduzidas nos termos do disposto no número anterior, até à celebração de um novo Contrato de Autonomia.

Cláusula 9.ª

Acompanhamento e Monitorização

1. O Agrupamento constitui uma estrutura permanente de acompanhamento e monitorização constituída pela Diretora do Agrupamento e por, pelo menos mais dois docentes de carreira, designados para o efeito, com as seguintes competências:

- a) Monitorizar o cumprimento e a aplicação do presente Contrato e acompanhar o desenvolvimento do processo;
- b) Monitorizar o processo de Autoavaliação do Agrupamento;
- c) Produzir e divulgar o relatório anual de progresso;
- d) Constituir meio de interlocução com os serviços competentes do Ministério da Educação e Ciência.

Cláusula 10.ª

Casos Omissos

Todas as matérias não reguladas no presente Contrato serão regidas pela Lei geral aplicável.

Assinaturas

O Diretor-Geral dos Estabelecimentos Escolares

José Alberto Moreira Duarte

A Diretora do Agrupamento de Escolas de Mafra

Maria de Jesus Azevedo dos Santos Roxo Galdes Pires

A Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Mafra

Aida Maria Adrião Ferreira

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra

Hélder António Guerra de Sousa Silva

Homologo

O Secretário de Estado do Ensino e Administração Escolar

João Casanova de Almeida





Conselho Geral

2013 - 2017

Ata nº 6

25/11/2013

O Presidente:	António Carlos Monteiro Ferreira	
A Secretária:	Fernanda Marques Laia	

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e treze, pelas dezassete horas, sob a presidência do professor António Ferreira, reuniu o Conselho Geral da Escola Secundária José Saramago – Mafra, na sala de reuniões para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Informações

Ponto dois – Análise e aprovação do contrato de autonomia

Ponto três – Aprovação da carta de missão da diretora

Não esteve presente a representante dos professores, Rosa Pais. A diretora Margarida Branco também não esteve presente pelo facto de a tutela a ter convocado para uma reunião em Lisboa, porém fez-se representar pela subdiretora, Isabel Caetano.

Tendo em conta a ausência da diretora, e a eventual possibilidade de, após o término da reunião em Lisboa, ainda poder comparecer na reunião do Conselho Geral, o presidente da reunião, António Ferreira, colocou à consideração dos presentes a possibilidade de alterar a ordem dos pontos da ordem de trabalhos ou a eventual necessidade de adiar o ponto dois para outra reunião em que a diretora estivesse presente para esclarecer algumas dúvidas que pudessem surgir relativamente ao contrato de autonomia.

A representante dos professores, Marília Peres, questionou a subdiretora, no sentido de saber se esta conhecia o contrato e poderia prestar todos os esclarecimentos necessários. A subdiretora referiu que não tinha colaborado na elaboração do documento embora este tivesse sido discutido e lhe tivesse sido perguntado se concordava com o mesmo.

No seguimento da questão colocada pelo presidente, a representante dos assistentes técnicos, Ana Paula Miranda, manifestou o seu desacordo com a eventual análise do referido documento sem a presença da diretora, Margarida Branco, visto que tem muitas dúvidas que gostaria de ver esclarecidas, nomeadamente no que concerne às implicações do contrato de autonomia a nível financeiro.

O presidente do Conselho Geral sugeriu então que se avançasse e se analisasse a generalidade do documento, deixando eventualmente para mais tarde a discussão dos pontos que pudessem levantar alguma dúvida. A representante dos professores, Ana Vigário, acrescentou que essa modalidade teria a vantagem de deixar à diretora algum tempo para reformular ou apresentar alguns dados que pudessem agora ser solicitados. A representante dos professores, Marília Peres, referiu que no seu entender não seria possível aprovar o documento sem a presença esclarecedora da diretora pois este continha metas que deveriam ser objeto de discussão.

A fim de dar seguimento à reunião, o presidente do Conselho Geral, António Ferreira, solicitou a concordância de todos para a alteração da sequência dos pontos da ordem de trabalhos, não tendo havido oposição por nenhum dos presentes esta sofreu a seguinte alteração:

Ponto dois – Aprovação da carta de missão da-diretora

Ponto três – Análise e aprovação do contrato de autonomia

Antes de dar início aos trabalhos, cumprindo os procedimentos previstos do artigo 7º do Regimento do Conselho Geral em vigor, procedeu-se à tomada de posse da representante da autarquia, Célia Fernandes, que aproveitou a ocasião para manifestar a disponibilidade da Câmara Municipal de Mafra para colaborar com a Escola e encetar todos os esforços necessários para o sucesso dos múltiplos projetos levados a cabo por esta instituição. O presidente do Conselho Geral agradeceu e desejou as boas vindas a este Órgão.

Passou-se de seguida à aprovação da ata de vinte e oito de outubro de dois mil e treze, com quinze votos a favor e três abstenções por ausência.

No que diz respeito ao primeiro ponto da ordem de trabalhos foi apresentada para aprovação a atividade “Programa Escola Voluntária” coordenada pela professora Fernanda António.

A representante dos funcionários, Fátima Pinheiro, propôs a possibilidade de integrar nesta atividade a participação dos alunos no banco alimentar, porém foi referido que essa eventual alteração não poderia ser efetuada pelo Conselho Geral pois era da responsabilidade da professora Fernanda António. A representante dos professores, Margarida Cachão, enquanto membro da equipa de colaboradores nesta atividade, explicou que se pretende ir bastante para lá da participação no banco alimentar, acrescentando que neste caso existe um destinatário específico, a Casa Mãe do Gradil – Mafra, para o qual se canalizará todo o tipo de apoio a disponibilizar ou angariar pela Escola. Acrescentou que a escolha desta instituição se prende com o facto de vários membros da Casa Mãe serem alunos da nossa escola e haver por isso uma relação de maior proximidade e de conhecimento dos problemas vividos pelos utentes da Casa.

A representante dos encarregados de educação, Dulce Costa, aproveitou a ocasião para louvar o projeto, tendo a representante dos professores, Marília Peres apelado aos representantes dos alunos, Renato Costa e Joana Grileiro para que o divulgassem junto da Associação de Estudantes, que sempre que possível, poderia também colaborar em atividades de Integração das alunas da Casa Mãe, tendo sugerido que ficasse registado em ata a relevância deste projeto. A representante dos assistentes técnicos, Ana Paula Miranda, lembrou ainda que todos os alunos deveriam ler a portaria sobre a escola solidária.

Após estas considerações, a atividade "Programa Escola Voluntária" foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente, a representante dos professores, Marília Peres, abordou o problema decorrente da proposta de alteração do programa de português do ensino secundário, que retira o estudo da obra "Memorial do Convento" de José Saramago, substituindo-a por "História do Cerco de Lisboa" do mesmo autor, alertando para a necessidade de o Conselho Geral se pronunciar sobre esta alteração, que trará implicações acrescidas para a nossa escola e para o nosso concelho.

A este propósito, a representante da autarquia, Célia Fernandes, informou que a exposição enviada pela Câmara Municipal de Mafra, foi elaborada no contexto da discussão pública destas alterações, visando sobretudo alertar para as implicações negativas que esta alteração terá para o concelho, quer a nível turístico em geral, quer a nível escolar em particular, devido nomeadamente ao elevado número de visitas de estudo que se realizam anualmente aquando do estudo do "Memorial do convento". Considera porém, que a eventual argumentação, a apresentar pela escola, deverá ter um cariz diferente, dado tratarem-se de implicações a outro nível, nomeadamente pedagógico.

O representante dos alunos, Renato Costa, tomou a palavra, afirmando que a leitura desta obra apresenta uma motivação acrescida para os alunos do concelho pois identificam-se facilmente com o espaço em que decorre a narrativa, permitindo assim uma melhor compreensão da mensagem veiculada, pelo que também considera que é de todo o interesse que o Conselho Geral se manifeste a este propósito. Esta opinião foi secundada pelas representantes dos professores, Ana Vigário e Marília Peres, pela representante dos assistentes técnicos, Ana Paula Miranda e ainda pelo presidente do conselho geral, António Ferreira, tendo ficado clara a importância da redação de um manifesto que defenda a importância de manter o estudo desta obra nos programas de português. Partindo do documento já elaborado pela Câmara, deverão ser seguidas linhas orientadoras que possam valorizar a importância do estudo desta obra para os alunos do concelho de Mafra. A este respeito, a representante do Palácio Nacional de Mafra, Sónia Silva, aproveitou o ensejo para informar que as visitas escolares integradas no estudo do "Memorial do Convento" representam setenta por cento das entradas. Acrescentou ainda que recebeu a informação, por parte de

várias escolas que já nos visitaram, de que realizaram uma petição para que a obra em questão se mantivesse nos programas de português do ensino secundário.

Após estes comentários ficou definido que as representantes dos professores, Marília Peres, Ana Vigário e Margarida Cachão, dariam corpo ao documento representativo da opinião do Conselho Geral relativamente a este assunto, documento que será enviado para o Ministério da Educação e Ciência até dois de Dezembro, data em que termina a consulta pública. Os representantes dos alunos também ficaram de analisar esta proposta em sede de Associação de Estudantes.

Antes da passagem ao ponto dois da ordem de trabalhos: análise e aprovação do contrato de autonomia, perante a indecisão de proceder à aprovação ou não do contrato de autonomia, a representante da autarquia, Célia Fernandes, solicitou a compreensão e colaboração do Conselho Geral relativamente à necessidade de celeridade na aprovação deste documento, visto que os contratos de autonomia das outras escolas já foram aprovados para irem para deliberação em reunião de Câmara, sendo portanto de todo o interesse que o contrato de autonomia da nossa escola fosse apresentado em conjunto com os das restantes escolas do concelho. Perante este pedido, o presidente do Conselho Geral, António Ferreira, contactou telefonicamente a diretora Margarida Branco, a fim de saber se esta poderia ainda estar presente no final da reunião do Conselho Geral, a tempo de participar na análise e discussão do contrato de autonomia. Na sequência de resposta afirmativa da diretora, e tendo em conta a alteração da ordem dos pontos da reunião, a subdiretora, Isabel Caetano, ausentou-se e passou-se ao ponto dois da ordem de trabalhos: aprovação da carta de missão da diretora.

O presidente do Conselho Geral, António Ferreira, começou por informar que para poder analisar a carta, a comissão de trabalho, de que também fez parte, consultou alguns documentos orientadores, assim como a legislação em vigor e cartas de missão aprovadas em outras escolas e disponíveis na internet. Referiu ainda que, ao analisar a carta da diretora, a opinião dos elementos desta comissão não foi unânime e apresentava alguns pontos que, no seu entender, deveriam ser clarificados ou retificados.

Assim, uma parte dos elementos da Comissão considerou que os pontos apresentados como conteúdos são compromissos e que por isso mesmo poderiam ser mais específicos e mais objetivos, sendo de preferência quantificáveis. Por outro lado, tendo em conta que a legislação refere apenas sete compromissos, o facto de os conteúdos apresentados na carta poderem, sob alguns pontos de vista, ser considerados compromissos, ultrapassa em muito o indicado na lei. Ainda nessa perspetiva, os sete compromissos efetivamente apresentados na carta, poderiam ser vistos como intenções. Esta situação remete para a não quantificação, que, apesar de a legislação indicar que não é obrigatória e de a diretora em nota de fim de texto o ter também salientado, a estar presente,

198

permitiria a clara definição de metas e consequentemente, uma avaliação da diretora mais objetiva, justa e equilibrada. Esta menor objetividade condiciona também a apresentação da calendarização e, na maioria dos pontos, tem como referência o período do mandato da diretora.

Por outro lado referiu que, em reunião da comissão, outras opiniões consideraram que a carta estava bem-feita, mas os conteúdos podiam estar mais especificados. O facto de a carta não ter metas quantificadas, poderá prejudicar a diretora quando for avaliada. Sem compromissos quantificados e calendarizados a sua avaliação terá de ser feita com base na análise de documentos responsáveis pelo funcionamento da escola (Projeto Educativo de Escola (PEE), Projeto Educativo Municipal (PEM), Contrato de Autonomia (CA) e Plano Anual de Atividades (PAA)).

Na sequência destas considerações, a representante dos professores, Ana Burnay, que também integrou a Comissão que analisou a Carta de Missão, salientou que as diretrizes referidas pelo presidente do Conselho Geral, António Ferreira, não são vinculativas, considerando que os conteúdos e compromissos estão bem definidos e que contemplam os pontos fracos, e as ações de melhoria. O facto de não ter metas claras, não lhe parece ser preocupante pois trata-se de um documento da diretora enquanto tal, e além do mais, remete claramente para o PAA e PEE onde estarão todos os dados que se poderão considerar em falta na referida Carta. Acrescentou ainda que ao estabelecer a comparação com outras Cartas de Missão não encontrou diferenças significativas que possam de alguma forma inviabilizar a sua aprovação. A representante dos encarregados de educação, Dulce Costa, corroborou esta ideia afirmando que também comparou esta com outras cartas e que lhe parece que a Carta de Missão da diretora, Margarida Branco, cumpre todos os requisitos exigidos. Por sua vez, a representante da autarquia, Célia Fernandes acrescentou que todos os conteúdos da carta são mensuráveis pelo que não seria necessária a nota de fim de texto justificando a não quantificação dos compromissos.

A representante dos professores, Ana Vigário, em relação a esta questão referiu que este texto está na legislação no ponto 2 do artigo 6º, daí a Diretora ter colocado esta salvaguarda. Referiu ainda o facto de não existir uma calendarização anual, que segundo a lei deveria estar definida. A representante dos professores, Marília Peres, afirmou então que apesar de considerar que o documento, objeto de discussão, não é relevante para a escola, este não cumpre a legislação, pois não há compromissos nem diretrizes efetivas e mensuráveis. Para concluir, teceu algumas considerações sobre a noção de metas, compromissos e estratégias, questionando o que poderá efetivamente ser medido no momento de avaliar o trabalho realizado. A este propósito, o presidente do Conselho Geral, António Ferreira, salientou que uma maior objetividade ou quantificação beneficiaria a diretora na verificação e concretização dos objetivos propostos. Neste ponto, a representante dos assistentes técnicos, Ana Paula Miranda, referiu ainda que, apesar de a longo prazo o objetivo ser avaliar a diretora, é toda a escola que está implicada e que

está a ser avaliada. Sem objetivos claros, nem descritores para verificar se estes foram atingidos, e a que nível / percentagem, temos apenas intenções não mensuráveis.

A esse propósito, a representante dos professores, Marília Peres, salienta que apesar de considerar que do ponto de vista formal, a carta não cumpre o que está estipulado na legislação, toda a carta é favorável ao bom funcionamento da escola e dos serviços prestados, vendo apenas um ponto negativo para a escola e este prende-se com os níveis de indisciplina que a diretora se compromete a manter ou reduzir, quando, na sua opinião, apesar de a diretora considerar que os níveis de indisciplina são baixos, deveria apenas constar o compromisso de redução e não de manutenção.

A representante dos professores, Ana Burnay, defende que conseguir manter os níveis de indisciplina já seria bastante bom, visto que somos uma escola pública e temos que receber todo o tipo de alunos, alunos dos Cursos regulares e de Cursos de Educação e Formação. O representante dos alunos, Renato Costa, acrescentou que a afluência ao Gabinete de Apoio ao Aluno é mínima, referindo mesmo que alguns alunos que vieram de outras escolas de Cursos de Educação e Formação (CEF) acabam por ficar mais disciplinados pois, sentem imediatamente que o ambiente é diferente, o que apesar de não ser mensurável é louvável para a escola e relevante para definir o seu baixo nível de indisciplina. Porém, em cada novo ano o público muda e é muito difícil garantir que se vai conseguir manter ou reduzir os níveis de indisciplina. A representante dos assistentes técnicos, Ana Paula Miranda, concordou que se compararmos a nossa escola com outras, um pouco por todo o país, podemos considerar que tem bom ambiente, que há preocupação em que tudo funcione, porém, não podemos ficar satisfeitos com o que já temos, por isso, o nível de indisciplina não deve manter-se, mas sim ser reduzido.

Mais uma vez, a representante dos professores, Marília Peres, lembrou que no seu ponto de vista há vários aspetos a melhorar para se definirem indicadores, até porque poderemos ter em consideração que no mandato anterior, avaliado por este Conselho Geral, um dos pontos menos abonatórios foi exatamente o nível de indisciplina.

Após todas estas considerações, o presidente do Conselho Geral, António Ferreira, deu início ao processo de votação por escrutínio secreto para aprovação da Carta de Missão da Diretora. Depois de exercido o direito de voto por todos os presentes, foram obtidos os seguintes resultados:

Aprovação : 9 votos

Não Aprovação : 5 votos

Branco : 4 votos

Tendo em conta o artigo 6º, ponto 6, da portaria nº266/2012, a Carta de Missão da Diretora não foi validada pois não obteve aprovação da maioria simples dos membros do Conselho Geral.

Ainda de acordo com a legislação, foi lembrado, pela representante dos professores, Ana Vigário, que a não validação da carta de missão deverá ser expressa em documento fundamentado, a apresentar ao avaliado no prazo de quinze dias úteis, para que este proceda às necessárias reformulações.

A representante da autarquia, Célia Fernandes, sintetizou os contributos de todos os conselheiros no sentido de registar as fragilidades apontadas, nomeadamente o não ser mensurável, o não apresentar uma calendarização anual e o não definir claramente os compromissos. Ainda referiu que a missão é algo que alguém se propõe a alcançar e num mandato tem de haver a definição de metas de forma a este ser avaliado com justiça. Salientou que estas situações, acima de tudo são lesivas sobretudo para a diretora pois, em última instância, o documento é tão genérico que, ao proceder-se a qualquer medição, irá penalizar toda e qualquer falha devido à já referida falta de quantificação. Acrescentou ainda que a diretora não pode ser penalizada por todo o insucesso, devendo ser avaliada pelo sucesso que se propõe realmente alcançar, e que este deve ser, sempre que possível, mensurável/quantificável/objetivo.

Foi ainda referido que, a fundamentação a entregar à diretora poderia ser feito a partir de um excerto da ata no que diz respeito ao ponto em análise e que a reformulação deveria ser entregue num prazo de trinta dias úteis.

Passou-se então ao último ponto da ordem de trabalhos: Análise e aprovação do Contrato de Autonomia que contou já com a presença da diretora, Margarida Branco.

A representante dos assistentes técnicos, Ana Paula Miranda, questionou se os dados constantes no contrato de autonomia relativos ao número de alunos, pessoal docente e não docente seriam os que constavam no documento apresentado ou se seriam os correspondentes à data da assinatura do contrato.

Foi ainda lembrado que sempre que alguma sigla surge no texto, esta deve aparecer por extenso em nota de rodapé, pelo que será necessário verificar se tal procedimento está salvaguardado em todo o documento. Relativamente à cláusula dois, objetivos operacionais, no ponto um, foram pedidos esclarecimentos pelo presidente do Conselho Geral, António Ferreira, sobre a exequibilidade do ponto um: atingir ou aproximar o abandono escolar de zero por cento por entender que é um objetivo impossível de atingir uma vez que basta um aluno abandonar a escola para este não ser atingido. Na sua opinião retirava a palavra "atingir" mantendo apenas "aproximar". A diretora esclareceu então o que se entendia por abandono escolar, que diz respeito apenas aos alunos que estando dentro da escolaridade obrigatória, abandonaram efetivamente o ensino (não se contabilizam aqui as transferências para outros estabelecimentos de ensino do país ou estrangeiro), acrescentando que temos mesmo que atingir a taxa de abandono de zero por cento quando os alunos estão na escolaridade obrigatória. Referiu que é

necessário melhorar os processos de monitorização do abandono, como por exemplo o caso de alunos que se inscrevem na nossa escola e simultaneamente numa escola profissional e que para pedirem anulação de matrícula têm que apresentar certificado de matrícula noutra escola. O mesmo se passa com a monitorização das situações que envolvem alunos estrangeiros, em que deve ficar registado que regressaram ao seu país e que não se trata de abandono. Quanto aos alunos com mais de dezasseis anos, em risco de abandono, está prevista a possibilidade de serem orientados para um percurso escolar modular. Para concluir, lembrou ainda que quando o aluno atinge dezoito anos deixa de ser considerado abandono escolar.

A representante dos professores, Marília Peres questionou a diretora, Margarida Branco, sobre o ponto quatro, da cláusula dois, relativa à diminuição para quatro por cento nos cursos profissionais, da diferença entre a taxa de sucesso nacional e a taxa de sucesso da escola, tendo a visada respondido que apesar de haver uma grande irregularidade de ano para ano e de curso para curso, em 2012/2013 a diferença foi inferior a 4%, tendo porém sido de cerca de 7% em 2011/2012, esta descida indica que os resultados escolares têm vindo a melhorar, sendo de manter a meta sugerida. Esta explicação teve a concordância do Conselho Geral.

Relativamente ao ponto oito da cláusula dois, foi ainda sugerido pelo presidente do Conselho Geral que onde se lê “crianças e jovens” estejam apenas contemplados os “jovens”, já que se trata de uma escola secundária sem ensino básico no ensino diurno.

No que diz respeito ao ponto dez, da cláusula dois, a representante dos assistentes técnicos, Ana Paula Miranda, questionou se seria possível a autarquia assegurar a formação do pessoal técnico não docente da escola secundária José Saramago ao que a autarquia responde negativamente. Porém, a diretora, Margarida Branco, interveio, alegando que como as formações do Centro de Formação Rômulo de Carvalho contam sempre com a participação do pessoal não docente que está sob a alçada da Câmara Municipal de Mafra, este ponto deve e pode manter-se sem alterações.

Quanto ao ponto onze da cláusula dois, o presidente do Conselho Geral, referiu que como a escola não está agrupada, não concorda com este ponto, uma vez que não vê como poderá ser feita a partilha de recursos entre os estabelecimentos de ensino. Para os outros agrupamentos este ponto faz sentido, mas para a nossa escola não.

A diretora referiu que a partilha de recursos já existe. Referiu o exemplo de equipamentos cedidos, por outra escola, para o ensino especial, doutra forma não teria acesso a eles e o exemplo da cedência do auditório a outras escolas.

No que concerne ao ponto doze, o presidente do Conselho Geral, António Ferreira, questionou a sua pertinência, visto que não somos uma escola agrupada e não lhe parecer que os professores das diferentes áreas

disciplinares do mesmo ano promovam reuniões com os professores dos Colégios. Tendo em conta este problema este objetivo não é exequível. A diretora, Margarida Branco, justificou a sua inclusão e manutenção, referindo que embora seja um problema considerado e difícil de ultrapassar, já se conseguiu que eles participassem no Projeto Educativo Municipal e fez referência à articulação que existe por exemplo ao nível do ensino profissional, para que não se verifique nomeadamente duplicação de oferta de cursos numa mesma área/região.

Na cláusula três, o presidente do Conselho Geral, António Ferreira, alertou para o facto de nem sempre as comparações dos resultados escolares entre a Escola e o Ensino Particular, serem justas, podendo mesmo serem desfavoráveis para a nossa escola, pois há variáveis de contexto muito diferentes. A representante dos professores Marília Peres e a representante da autarquia, Patrícia Duarte, embora considerem que é um facto, a análise que deve ser feita dos resultados tem de ter em conta essas diferenças, como já aconteceu na elaboração do Projeto Educativo Municipal.

Ainda em relação ao quadro da cláusula três, referente à indisciplina, o presidente sugeriu a alteração do texto da ação estratégica " Manutenção dos baixos níveis de indisciplina" para a redação "redução dos níveis de indisciplina". A diretora referiu que tendo em conta que o ensino obrigatório é até ao décimo segundo ano tal proposta é muito difícil de cumprir. A representante da autarquia, Célia Fernandes, referiu que, como é uma estratégica, esta ação deverá ter como intenção a redução e não o manter da indisciplina. A alteração foi aceite.

Na Cláusula quatro, ponto dois, o título "processos de ensino e guarda " suscitou algumas dúvidas relativas ao termo "guarda". A dúvida surgiu tendo em conta que na Escola não guardamos os alunos, mas sim ensinamos. A representante dos professores, Ana Vigário, referiu que o termo "guarda" diz respeito a " os alunos estarem à nossa responsabilidade" e desta forma a dúvida foi esclarecida.

Para concluir, foi questionado se faria sentido manter o ponto três da cláusula sete, relativo a recursos humanos facultados pela autarquia na área da Psicologia e da Ação Social. Como no caso da Escola Secundária José Saramago, tal não é da responsabilidade da Câmara Municipal de Mafra foi decidido que este ponto se deveria retirar do Contrato de Autonomia e o ponto quatro passaria a ponto três.

A Representante do Palácio Nacional de Mafra, Sónia Silva saiu às vinte horas e trinta minutos.

O presidente questionou a diretora no sentido de saber quando irá dar início à elaboração do novo Projeto Educativo de Escola (PEE). A diretora referiu que o projeto educativo de escola termina este ano e pretende iniciar a elaboração do novo em janeiro para que este esteja pronto o mais cedo possível. Referiu ainda que, para contemplar os resultados escolares, deste ano, no novo PEE, este só estará concluído no próximo ano letivo durante o primeiro período.

A próxima reunião ficou agendada para o dia treze de Janeiro.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por terminada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, será assinada nos termos da lei.



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA

mafra
Qualidade de Vida

CÂMARA MUNICIPAL



[Handwritten signatures and initials]

CONTRATO DE AUTONOMIA

Escola Secundária José Saramago - Mafra
2013/14 - 2015/16

Preâmbulo

A Escola tem por missão dotar os cidadãos de valores estruturantes da nossa sociedade e de competências para um bom desempenho profissional ou uma correta opção de formação ao longo da vida. Onde, a sociedade espera que a Escola cumpra o papel fundamental de consciencializar os seus alunos para o exercício responsável dos seus deveres e direitos de cidadania ativa e, concomitantemente, que implemente eficazes modelos educativos e práticas pedagógicas e didáticas inovadoras que melhor a acomodem aos desafios de mudança. Urge que a Escola encontre, no terreno, outras instituições cuja atividade incida nas mesmas populações, o que torna necessária uma atuação local planeada por todos os intervenientes, com vista à resolução dos problemas.

Na sequência de um entendimento concertado entre a Câmara Municipal de Mafra e os Diretores dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas de Mafra, no sentido de se congregar esforços com vista ao estreitar de relações institucionais entre as escolas e as comunidades em que se situam, quer aproximando o poder local da Escola quer criando parcerias entre os territórios educativos e o tecido empresarial e cultural local, foi elaborado o Projeto Educativo Municipal de Mafra. Este Projeto Educativo define-se como “instrumento de realização de uma política educativa local, que articula as ofertas educativas existentes, os serviços sociais com os serviços educativos, promove a gestão integrada dos recursos e insere a intervenção educativa numa perspetiva de desenvolvimento da comunidade e de promoção da qualidade de vida”. Onde, consubstancia a articulação de ofertas educativas intra e inter escolas/agrupamentos, a articulação vertical dos diferentes níveis e ciclos de ensino, a sequencialidade dos percursos até ao 12.º ano, a melhoria dos resultados escolares, a partilha e articulação de estratégias de sucesso, a promoção da gestão integrada dos recursos, a articulação com a comunidade e entre os serviços sociais e os educativos. O Projeto Educativo Municipal de Mafra, observando as especificidades de cada uma das Unidades Orgânicas do concelho, respeita a autonomia pedagógica das mesmas e centra na articulação entre o Projeto Educativo Municipal de Mafra e o Projeto Educativo dos Agrupamentos de Escolas/Escolas não Agrupadas os termos do planeamento educativo, que se projeta à escala do município. Este documento estratégico da ação educativa local mereceu o parecer favorável, por unanimidade, tendo sido assinada uma declaração de compromisso no Conselho Geral da Escola Secundária José Saramago - Mafra.

Visão

“Em Educação, todas as perspetivas devem ser tidas em conta, visando um contínuo processo de aperfeiçoamento, considerando a sociedade e o futuro, num complexo mundo globalizante, onde, cada vez mais, é exigido às Escolas respostas mais eficazes e mensuráveis que criem uma regulação contínua nas suas práticas pedagógicas, no desempenho escolar dos alunos e no envolvimento crescente da comunidade”¹

Neste sentido, a Escola Secundária José Saramago-Mafra, única escola secundária pública do concelho, inscreve-se num quadro educativo local inovador em vários aspetos, dos quais se destaca a melhoria das instalações escolares ou a aposta na oferta de percursos escolares diversificados, tanto para jovens como para adultos, contribuindo, assim, para o aumento dos níveis de escolarização e para a melhoria das qualificações da população da respetiva zona territorial de influência.

Projetos distintos e inovadores, fazendo concentrar todos os parceiros locais numa resposta educativa válida e consequente, solidificaram, passo a passo, a Escola inclusiva de hoje, implicando toda a comunidade educativa, quer ao nível local quer nacional, integrando nos estabelecimentos de educação e ensino do concelho alunos oriundos de concelhos limítrofes e também de crianças e jovens oriundos de vários pontos do país, despoletando um fluxo migratório decorrente da procura de muitas famílias. Reconhecendo a autonomia da Escola,

¹Projeto Educativo Municipal, pp. 166

em relação às restantes unidades educativas do Concelho de Mafra, mas aproximando objetivos que se traduzem numa verdadeira articulação e verticalização estratégica do ensino, pretende-se que o mesmo seja de referência e excelência pela qualidade em educação, reconhecido não só pelos resultados escolares, mas também pelo desenvolvimento humano.

O atual quadro legislativo e organizacional das Escolas contém os instrumentos de que a escola se vai servir para apostar na melhoria significativa dos seus serviços educativos. Estamos, no entanto, cientes de que não basta um bom quadro normativo, uma boa escola e bons recursos humanos e materiais para obter bons resultados educativos.

Pelo exposto, o Contrato de Autonomia, a par do Projeto Educativo, deve ser entendido como um documento orientador de toda a atividade escolar e que, baseado na participação possível e realista, seja motivador e avaliável, tendo em vista o aperfeiçoamento constante da ação educativa, ou seja, um instrumento ao serviço da comunidade escolar, para que se tracem novos caminhos na Educação ao serviço de uma sociedade, também ela, em permanente mudança.

1. Contexto e caracterização geral da Escola

A Escola Secundária José Saramago-Mafra fica situada no Concelho de Mafra, na orla ocidental do país e integrado na periferia da área metropolitana de Lisboa. Confronta-se com os concelhos de Torres Vedras, Sobral de Monte Agraço, Arruda dos Vinhos, Loures e Sintra.

Em 1 de outubro de 1970 foi inaugurada, em Mafra, uma secção do Liceu D. Pedro V, criada para ministrar o Ensino Geral e o Ensino Complementar. Funcionava, então, no edifício do ex-seminário, situado na Quinta da Raposa comprada à Congregação de S. Vicente de Paula pela Câmara Municipal. Em 1 de Janeiro de 1976, iniciou atividades a Escola Secundária de Mafra, criada pelo decreto-lei nº 260-B/75, de 26 de maio. Devido ao aumento acelerado da população escolar, as suas instalações em breve se tornaram exíguas, sofrendo uma acentuada deterioração. Passados 14 anos, foi inaugurado o novo edifício da Escola Secundária, a 19 de Outubro de 1990, num terreno com 3,3 hectares, cedido pela autarquia, e situado numa zona privilegiada, próxima do Parque Desportivo Municipal e das restantes escolas dos diferentes níveis do ensino básico. Em 30 de outubro de 1998, o Ministério da Educação, através do Despacho n.º 20060/98, determinou que a Escola Secundária de Mafra se passasse a denominar Escola Secundária José Saramago-Mafra. Em 2009/2010, a Escola passou por um processo de requalificação das instalações, no âmbito do Programa de Modernização das Escolas Secundárias, que se traduziu numa melhoria assinalável das condições dos espaços e equipamentos.

A Escola esforça-se por corresponder às necessidades e expectativas dos alunos e da comunidade escolar, mantendo uma oferta educativa e formativa diversificada, tanto para jovens como para adultos.

No presente ano letivo, a Escola é frequentada por 1411 jovens no ensino diurno, distribuídos por 41 turmas de cursos científico-humanísticos e 16 turmas de cursos profissionais. No que diz respeito aos adultos, a Escola é frequentada por 100 formandos, distribuídos por cursos de educação e formação de adultos (EFA) de nível básico e de nível secundário, de certificação escolar e de dupla certificação e oferece, ainda, a possibilidade de os adultos concluírem os seus estudos no ensino recorrente por módulos capitalizáveis ou através das vias alternativas de conclusão do ensino secundário previstas no decreto-lei nº 357/2007, de 29 de outubro. Atualmente, a Escola prepara-se para abrir um Centro para a Qualificação e Ensino Profissional.

A Escola dispõe de um corpo docente estável e experiente constituído por 131 professores. O quadro de pessoal não docente integra 1 psicóloga, 13 assistentes técnicas e 26 assistentes operacionais. As carências de

pessoal não docente têm sido supridas pela colocação de desempregados, ao abrigo de contratos de emprego e inserção, encontrando-se, neste momento, 8 a desempenhar funções na Escola.

Situada numa zona privilegiada, nas proximidades das escolas dos outros níveis de ensino e do Parque Desportivo Municipal, a Escola, recentemente requalificada, dispõe de excelentes espaços equipados com modernos equipamentos educativos e tecnológicos, adequados a uma prática letiva de excelência, bem como ao desenvolvimento de modalidades de apoio aos alunos e de projetos e atividades de complemento curricular ou extracurriculares.

Para além dos habituais serviços de refeitório, bufete, papelaria e reprografia, a Escola dispõe, ainda, de um Serviço de Psicologia e Orientação e de uma Biblioteca integrada na Rede de Bibliotecas Escolares e na Rede de Bibliotecas Concelhias.

O Centro de Formação da Associação de Escolas Rómulo de Carvalho, que associa as escolas e agrupamentos do concelho, com sede na Escola Secundária José Saramago-Mafra, tem proporcionado a formação do pessoal docente e não docente, nas áreas consideradas prioritárias.

A Escola desenvolve um conjunto de projetos nas mais variadas áreas (ciências experimentais, ciências sociais e humanas, ciências socioeconómicas, línguas e literatura, música, fotografia, rádio, solidariedade social, desporto, educação para a saúde, ambiente, entre outros), contando, para a sua concretização, com a parceria de inúmeras instituições, tais como a autarquia, empresas e entidades locais diversas, instituições do ensino superior e outras escolas de diferentes níveis de ensino. As atividades associadas a estes projetos visam, essencialmente, a integração dos saberes adquiridos em contexto formal de sala de aula e a formação e desenvolvimento integrais dos alunos.

2. Resultados da avaliação interna

A Escola tem efetuado a sua autoavaliação com o intuito de obter um melhor planeamento, organização e gestão escolar, apurando técnicas de análise e reformulando os parâmetros de avaliação. Desde 2010 que a escola adotou o modelo de autoavaliação internacionalmente denominado de *Common Assessment Framework* (CAF) e conta com uma consultoria externa que tem assumido funções de formação, validação e acompanhamento do processo de avaliação.

No ano letivo 2011/2012, de acordo com o modelo CAF, foram utilizados dois instrumentos de avaliação que, conjuntamente, permitiram recolher dados para a elaboração do diagnóstico organizacional da Escola. Neste âmbito, foram aplicados questionários aos elementos que compõem a comunidade educativa e, em paralelo, a equipa de autoavaliação (constituída por representantes dos diferentes elementos da comunidade educativa) analisou os indicadores dos questionários e identificou evidências que justificassem a pontuação atribuída. Os indicadores dos questionários e da grelha da equipa de autoavaliação incidiram sobre os nove critérios da CAF (avaliação abrangente da escola). Os dados da grelha preenchida pela equipa de autoavaliação e os dados apurados nos questionários foram apresentados numa pontuação de 0 a 100 (escala da CAF 2006).

A análise por critério da CAF permitiu concluir que os critérios *Resultados alunos/encarregados de educação, Parcerias e Recursos e Impacto na Sociedade* apresentam as médias mais elevadas relativamente aos restantes critérios (acima dos 75 pontos). No que diz respeito aos critérios de resultados (*Resultados alunos/encarregados de educação, Resultados pessoas, Impacto na Sociedade e Resultados de Desempenho-Chave*), a maior parte dos resultados demonstram um progresso substancial. É necessário evoluir para o patamar da excelência, sustentando os resultados da escola. Os critérios *Liderança, Pessoas e Processos* apresentam as médias mais baixas (abaixo dos 70 pontos). Nos critérios de meios (*Liderança, Planeamento e Estratégia, Pessoas e*

Processos), a maioria das ações desenvolvidas pela escola estão planeadas, implementadas e avaliadas. Assim, realça-se a necessidade de ajustar as ações desenvolvidas com base na revisão/avaliação efetuadas e posteriormente progredir para o ciclo PDCA (Planear/Executar/Rever-Avaliar/Ajustar) completo e desenvolvido, com o objetivo da regularidade do ciclo e a comparabilidade das práticas da escola com outras organizações similares.

Relativamente aos resultados escolares, em 2011/2012 foi implementado um plano de monitorização tendo sido definidos indicadores diversos para a análise sistemática, ao nível das estruturas intermédias e dos órgãos de administração e gestão, dos resultados dos alunos/formandos das diversas modalidades de cursos ministrados na Escola.

Da análise dos resultados no ano letivo 2011/2012 conclui-se o seguinte:

- no ensino regular as taxas de sucesso por ano de escolaridade e global foram superiores à média nacional, situação que se mantém desde 2008/2009 (período para o qual existem dados comparáveis);
- os resultados escolares dos alunos pertencentes a grupos específicos (alunos beneficiários da ação social escolar (ASE) e alunos com necessidades educativas especiais (NEE)) assemelham-se aos resultados dos restantes alunos;

Taxa de sucesso por ano de escolaridade (2011/2012)

	10º ano	11º ano	12º ano	Global
Escola*	92,6	87,4	67,7	82,7
Alunos com ASE**	88,6	86,7	56	-
Alunos com NEE**	-	-	-	90,2
Nacional*	84,4	86,8	64,3	78,8

* Dados retirados do MISI

** Dados recolhidos pela Escola a partir das pautas

- no ensino profissional, os resultados variam significativamente, para os diferentes indicadores utilizados (taxas de conclusão, taxas de prosseguimento de estudos e taxas de empregabilidade), nos diferentes cursos e nos diferentes ciclos de estudos;
- relativamente aos resultados nos exames nacionais, em 2011/2012, na primeira fase de exames, em 1087 provas realizadas por alunos internos, a média obtida foi de 11,21 valores, superior à média de referência de 10,28 valores (dados da MISI). Nas 17 disciplinas em que se realizaram exames nacionais, a taxa de reprovação na Escola foi inferior à nacional em 14 disciplinas e a média das classificações de exame foi superior em 9 disciplinas;
- no que diz respeito ao acesso ao ensino superior, a partir de 2008/2009, verificou-se um aumento contínuo do número de alunos que apresentaram candidatura e uma diminuição do valor da opção média de candidatura (1,83, em 2012), o que significa que aumentou a percentagem de alunos colocados nas primeiras opções;
- relativamente à educação de adultos, em 2011/2012, 68 adultos obtiveram certificação de nível secundário (30 em cursos EFA de certificação escolar, 9 em cursos EFA de dupla certificação, 1 em curso do ensino recorrente por módulos capitalizáveis e 28 através das vias alternativas ao abrigo do decreto-lei nº 357/2007, de 29 de outubro), 13 adultos obtiveram certificação de nível básico; 17 frequentaram o curso de português para falantes de outras línguas e 30 o curso de competências básicas;
- durante o período de funcionamento do Centro Novas Oportunidades, entre novembro de 2008 e julho de 2012, foram certificados 521 adultos (490 certificações totais e 31 certificações parciais), sendo 222 de nível secundário e 249 de nível básico. À data da extinção do Centro, encontravam-se inscritos 937 adultos.

3. Resultados da avaliação externa

A Escola foi sujeita a uma avaliação externa efetuada pela Inspeção-Geral da Educação, em abril de 2010, na qual se obteve o nível Bom nos domínios dos *Resultados*, da *Prestação do Serviço Educativo* e da *Capacidade de Autorregulação e Melhoria da Escola* e o nível Muito Bom nos domínios da *Organização e Gestão Escolar* e da *Liderança*.

Destacaram-se como pontos fortes a evolução das taxas de transição no 11.º ano e os resultados favoráveis nos exames nacionais; o bom ambiente educativo, propício ao desenvolvimento da cidadania, e o comportamento disciplinado dos alunos, resultante de processos preventivos e intervenções concertadas; o diagnóstico sustentado das necessidades educativas e formativas, resultando numa oferta diversificada, ajustada às expectativas da comunidade e impulsionadora de oportunidades; a boa articulação com os agrupamentos do concelho, facilitando a orientação dos alunos e das famílias nas opções a tomar; a resposta adequada às dificuldades dos alunos, em particular, os que têm necessidades educativas especiais, com reflexos na melhoria da sua autoestima e sucesso escolar; a coerência e articulação entre os documentos de orientação educativa, facilitando a operacionalização das metas e estratégias definidas; a visão prospetiva de desenvolvimento das lideranças, atuando em complementaridade e de modo coerente com os objetivos que se propõem alcançar; as múltiplas parcerias e projetos desenvolvidos, que constituem mais-valias na prossecução dos princípios emergentes do Projeto Educativo, com reflexos positivos na melhoria do serviço educativo.

Os pontos fracos situaram-se ao nível das baixas taxas de conclusão no curso Tecnológico de Desporto; a frágil articulação intra e interdepartamental, o que não propicia a gestão conjunta do currículo nem a generalização das práticas para a aferição do seu cumprimento; a insuficiente adequação das estratégias pedagógicas em algumas disciplinas teóricas do curso Tecnológico de Desporto, considerando as especificidades dos alunos que o frequentavam; as metas pouco ambiciosas para os resultados académicos e a ausência de hierarquização e calendarização dos objetivos, inibindo a adequada definição de planos de ação e de melhoria.

No âmbito do desenvolvimento do regime jurídico de autonomia da escola, consagrada pelo Decreto -Lei n.º 43/89, de 3 de fevereiro, e ao abrigo do Decreto -Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto -Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, e pela Portaria n.º 265/2012, de 30 de agosto, e demais legislação aplicável, o Ministério da Educação e Ciência (MEC), através da Direção-Geral de Estabelecimentos Escolares, a Escola Secundária José Saramago - Mafra e a Câmara Municipal de Mafra celebram e acordam entre si o presente contrato de autonomia, que se rege pela regulação suprarreferida e ainda pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objetivos gerais

Os objetivos gerais do contrato são:

1. Promover as aprendizagens escolares dos alunos e a melhoria dos resultados, em particular dos resultados internos aferidos com os concelhos e os nacionais - *Vetor estratégico do PEM - Sucesso Educativo*;
2. Contribuir para a realização pessoal do aluno, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do caráter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico - *Vetor estratégico do PEM - Formação Integral do Aluno*;
3. Garantir a igualdade de oportunidades no acesso à educação/formação de todos os alunos a um ensino de qualidade, assente em princípios de equidade, justiça, responsabilidade e eficiência - *Vetor estratégico do PEM - Prestação do Serviço Educativo*;
4. Dotar a Escola de competências próprias, nos domínios da organização estratégica, pedagógica, curricular e administrativa, da gestão financeira, patrimonial, organizacional, curricular e de gestão dos recursos humanos, no quadro do seu projeto educativo e em função dos recursos e dos meios que lhe serão consignados;

Cláusula 2.ª

Objetivos operacionais

Através de uma ação concertada, a nível organizacional, pedagógico e administrativo, a Escola Secundária José Saramago-Mafra, com a celebração deste contrato pretende atingir os seguintes objetivos operacionais:

1. Atingir ou aproximar o abandono escolar de 0% (objetivo 6 do PEM);
2. Manter, nos cursos científico-humanísticos do ensino diurno, uma taxa global de sucesso escolar 2% acima da taxa nacional² (objetivo 15 do PEM);
3. Manter a média das classificações de exame em valores iguais ou superiores à média nacional em, pelo menos, metade das disciplinas (objetivo 15 do PEM);
4. Diminuir, nos cursos profissionais, a diferença entre a taxa de sucesso nacional e taxa de sucesso da Escola para 4% (objetivo 15 do PEM);
5. Proporcionar aos adultos modalidades de educação e formação diversificadas numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida, promovendo a melhoria dos níveis de qualificação da população, a empregabilidade e o empreendedorismo (objetivo 11 do PEM);
6. Reforçar a monitorização e análise dos resultados escolares a nível interno (objetivo 15 do PEM);
7. Educar para a cidadania e desenvolvimento cívico (objetivo 3 do PEM) - visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo;
8. Garantir a igualdade de oportunidades no acesso à educação/formação na escolaridade básica e secundária, promovendo a inclusão de todas as crianças e jovens (objetivo 6 do PEM) - a escola, com orientação inclusiva, enquadra-se no princípio da igualdade de oportunidades educativas e sociais, adaptando-se à diversidade dos seus alunos, proporcionando o acesso a aprendizagens de sucesso, independentemente da origem cultural e social;
9. Promover um serviço de educação e de formação de referência e adequado à procura (objetivo 7 do PEM) - "otimização de recursos humanos e materiais" (iniciativa 11 do PEM), numa lógica de máxima eficiência na utilização dos referidos recursos;
10. Investir na qualificação do pessoal docente, mas também do pessoal não docente (objetivo 8) - proporcionando-lhes formação ao longo da vida, adequada às reais necessidades individuais e coletivas, em parceria com a Câmara Municipal de Mafra;
11. Rentabilizar os recursos materiais e financeiros disponíveis (objetivo 13 do PEM) - através da partilha eficaz dos recursos materiais existentes entre os estabelecimentos de ensino;
12. Assegurar a articulação entre Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas (objetivo 16 do PEM) - promover a articulação horizontal (a transversalidade entre áreas/disciplinas de um mesmo ano de escolaridade) e a articulação vertical (observável na continuidade, sucessão de níveis/ciclos/anos) "reforçando os mecanismos de comunicação e espaços de diálogo, tendo em vista a adoção de procedimentos comuns e a divulgação de boas práticas" (iniciativa 27 do PEM);
13. Envolver as famílias no processo educativo (objetivo 18 do PEM) - através da "implementação de ações de formação/sensibilização" (iniciativa 29 do PEM), que envolvam e responsabilizem as famílias no acompanhamento do percurso escolar dos seus educandos;
14. Fomentar a relação do trinómio "Escola-Empresas-Instituições" (objetivo 19 do PEM) - materializada na "criação e consolidação da rede de parcerias com o tecido empresarial" (iniciativa 30 do PEM). Neste sentido, pretende-se potenciar o desenvolvimento económico do Concelho, através do empreendedorismo, inovação e modernização; consolidar a rede de parcerias, desenvolvendo, para isso, protocolos de estágio profissional que permitam divulgar, consolidar e dinamizar as potencialidades locais e atrair investimento; estimular a empregabilidade em colaboração com os principais órgãos competentes;

² Fonte: MISI

15. Reiterar a promoção da sequencialidade das aprendizagens, através da articulação curricular e da planificação dos conhecimentos estruturantes inscritos nos currículos e nos programas (objetivo 16 do PEM - assegurar a articulação horizontal e vertical entre Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas);
16. Assegurar mecanismos eficazes de articulação e supervisão ao nível das estruturas de direção e de coordenação e supervisão pedagógica (objetivo 16 do PEM - assegurar a articulação horizontal e vertical entre Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas);
17. Proporcionar, a todos os jovens e adultos que concluíam a escolaridade obrigatória, o desenvolvimento de capacidades que lhes permitam, de forma consistente, prosseguir estudos e/ou inserir-se no mercado de trabalho (objetivo 11 do PEM - incentivar a formação contínua da população, promovendo a empregabilidade e o empreendedorismo).

Cláusula 3.ª

Plano de ação estratégica

Tendo em vista a concretização dos objetivos previstos nas cláusulas 1ª e 2ª, apresentam-se as seguintes linhas de ação estratégica a calendarizar e desenvolver ao longo do período de vigência do contrato, sendo que as iniciativas apresentadas terão de ser operacionalizadas em respeito pela legislação em vigor, em função dos recursos materiais e humanos existentes na Escola e daqueles que venham a ser autorizados no âmbito da celebração do presente contrato. O Plano Estratégico plasma, ainda, as metas e objetivos do Projeto Educativo da Escola e do Projeto Educativo Municipal.

Áreas de Intervenção	Ações Estratégicas	Projetos/Atividades	Recursos
Resultados (Escolares e Sociais) Conceitos em destaque: <ul style="list-style-type: none"> • mecanismos de aferição/regulação; • avaliação do impacto dos resultados escolares e sociais 	Monitorização sistemática dos resultados escolares dos alunos; Desenvolvimento dos processos de avaliação dos alunos, no que diz respeito à definição de critérios e à diversificação dos instrumentos de avaliação. Otimização de recursos humanos e materiais para a implementação de medidas para a melhoria da qualidade das aprendizagens e a superação de dificuldades específicas. Promoção da formação integral dos jovens e adultos;	Recolha e tratamento dos dados relativos aos resultados escolares; Análise dos resultados escolares pelas estruturas intermédias e órgãos de administração e gestão; Comparação dos resultados da Escola com os concelhios e os nacionais. Aferição de critérios e instrumentos de avaliação; Divulgação dos critérios de avaliação a alunos e encarregados de educação; Reforço das medidas de promoção do sucesso escolar, com prioridade para as disciplinas/turmas com resultados mais baixos: salas de estudo, aulas de apoio pedagógico e coadjuvação em sala de aula. Manutenção do Quadro de Mérito; Implementação do Quadro de Valor, no sentido do reconhecimento de comportamentos e valores exemplares; Participação em programas/projetos relevantes propostos pelo MEC ou outras entidades; Realização de assembleias de delegados e subdelegados de turma.	Direção, Docentes, alunos e encarregados de educação 6 horas de Português, 6 horas de Matemática, 5 horas de Biologia e 5 horas de Física e Química - recurso adicional atribuído pelo MEC

	Redução dos níveis de indisciplina.	Monitorização e acompanhamento dos casos de indisciplina.	Gabinete de Apoio ao Aluno Serviço de Psicologia e Orientação
Currículo e Aprendizagem Conceitos em destaque: <ul style="list-style-type: none"> • desenvolvimento curricular; • inclusão; • articulação; • sequencialidade; • sucesso educativo. 	Manutenção de uma oferta educativa e formativa diversificada e abrangente que responda às necessidades da comunidade (CCH, CP, ERM, VACES, EFA, CQEP) ³ ; Promoção da diferenciação pedagógica. Reforço da articulação vertical e horizontal ao nível pedagógico e didático com vista à gestão eficaz do currículo; Reforço da articulação entre a sala de aula e os Serviços Técnico-Pedagógicos e os projetos em desenvolvimento na Escola.	Recolha e análise de informação sobre o contexto socioeconómico e a empregabilidade, em articulação com as restantes escolas e agrupamentos do concelho e com a autarquia; Abertura do ensino vocacional de nível secundário, em articulação com os serviços do MEC; Oferta de percursos escolares adequados aos alunos; Divulgação atempada da oferta formativa para cada ano letivo; Utilização de estratégias de ensino e de aprendizagem diversificadas; Utilização de recursos educativos diversos. Realização de reuniões/encontros entre representantes das estruturas intermédias de coordenação e supervisão e/ou entre docentes. Realização de reuniões/encontros entre professores e os responsáveis pelos serviços técnico pedagógicos e equipas de trabalho; Biblioteca Escolar; Serviço de Psicologia e Orientação Escolar; Serviço de Educação Especial; Projeto de Educação para a Saúde; Apoio a alunos estrangeiros (PLNM); Programa de Desporto Escolar; Programas de reforço da aprendizagem das línguas estrangeiras (SELF, PEPA) ⁴ ; Outros projetos dinamizados por diferentes estruturas, abrangendo as áreas das Línguas, Ciências Experimentais, Ciências Socioeconómicas, Artes, TIC, solidariedade social, entre outros.	Direção, docentes, não docentes, alunos, pais e encarregados de educação, técnicos especializados, parceiros.
Prestação do Serviço Educativo Conceitos em destaque: <ul style="list-style-type: none"> • planeamento; 	Implementação de projetos pedagógicos de desenvolvimento de competências pessoais e	Diagnóstico precoce de dificuldades específicas de aprendizagem e/ou de problemas do foro psicológico ou comportamental;	Diretores de Turma; Docentes; Pais e Encarregados de

³ CCH - cursos científico-humanísticos, CP - cursos profissionais, ERM - cursos do ensino recorrente por módulos capitalizáveis em regime presencial e não presencial, VACES - vias alternativas de conclusão do ensino secundário, EFA - cursos de educação e formação de adultos de nível básico e de nível secundário, de certificação escolar e de dupla certificação, CQEP - Centro para a Qualificação e Ensino Profissional.

⁴ SELF - Secção Europeia de Língua Francesa; PEPA - Projeto de Escolas Piloto de Alemão

<ul style="list-style-type: none"> • articulação; • práticas de ensino e de aprendizagem; • avaliação e autoavaliação 	<p>sociais;</p> <p>Alargamento das modalidades de apoio ao currículo que concorram para o sucesso escolar e educativo de todos os alunos, promovendo a equidade;</p> <p>Manutenção/alargamento do funcionamento de núcleos/clubes que realizam atividades de natureza cultural, científica, lúdica, desportiva, promoção da cidadania, entre outras, incentivando a participação dos alunos.</p> <p>Articulação horizontal e vertical entre a escola e os agrupamentos de escolas do concelho.</p>	<p>Manutenção das salas de estudo com um horário alargado e professores das diversas disciplinas;</p> <p>Aumento do nº de horas de coadjuvação em sala de aula em disciplinas/turmas com menor sucesso escolar, com recurso a horas da componente letiva dos docentes;</p> <p>Lecionação de aulas de apoio pedagógico a alunos com dificuldades de aprendizagem;</p> <p>Núcleo de rádio;</p> <p>Núcleo do jornal;</p> <p>Núcleo multimédia;</p> <p>Clube da ciência;</p> <p>Projeto ambiente;</p> <p>Projeto de solidariedade social;</p> <p>Projeto Escola Voluntária.</p> <p>Reuniões de articulação horizontal e vertical entre órgãos e estruturas da Escola e dos Agrupamentos de Escolas do Concelho.</p>	<p>Educação; Serviço de Psicologia e Orientação.</p>
<p>Liderança e Gestão Organizacional</p> <p>Conceitos em destaque:</p> <ul style="list-style-type: none"> • liderança • gestão • supervisão • autorregulação • planos de melhoria 	<p>Otimização do funcionamento dos órgãos de administração e gestão e das estruturas de coordenação e supervisão pedagógica, bem como da sua articulação, baseada em modelos de liderança/responsabilidade partilhadas;</p> <p>Reforço da autonomia dos docentes;</p> <p>Desenvolvimento do trabalho colaborativo entre os docentes.</p> <p>Otimização de procedimentos administrativos.</p> <p>Gestão racional de</p>	<p>Definição clara de objetivos e metas a alcançar;</p> <p>Reforço dos mecanismos de comunicação e criação de espaços de diálogo, tendo em vista a adoção de procedimentos comuns e a divulgação de boas práticas;</p> <p>Generalização da elaboração de guias para áreas específicas da organização da Escola e do trabalho dos docentes, tendo em vista a melhor utilização das respetivas competências (Ex: guia dos diretores de turma)</p> <p>Constituição de grupos/equipas de trabalho para a definição e implementação de planos de melhoria.</p> <p>Simplificação e desburocratização de procedimentos administrativos, através da rentabilização dos recursos tecnológicos e informáticos existentes.</p> <p>Envolvimento de todos os membros</p>	<p>Direção;</p> <p>Coordenadores das estruturas intermédias;</p> <p>Responsáveis pelos serviços administrativos;</p> <p>Responsáveis pelos serviços técnico pedagógicos;</p> <p>Diretores de turma.</p>

	recursos financeiros, espaços e equipamentos, respeitando a prioridade para as áreas do ensino e da segurança.	da comunidade escolar no levantamento de necessidades de recursos materiais; Divulgação de regulamentos específicos de utilização de espaços e equipamentos e de normas de conduta adequadas à preservação dos mesmos.	
	Estabelecimento de protocolos com parceiros estratégicos; Intervenção na política educativa municipal.	Participação no Conselho Municipal de Educação; Integração na Comissão de Acompanhamento do Projeto Educativo Municipal.	
Formação Conceitos em destaque: • Formação contínua • Aprendizagem ao longo da vida	Levantamento das necessidades de formação, em articulação com o Centro de Formação; Promoção do conhecimento e desenvolvimento individuais e organizacionais.	Criação das condições necessárias para a realização de formação, por parte de docentes e não docentes, em áreas identificadas como prioritárias, (Ex: necessidades educativas especiais); Ações de formação creditadas; Formação em contexto escolar (partilha de boas práticas); Seminários, colóquios, encontros com individualidades	Centro de Formação; formadores internos e externos; pessoal docente; pessoal não docente; individualidades

Calendarização	O Plano de Ação Estratégica apresentado visa a implementação/consolidação de medidas, criando-se para tal, indicadores de medida para o período de vigência do Contrato - 2013/2016, sendo que algumas estratégias estão já a ser implementadas. Quanto aos resultados, a aferição/avaliação far-se-á trimestralmente ou anualmente de acordo com os indicadores em análise.
-----------------------	--

Cláusula 4.ª

Competências reconhecidas à escola

Com o presente contrato, o Ministério da Educação e Ciência reconhece à escola as seguintes competências para o desenvolvimento da sua autonomia nos domínios seguintes:

1. Gestão e desenvolvimento curricular

Toda a operacionalização do desenvolvimento curricular, assente na definição da identidade da Escola, enquanto organização capaz de gerir e gerar o seu currículo, é estruturada em torno das questões da articulação entre disciplinas, anos e ciclos de escolaridade, bem como na necessidade de manter uma oferta formativa adequada às necessidades da população estudantil, tendo em vista o cumprimento da escolaridade obrigatória.

- 1.1. Garantir uma oferta formativa diversificada, adequada aos jovens e adultos, em articulação com os agrupamentos de escolas/colégios e escola profissional do concelho, com os serviços competentes do Ministério da Educação e Ciência e com a Autarquia;
- 1.2. Garantir uma oferta formativa adequada a alunos com necessidades educativas especiais (currículos específicos individuais)
- 1.3. Organizar a gestão curricular, definir os critérios de constituição de turmas/horários e regular a junção de alunos/disciplinas, de forma a melhorar a qualidade do ensino, tendo em vista a progressiva qualificação do percurso formativo dos alunos e assegurando a melhoria/manutenção dos resultados escolares, o

enquadramento na matriz curricular nacional, e a prestação de contas nos exames nacionais, nos termos da legislação aplicável.

1.4. Coordenar e gerir a implementação dos planos curriculares e programas definidos a nível nacional.

2. Processos de ensino e guarda

2.1. Selecionar modelos pedagógicos e métodos de ensino diversificados e adequados aos diferentes cursos ministrados na escola e ajustados às características dos alunos.

2.2. Definir e aplicar critérios de avaliação dos alunos/formandos coerentes com as diferentes modalidades de ensino existentes na Escola.

2.3. Proporcionar, aos alunos/formandos modalidades de apoio pedagógico diferenciadas, de forma a reforçarem as suas aprendizagens.

2.4. Definir estratégias (com recurso às salas de estudo, SPO, gabinete de apoio ao aluno, biblioteca, ...) para a superação de dificuldades de aprendizagem dos alunos, previamente diagnosticadas pelas estruturas intermédias de coordenação e supervisão e pelos serviços de Psicologia e Orientação e de Educação Especial.

2.5. Garantir mecanismos de regulação dos resultados académicos dos alunos, nomeadamente através da análise dos dados recolhidos no processo de avaliação interna da Escola.

2.6. Superintender o cumprimento dos programas e dos referenciais de competências, bem como dos planos curriculares dos diferentes cursos ministrados, selecionando métodos e estratégias de ensino e de aprendizagem e de avaliação consentâneos com o Projeto Educativo da Escola.

2.7. Implementar medidas de promoção do sucesso escolar diversificadas, nomeadamente, salas de estudo, aulas de apoio e práticas de coadjuvação em sala de aula para grupos de alunos ou disciplinas em que se evidenciem situações de insucesso.

3. Gestão e organização escolar

3.1. Efetuar ajustamentos ao calendário escolar, de acordo com eventuais necessidades da Escola, salvaguardando o cumprimento dos programas e cargas horárias curriculares, bem como a guarda dos alunos e o respeito pelo calendário de exames nacionais.

3.2. Determinar o regime de funcionamento da Escola e organizar os horários, nos termos da legislação em vigor e em função dos recursos humanos disponíveis.

3.3. Gerir, com autonomia pedagógica e organizativa, o crédito horário de tempos apurado de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente na implementação de medidas que concorram para melhoria dos resultados escolares dos alunos, bem como na atribuição de cargos de natureza pedagógica, designadamente de supervisão pedagógica e orientação educativa, sem prejuízo do cumprimento da legislação em vigor.

3.4. Gerir os espaços e equipamentos da escola, de acordo com normas previamente estabelecidas, nomeadamente, através da cedência de espaços para a realização de atividades diversas, no respeito pelas normas legais.

3.5. Efetuar a distribuição de serviço docente e não docente, de acordo com critérios previamente definidos, designadamente de eficácia e eficiência para consecução dos objetivos previstos nas cláusulas 1ª e 2ª deste contrato e no respeito pela legislação vigente.

3.6. Estabelecer parcerias ou protocolos com entidades externas para a implementação ou desenvolvimento de projetos de natureza diversa, bem como na área da formação contínua de pessoal docente e não docente.

3.7. Garantir condições educativas que permitam a aplicabilidade de metodologias pedagógicas inovadoras.

3.8. Desenvolver mecanismos que permitam detetar, atempadamente, dificuldades específicas de aprendizagem ou outras que requeiram apoio adequado nos domínios psicológico e socioeducativo.

3.9. Permutar serviço letivo entre docente ou proceder a reposição da atividade letiva, de modo a dar cumprimento aos programas curriculares.

- 3.10. Selecionar e contratar o pessoal docente necessário para suprir necessidades temporárias, nos termos da legislação em vigor.
- 3.11. Definir soluções de autonomia organizacional, constantes no Regulamento Interno, que permitam garantir percursos escolares adequados a todos os alunos, bem como uma gestão escolar e administrativa eficiente e eficaz no quadro do Projeto Educativo.
- 3.12. Simplificar procedimentos administrativos, através do recurso às novas tecnologias, designadamente para melhorar os circuitos de comunicação.
- 3.13. Proceder à atribuição da redução da componente letiva, para garantir o desempenho eficiente e eficaz de determinados cargos de administração e gestão escolar, bem como de supervisão e coordenação pedagógica, no respeito dos limites definidos na lei.
- 3.14. Recorrer a serviços de entidades exteriores à Escola, de acordo com regulamentação específica em lei e sem acréscimo de custos para o MEC.
- 3.15. Proceder a correções excecionais dos apoios sociais e económicos, decorrentes de alterações socioeconómicas ou outras que possam condicionar a obtenção de sucesso escolar, no cumprimento da legislação vigente.
4. **Formação vocacional e profissional**
- 4.1 Organizar e gerir cursos de modalidades diferentes, nomeadamente, cursos profissionais, cursos de educação e formação de adultos, formações modulares certificadas, entre outros.
- 4.2 Gerir espaços, instalações e equipamentos específicos para a lecionação das diferentes modalidades de educação e ensino.
- 4.3 Concretizar o plano de formação do pessoal docente e não docente, em articulação com o Centro de Formação.
- 4.4 Estabelecer protocolos ou parcerias com entidades externas para assegurar o funcionamento dos cursos que conferem certificação profissional.
- 4.5 Candidatar a Escola a programas e projetos financiados por entidades nacionais e internacionais.
5. **Excelência, inovação e empreendedorismo**
- 5.1. Garantir o apoio a todos os alunos, de forma sistematizada e permanente, mediante o desenvolvimento de projetos inovadores e empreendedores.
- 5.2. Organizar e desenvolver projetos/atividades de complemento e enriquecimento curricular que visem a formação integral do aluno, a excelência e o sucesso.
- 5.3. Oferecer atividades extracurriculares de índole cultural, científica e artística, em parceria com outras entidades, dentro do quadro legal em vigor e salvaguardando eventuais encargos para a Escola e para o MEC.
- 5.4. Aceder a programas e projetos financiados por entidades nacionais e internacionais, que visem a excelência e a promoção do sucesso.

Cláusula 5.ª

Compromissos da escola

Com vista a cumprir os objetivos gerais e operacionais constantes do presente contrato, a escola compromete-se e fica obrigada a:

1. Garantir o serviço público de educação;
2. Prestar um ensino eficaz e de qualidade;
3. Promover o envolvimento da comunidade educativa na concretização dos objetivos gerais e operacionais definidos;

4. Programar e superintender os processos de diversificação e desenvolvimento do currículo, visando a progressiva requalificação do percurso formativo dos alunos, tendo como referência os princípios estruturantes da Educação e as prioridades da ação educativa consagradas em sede do Projeto Educativo Municipal e do Projeto Educativo da Escola;
5. Fomentar a melhoria progressiva da qualidade do ensino, dos procedimentos e das dinâmicas organizativas, numa perspetiva de desenvolvimento e modernização da Escola;
6. Acautelar uma gestão eficaz e eficiente das verbas transferidas pelo Ministério da Educação e Ciência, bem como das obtidas através do Orçamento de Compensação da Despesa e Receita, no âmbito do presente contrato;
7. Realizar anualmente a avaliação interna, com divulgação dos resultados obtidos e das metas alcançadas no sítio eletrónico da Escola;
8. Cumprir e fazer cumprir os princípios e as disposições consagradas no presente contrato.

Cláusula 6.ª

Compromissos do Ministério da Educação e Ciência

Pelo presente contrato, o Ministério da Educação e Ciência compromete-se e obriga-se a:

1. Tomar as decisões e medidas indispensáveis à viabilização e concretização do presente Contrato, de modo a garantir as condições necessárias ao desenvolvimento da autonomia da Escola;
2. Atribuir à Escola o equivalente a um recurso humano correspondente a 22 horas letivas para afetar aos grupos de recrutamento 300-Português (6 horas), 500-Matemática (6 horas), 510-Física e Química (5 horas) e 520-Biologia e Geologia (5 horas).
3. Manter com a Escola um relacionamento institucional direto e colaborante, no quadro da delimitação de competências decorrentes da lei e do presente contrato;
4. Proporcionar apoio jurídico à Escola;
5. Participar na Comissão de Acompanhamento prevista no artigo 9.º da Portaria n.º 265/2012, de 30 de agosto.

Cláusula 7.ª

Compromissos da Câmara Municipal de Mafra

1. Manter com a Escola um relacionamento institucional direto e colaborante, no quadro da delimitação de competências decorrentes da lei e do presente contrato;
2. Tomar as decisões e medidas indispensáveis à viabilização e concretização do presente Contrato, de modo a garantir as condições necessárias ao desenvolvimento da autonomia da Escola;
3. Participar na Comissão de Acompanhamento prevista no presente contrato.

Cláusula 8.ª

Duração do contrato

1. O presente contrato de autonomia vigorará até ao termo do ano letivo 2015/2016.
2. O presente contrato pode ser revisto e alterado a todo o tempo, por acordo das partes, respeitando o requisito previsto na alínea a) do artigo 6.º da Portaria n.º 266/2012, de 30 de agosto.
3. O presente contrato poderá ser renovado, nos termos da legislação, mantendo-se em vigor, com as alterações que entretanto lhe tenham sido introduzidas nos termos do disposto no número anterior, até à celebração de um novo Contrato de Autonomia.

Cláusula 9.ª

Acompanhamento e monitorização

A Escola constitui uma estrutura permanente de acompanhamento e monitorização constituída pelo diretor da escola e por, pelo menos mais dois docentes de carreira designados para o efeito, com as seguintes competências:

- a) Monitorizar o cumprimento e a aplicação do presente contrato e acompanhar o desenvolvimento do processo;
- b) Monitorizar o processo de autoavaliação da Escola;
- c) Produzir e divulgar o relatório anual de progresso;
- d) Constituir meio de interlocução com os serviços competentes do Ministério da Educação e Ciência.

Cláusula 10.ª

Casos Omissos

Todas as matérias não reguladas no presente contrato serão regidas pela lei geral aplicável.

Assinaturas

O Diretor-Geral dos Estabelecimentos Escolares

José Alberto Moreira Duarte

A Diretora da Escola Secundária José Saramago - Mafra

Maria Margarida Vicente Lucas Branco

O Presidente do Conselho Geral da Escola Secundária José Saramago - Mafra

António Carlos Monteiro Ferreira

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra

Hélder António Guerra de Sousa Silva

Homologo

O Secretário de Estado do Ensino e Administração Escolar

João Casanova de Almeida



Agrupamento de Escolas Venda do Pinheiro

ATA DE REUNIÃO DE CONSELHO GERAL

Reunião nº 4 /2013-2014

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, pelas dezassete horas e quarenta e cinco minutos, reuniu-se o Conselho Geral, sob a presidência de Carla Curado e com a presença dos seguintes elementos:

Intervenientes	Representante	Rubrica
José António Paulo Felgueiras	Diretor	
Ana Cristina Jorge	PD	
Cristina Vieira Gonçalves	PD	
Isabel Maio	PD	
Ana Paula Cunha	PD	
Natália Tavares	PD	
Fátima Araújo	PD	
Clorinda Gonçalves	PD	
Fernanda Lage	PND	
Tânia Lopes da Silva	PND	
Associação de Pais do Milharado	EE	
Associação de Pais EB 1 e II da Venda do Pinheiro	EE	
Associação de Pais EB 1 e II Prof. João Dias Agudo	EE	
Associação de Pais EB 2, 3 da Venda do Pinheiro	EE	
Associação de Pais II da Charneca	EE	
Associação de Pais EB1 e II de Santo Estevão	EE	
Representante da Autarquia	AUT	
Representante da Autarquia	AUT	
Representante da Autarquia	AUT	
CPCJ de Mafra	CL	
SCM Venda do Pinheiro	CL	

-Aos doze dias, do mês de novembro do ano de dois mil e treze, pelas dezassete horas e quarenta e cinco minutos, reuniu-se o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Venda do Pinheiro, sob a presidência da professora Carla Maria Lourenço Rodrigues Leal Curado, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um: Informações;-----

Ponto dois: Aprovação do Contrato de Autonomia; -----

Ponto três: Outros assuntos. -----

A presidente do Conselho Geral começou por cumprimentar todos os presentes passando de imediato a palavra à Sra. Vereadora da Câmara Municipal de Mafra, Dra. Célia Fernandes. -----

A Sra. Vereadora informou de que o pelouro da educação é da sua competência, e é da vontade do Executivo da Câmara Municipal de Mafra estar presente um representante da educação em todas as reuniões do Conselho Geral, para dar o maior contributo possível, obter uma visão mais alargada e assim juntar esforços para a componente da educação. Vai fazê-lo com muito empenho, para ouvir e satisfazer as necessidades de forma a se poder fazer um trabalho mais profícuo. -----

De seguida foi lida a ata da reunião anterior sendo aprovada por unanimidade por todos os presentes na antecedente reunião. -----

A presidente do Conselho Geral deu a palavra ao Sr. Diretor António Felgueiras que após ter saudado todos os presentes passou de imediato a transmitir as seguintes informações: -----

Em relação ao regulamento interno do Agrupamento informou que este será apresentado para aprovação quando concluído e que o mesmo irá estar para consulta pública até ao final do ano civil.-----

Relativamente ao Projeto Educativo referiu ainda que logo que concluído será também apresentado ao Conselho Geral.-----

De seguida falou sobre o serviço prestado ao refeitório da escola sede pela empresa *catering* referindo que o mesmo tem melhorado significativamente.-----

Em relação ao Ranking na prestação das escolas ficámos acima das médias nacionais por isso, o Sr. Diretor manifestou o seu contentamento e deu os parabéns a todos os parceiros diretos e a todos aqueles que trabalham neste Agrupamento de Escolas. -----

Após as informações dadas pelo senhor diretor procedeu-se então à votação do documento Contrato de Autonomia que foi discutido e analisado tendo este sido aprovado por unanimidade. -----

Antes da reunião finalizar foi ainda transmitido, pela senhora vereadora, que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mafra deseja a todo o Agrupamento votos de um bom ano letivo e de um trabalho, estando disponível para colaborar. -----

E nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente do Conselho Geral agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião. -----

O Secretário: *Zegira Torres*

O Presidente da reunião: *Carla Curado*

Está Conforme o Original
Agrupamento de Escolas do Venda do Pinheiro
Data 19/11/2013

P' O Chefe Serv. Administração Escolar
Elisa Trancoso



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA VENDA DO PINHEIRO

CONTRIBUTO DE AUTONOMIA

Agrupamento de Escolas da Venda do Pinheiro
2013/2014 - 2015/16

Preâmbulo

As funções da escola que eram, tradicionalmente, de educar, instruir e socializar têm sofrido, nos últimos anos, grandes alterações. Atualmente, a escola encontra no terreno outras instituições cuja atividade incide nas mesmas populações, o que torna necessária uma atuação concertada de todos os intervenientes a nível local e, consequentemente, a uma participação acrescida na resolução dos problemas.

Na última década tem havido um esforço grande de vários atores para criar maiores laços entre as escolas e as comunidades em que se situam, quer aproximando o poder local da escola, quer criando parcerias entre a escola e o tecido empresarial e cultural local. Contudo, essas ligações são acontecimentos ocasionais e não constituem um pilar da vida da escola. Em consequência, o enraizamento da escola na comunidade e a responsabilização desta por aquela são processos frágeis e não sustentados ou sustentáveis. É, neste contexto, que surge o Projeto Educativo Municipal de Mafra (PEM), que se define como o instrumento de realização de uma política educativa local, que articula as ofertas educativas existentes, os serviços sociais com os serviços educativos, promove a gestão integrada dos recursos e insere a intervenção educativa numa perspetiva de desenvolvimento da comunidade e de promoção da qualidade de vida.

O quadro geral de intervenção traçado no Projeto Educativo Municipal de Mafra pretende ser suficientemente amplo para que cada agrupamento de escolas/escola não agrupada possa ter a sua própria orientação pedagógica ou prosseguir projetos que não têm relação direta com ele. O Projeto Educativo Municipal de Mafra não pretende, de forma alguma, diminuir a autonomia pedagógica das escolas.

Visão

“Em Educação, todas as perspetivas devem ser tidas em conta, visando um contínuo processo de aperfeiçoamento, considerando a sociedade e o futuro, num complexo mundo globalizante, onde, cada vez mais, é exigido às Escolas respostas mais eficazes e mensuráveis que criem uma regulação contínua nas suas práticas pedagógicas, no desempenho escolar dos alunos e no envolvimento crescente da comunidade”¹

1. Contexto e caracterização geral do Agrupamento

O Agrupamento de Escolas da Venda do Pinheiro fica situado no concelho de Mafra, na orla ocidental do país e integrado na periferia da área metropolitana de Lisboa. Confronta-se com os concelhos de Torres Vedras, Sobral de Monte Agraço, Arruda dos Vinhos, Loures e Sintra.

O Agrupamento de Escolas da Venda do Pinheiro inclui na zona de influência pedagógica a freguesia do Milharado e a União das freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés. Estas zonas, na sua globalidade têm como rumor de fundo toda uma estrutura social e educativa que tem vindo, nos últimos anos, a ser alvo de alterações profundas.

A escola sede do agrupamento - Escola Básica da Venda do Pinheiro - fica situada na Venda do Pinheiro, uma das duas freguesias pertencentes à zona de influência pedagógica do agrupamento supra mencionado, tendo-se constituído em agrupamento vertical no ano letivo de 2006/2007. Cada um dos estabelecimentos que integra o agrupamento mantém a sua identidade e denominação próprias.

O agrupamento de escolas integra estabelecimentos de educação e de ensino de um mesmo concelho e, apesar da distância a que se encontram algumas escolas (a mais distante, Escola Básica de Santo Estêvão das Galés encontra-se a

¹Projeto Educativo Municipal, pp. 166

6,5 Km da escola sede do agrupamento), existe a garantia que nenhum estabelecimento fica em condições de isolamento que dificultem uma prática pedagógica de qualidade.

As freguesias supra identificadas, maioritariamente, são de características marcadamente rurais, à exceção da freguesia da Venda do Pinheiro cuja comunidade vive essencialmente das atividades dos serviços, comércio e indústria, a chegada de novas famílias vindas maioritariamente da área metropolitana de Lisboa, e de população estrangeira, na sua maioria Brasileiros e Eslavos, fez emergir um modo de vida mais urbano que esbate e atenua algumas diferenças no estilo de vida destas populações.

Assim, o panorama socioeconómico desta região é não só heterogéneo porque a atividade profissional tem vindo a modificar-se como também fundamental na gestão do exercício pedagógico. À escola confluem diferentes experiências e hábitos que se procuram integrar, e novas solicitações a que se procura dar resposta.

2. Resultados da autoavaliação

O processo de autoavaliação no Agrupamento, desenvolvido desde o ano letivo de 1996/1997, tem sido progressivo, consolidado e alargando as suas áreas de análise. Este processo iniciado pelo observatório de qualidade da escola e posteriormente desenvolvido pela Universidade Católica e pela Associação EPIS (Empresários pela Inclusão Social), faz um diagnóstico do seu desempenho numa perspetiva de melhoria contínua, através da identificação de pontos fortes e oportunidades de melhoria.

Na sequência da aplicação do referido modelo de autoavaliação, assim como do Projeto Educativo do Agrupamento, do Projeto de Intervenção do Diretor, do Relatório de Avaliação Externa, e do Relatório de Autoavaliação, foi implementado um plano de ações de melhoria, que visam sempre a melhoria da prestação do serviço educativo à comunidade educativa local, tendo por base o referencial concelhio e nacional.

No que concerne aos resultados escolares, apresentamos os valores totais do Agrupamento (ver Tabela 1e 2).

Tabela 1

Taxa de sucesso por ano de escolaridade (2011/2012) *

1.º Ciclo				2.º Ciclo		3.º Ciclo			
1.ºano	2.ºano	3.ºano	4.ºano	5.ºano	6.ºano	7.ºano	8.ºano	9.ºano	CEF
100.0%	89.5%	97.9%	98.2%	93.5%	78.6%	82.9%	85.2%	89.5%	93.3%

* Dados retirados do MISI

Tabela 2

Média das classificações internas e externas (2011/2012)*

6.º e 9.º anos		
Classificação Interna	Classificação de Exame	Média Esperada

Escola	Escola	Escola
3.091	2,967	2,890

* Dados retirados do MISI

Da análise aos resultados, é possível retirar as seguintes conclusões:

- A taxa de sucesso do 1.º ciclo do ensino básico é muito significativa, com valores superiores aos nacionais à exceção do 2.º ano;
- A taxa de sucesso do 2.º ciclo do ensino básico é superior à média nacional no 5.º ano e inferior no 6.º ano;
- A taxa de sucesso do 3.º ciclo do ensino básico é superior à média nacional no 7.º e 9.º anos e inferior no 8.º ano;
- A taxa de sucesso global do Agrupamento de Escolas da Venda do Pinheiro (91,4%) é assim superior à nacional (89,6%) em 2,8%;
- A variação da classificação alcançada nas provas finais de 6.º e 9.º anos, é positiva em 0,77% relativamente à média esperada;
- A taxa de abandono escolar no Agrupamento é de 0% no ensino regular bem como nos cursos de educação e formação.

3. Resultados da avaliação externa

O Agrupamento de Escolas da Venda do Pinheiro foi sujeito a uma avaliação externa efetuada pela Inspeção Geral da Educação e Ciência (IGEC), em fevereiro/março de 2011, na qual obteve no domínio dos *Resultados* a classificação de Bom, no domínio de *Prestação do Serviço Educativo* a classificação de Bom, no domínio da *Liderança* a classificação de Muito Bom, no domínio da *Organização e Gestão* a classificação de Muito Bom, e no domínio da *Capacidade de auto regulação e Melhoria*, a classificação de Bom.

No âmbito do desenvolvimento do regime jurídico de autonomia da escola, consagrada pelo Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de fevereiro, e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, e pela Portaria n.º 265/2012, de 30 de agosto, e demais legislação aplicável, o Ministério da Educação e Ciência (MEC), através da Direção-Geral de Estabelecimentos Escolares, o Agrupamento de Escolas da Venda do Pinheiro e a Câmara Municipal de Mafra celebram e acordam entre si o presente contrato de autonomia, que se rege pela regulação suprarreferida e ainda pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objetivos gerais

Os objetivos gerais do contrato são:

1. Contribuir para a realização pessoal do aluno, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico - *Vetor estratégico do PEM - Formação Integral do Aluno*;
2. Garantir o acesso de todos os alunos a um ensino de qualidade, assente em princípios de equidade, justiça, responsabilidade e eficiência - *Vetor estratégico do PEM - Prestação do Serviço Educativo*;

3. Promover as aprendizagens escolares dos alunos e a melhoria dos resultados, em particular dos resultados internos aferidos com os concelhos e os nacionais - *Vetor estratégico do PEM - Sucesso Educativo*;
4. Dotar o Agrupamento de competências próprias, nos domínios da organização estratégica, pedagógica, curricular e administrativa, da gestão financeira, patrimonial, organizacional, curricular e de gestão dos recursos humanos, no quadro do seu projeto educativo e em função dos recursos e dos meios que lhe serão consignados;

Cláusula 2.ª

Objetivos operacionais

Os objetivos operacionais são:

1. Manter a taxa de abandono escolar, no ensino regular, próxima do valor zero por cento;
2. Aumentar a taxa global do sucesso escolar, no 1.º ciclo de 1%, no 2.º ciclo de 2% e no 3.º ciclo de 2%;
3. Melhorar os resultados obtidos nas provas finais de ciclo em 2% nos 3 níveis de ensino comparativamente com a média nacional;
4. Fortalecer mecanismos de regulação e controlo interno dos resultados académicos;
5. Fortalecer o envolvimento da comunidade local (parceiros) no processo educativo;
6. Educar para a cidadania e desenvolvimento cívico (objetivo 3 do PEM) - visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo;
7. Garantir a igualdade de oportunidades no acesso à educação/ formação na escolaridade básica e secundária, promovendo a inclusão de todas as crianças e jovens (objetivo 6 do PEM) - a escola, com orientação inclusiva, enquadra-se no princípio da igualdade de oportunidades educativas e sociais, adaptando-se à diversidade dos seus alunos, proporcionando o acesso a aprendizagens de sucesso, independentemente da origem cultural e social;
8. Promover um serviço de educação e de formação de referência e adequado à procura (objetivo 7 do PEM) - "otimização de recursos humanos e materiais" (iniciativa 11 do PEM), numa lógica de máxima eficiência na utilização dos referidos recursos;
9. Investir na qualificação do pessoal docente, mas também do pessoal não docente (objetivo 8) - proporcionando-lhes formação ao longo da vida, adequada às reais necessidades individuais e concelhias, em parceria com o Centro de Formação da Associação de Escolas Rómulo de Carvalho e a CMM;
10. Rentabilizar os recursos materiais e financeiros disponíveis (objetivo 13 do PEM) - através da partilha eficaz dos recursos materiais existentes entre os estabelecimentos de ensino;
11. Assegurar a articulação entre Agrupamentos de escolas e Escolas não agrupadas (objetivo 16 do PEM) - promover a articulação horizontal (a transversalidade entre áreas/disciplinas de um mesmo ano de escolaridade) e a articulação vertical (observável na continuidade, sucessão de níveis/ciclos/anos) "reforçando os mecanismos de comunicação e espaços de diálogo tendo em vista a adoção de procedimentos comuns e a divulgação de boas práticas" (iniciativa 27 do PEM);
12. Assegurar a verticalização do ensino no Agrupamento, até aos doze anos de escolaridade através do ensino regular, profissional ou vocacional;
13. Envolver as famílias no processo educativo (objetivo 18 do PEM) - através da "implementação de ações de formação/ sensibilização" (iniciativa 29 do PEM), que envolvam e responsabilizem as famílias no acompanhamento do percurso escolar dos seus educandos;
14. Fomentar a relação do trinómio "Escola-Empresas-Instituições" (objetivo 19 do PEM) - materializada na "criação e consolidação da rede de parcerias com o tecido empresarial" (iniciativa 30 do PEM). Neste sentido, pretende-se

potenciar o desenvolvimento económico do Concelho, através do empreendedorismo, inovação e modernização; consolidar a rede de parcerias, desenvolvendo, para isso, protocolos de estágio profissional que permitam divulgar, consolidar e dinamizar as potencialidades locais e atrair investimento; estimular a empregabilidade em colaboração com os principais órgãos competentes.

Cláusula 3.ª

Plano de ação estratégica

1. As atividades previstas no plano de ação estratégica terão de ser operacionalizadas em respeito pela legislação em vigor, em função dos recursos humanos existentes no agrupamento e daqueles que venham a ser autorizados no âmbito da celebração do presente contrato.
2. Tendo em vista a concretização dos objetivos previstos nas cláusulas 1.ª e 2.ª, desenvolve-se o seguinte plano estratégico:

O plano de ação estratégica é fundamentado nos aspetos realçados pela equipa de avaliação externa da Inspeção Geral da Educação e Ciência, como pontos fortes e áreas de melhoria no desempenho do agrupamento

Pontos Fortes e Áreas de Melhoria

A melhoria generalizada dos resultados escolares;

1. A qualidade das atividades promovidas pelas bibliotecas escolares, na promoção da articulação entre os vários níveis de educação e ensino, contribuindo para a sequencialidade das aprendizagens;
2. A articulação entre os documentos orientadores da atividade educativa, o que favorece a ação educativa;
3. A utilização da plataforma *Moodle* pela comunidade educativa e a existência de blogues por turma, por disciplina e por projeto;
4. A ligação do agrupamento com a comunidade e a participação ativa das associações de pais/encarregados de educação na vida do agrupamento;
5. O bom clima de escola, o que estimula a motivação e o empenho;
6. A diversidade de iniciativas inovadoras, com repercussões nas aprendizagens dos alunos;
7. O impacto positivo das parcerias e dos protocolos na melhoria do sucesso educativo e na formação pessoal, académica e cívica dos alunos.

A equipa de avaliação entendeu ainda de que as áreas onde o agrupamento deve incidir prioritariamente os seus esforços para a melhoria são as seguintes:

1. A realização de assembleias de delegados, como forma de estimular a participação dos alunos nos processos de decisão;
2. A articulação entre as atividades de enriquecimento curricular e os departamentos curriculares correspondentes;
3. A instituição de supervisão da prática letiva em sala de aula, como garantia da qualidade do desempenho docente;
4. A inclusão de membros do pessoal não docente no processo de autoavaliação.

Com base nos objetivos gerais enunciados neste clausulado e dos aspetos destacados pela IGEC o Agrupamento de Escolas da Venda do Pinheiro propõe o seguinte:

Áreas de Intervenção	Ações Estratégicas	Projetos/Atividades	Recursos
Resultados (Currículo e Aprendizagem) Conceitos em destaque: <ul style="list-style-type: none"> • mecanismos de aferição/regulação; • avaliação do impacto dos resultados sociais e escolares. • desenvolvimento curricular; • inclusão; • articulação; • sequencialidade; • sucesso educativo. 	<p>Monitorização e avaliação do impacto dos projetos e atividades na melhoria das aprendizagens e na qualidade do sucesso;</p> <p>Aferição de critérios e instrumentos de avaliação em todos os anos e ciclos de escolaridade;</p> <p>Reforço das medidas de apoio a Matemática e Português;</p> <p>Participação em projetos/Programas escolares propostos pelo MEC.</p> <p>Oferta curricular diferenciada;</p> <p>Ampliação de projetos pedagógicos de desenvolvimento de competências pessoais e sociais;</p> <p>Reforço da articulação e sequencialidade pedagógica e científica com vista à gestão eficaz do currículo;</p> <p>Colaboração entre a sala de aula e as estruturas de apoio ao currículo, previstas no projeto de desenvolvimento do currículo, nos planos anual e plurianual de atividades e nos planos de trabalho de turma.</p>	<p>Reuniões de trabalho colaborativo de gestão e desenvolvimento do currículo;</p> <p>Estudos estatísticos sobre resultados escolares internos comparando-os com os concelhios e os nacionais - instrumentos estratégicos de ação (níveis de insucesso, sucesso e sucesso pleno, com vista à avaliação da qualidade das aprendizagens);</p> <p>Participação no Projeto Testes Intermédios do MEC.</p> <p>Introduzir as Provas Gerais do Agrupamento (PGA), em todos os anos de escolaridade, com os seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantir uma maior solidez na avaliação interna dos alunos do Agrupamento; • Contribuir para uma maior igualdade na avaliação das aprendizagens; • Fornecer aos alunos competências emocionais em situações de avaliação global, preparando-os para as situações de exame; • Motivar para o estudo; • Envolver as famílias na educação dos alunos <p>Motivação e reconhecimento do esforço dos alunos;</p> <p>Encadeamento das várias componentes do currículo; Articulação e sequencialidade das aprendizagens, adequando o projeto educativo ao objetivo de uma escolaridade de 12 anos;</p> <p>Equipas pedagógicas por ano de escolaridade, i.e., o mesmo grupo de professores assegura a leção de todas as turmas dum mesmo ano;</p> <p>Cumprimento integral das aulas previstas: o número de aulas previstas é igual ao número de aulas dadas, determinando-se um volume mínimo de tempos letivos por disciplina, ano e ciclo;</p> <p>Consolidação do conceito de sucesso pleno (terminar o ano letivo com níveis iguais ou superiores a três em todas as disciplinas);</p> <p>Desenho do currículo do agrupamento;</p>	<p>Alunos;</p> <p>Docentes;</p> <p>Encarregados de educação.</p> <p>Direção;</p> <p>Pessoal Docente;</p> <p>Pessoal não Docente;</p> <p>Alunos; Pais e Encarregados de Educação;</p> <p>Técnicos Especializados;</p> <p>Parceiros.</p>

		<p>Definição de critérios de progressão e retenção do agrupamento;</p> <p>Responsabilização dos Encarregados de Educação no processo de aprendizagem;</p> <p>Assegurar as atividades de enriquecimento curricular, em parceria com a autarquia e as associações de pais, e em que a planificação das AEC seja realizada em articulação com os diferentes departamentos curriculares;</p> <p>Dar continuidade à diversidade da oferta educativa, nomeadamente pela criação/manutenção de PCA e de CEF; Unidades de multideficiência;</p> <p>Promoção da literacia dos média, leitura e informação Projeto "A Ler+ "(PNL); Bibliotecas Escolares;</p> <p>Projeto 3d Alpha Introdução às TIC de forma criativa;</p> <p>Gabinete de apoio ao aluno;</p> <p>Projeto Educação para a Saúde;</p> <p>Assembleias trimestrais de delegados de turma;</p> <p>Quadro de mérito (excelência e valor); Apoios educativos;</p> <p>Apoio a alunos estrangeiros (PLNM);</p> <p>Serviço de psicologia e orientação;</p> <p>Programa Desporto Escolar (1.º, 2.º, 3.º ciclos);</p> <p>Projeto Mais, para alunos com CEI; assessorias; tutorias;</p> <p>Apoios individualizados;</p> <p>Coadjuvação nos 2.º e 3.º ciclos a português e matemática;</p> <p>Plano de trabalho de turma sustentado em estratégias articuladas para a melhoria dos resultados sociais e de aprendizagem.</p>	<p>11h para Português e 11h para Matemática - recurso adicional atribuído pelo MEC</p>
--	--	--	--

<p>Prestação do Serviço Educativo</p> <p>Conceitos em destaque:</p> <ul style="list-style-type: none"> • planeamento; • articulação; • práticas de ensino e de aprendizagem; • avaliação e autoavaliação. 	<p>Intensificação da investigação-ação reflexiva sobre o processo de ensino e de aprendizagem;</p> <p>Otimização de estruturas e de atividades de enriquecimento/complemento curricular com vista a garantir a ocupação plena dos tempos escolares das crianças/alunos;</p> <p>Consolidar os mecanismos de avaliação interna que conduzam à melhoria efetiva da qualidade da escola, através da monitorização dos processos de melhoria implementados e dos resultados das aprendizagens dos alunos;</p> <p>Divulgação de iniciativas na página web do agrupamento, nas redes sociais e na imprensa regional.</p>	<p>Implementação de Planos de melhoria ao nível da direção, das estruturas de gestão intermédia e das estruturas/serviços de apoio ao currículo;</p> <p>Reuniões periódicas de planeamento e avaliação do serviço educativo prestado no agrupamento;</p> <p>Aplicação de questionários de satisfação a alunos, Encarregados de educação, pessoal docente e não docente;</p> <p>Autoavaliação do agrupamento;</p> <p>Auscultação da comunidade escolar e educativa na elaboração dos documentos estruturantes do agrupamento;</p> <p>Divulgação dos mesmos (suporte papel e tecnológico).</p>	<p>Membros do Conselho Geral;</p> <p>Direção;</p> <p>Pessoal Docente;</p> <p>Pessoal Não Docente;</p> <p>Alunos;</p> <p>Comunidade.</p>
<p>Liderança e Gestão Organizacional</p> <p>Conceitos em destaque:</p> <ul style="list-style-type: none"> • liderança; • gestão; • supervisão; autorregulação; • planos de melhoria. 	<p>Desenvolvimento de modelos de liderança democrática, e transformacional que visem a responsabilidade partilhada;</p> <p>Desenvolver um modelo de gestão da escola, baseado na autonomia e responsabilização das lideranças intermédias, com motivação das equipas de trabalho (docentes e não docentes), como forma de melhorar desempenhos;</p> <p>Promoção de modelos de auto e heterosupervisão;</p> <p>Orientação da prática profissional regulada por coordenadores de departamento;</p> <p>Consolidação de uma cultura de participação de todos os agentes educativos e da comunidade na vida do agrupamento;</p> <p>Intervenção na política educativa municipal;</p> <p>Estabelecimento de protocolos com parceiros estratégicos.</p>	<p>Reuniões de articulação vertical e horizontal em todos os níveis de educação e ensino;</p> <p>Assegurar a afetação e a boa gestão dos recursos humanos e materiais necessários à consecução da atividade formativa e educativa;</p> <p>Promover um modelo de supervisão efetiva, baseado na presença do coordenador de departamento em sala de aula;</p> <p>Melhorar a divulgação de boas práticas pedagógicas;</p> <p>Melhorar a participação ativa e representativa dos alunos na vida do agrupamento;</p> <p>Promover uma cultura de participação dos diferentes agentes e parceiros na definição das orientações educativas do agrupamento e na resolução dos problemas decorrentes da atividade escolar;</p> <p>Reforçar a metodologia de trabalho de equipa no corpo docente promover a reflexão e a partilha de processos e estratégias pedagógicos;</p> <p>Fomentar a formação do pessoal docente e não docente do Agrupamento;</p> <p>Desenvolver a cooperação entre todos os</p>	<p>Direção;</p> <p>Pessoal Docente não Docente;</p> <p>Alunos; Pais e encarregados de educação, Associações de pais e encarregados de educação, Autarquia; Parceiros.</p>

		sectores e órgãos do Agrupamento; Melhorar os sistemas de comunicação interna e externa do Agrupamento; Participação no Conselho Municipal de Educação; Integração na Comissão de acompanhamento do projeto educativo municipal;	
Formação Conceitos em destaque: • formação contínua; • aprendizagem ao longo da vida.	Proporcionar o desenvolvimento profissional de docentes e não docentes através da elaboração de um plano interno de formação contextualizada com os objetivos do projeto educativo, realizando o levantamento das necessidades de formação contínua, articulando com o Centro de Formação de Associação de Escolas Rómulo de Carvalho e a Câmara Municipal de Mafra	Ações de formação creditadas; Formação em contexto escolar (partilha de boas práticas); Seminários; Colóquios; Encontros com individualidades de reconhecido mérito.	Formadores internos e externos; Pessoal Docente; Pessoal Não Docente; Indivíduos de reconhecido mérito.
Calendarização	O Plano de ação estratégica apresentado visa a implementação/consolidação de medidas, criando-se, para tal, indicadores de medida, para o período de vigência do contrato - 2013/2016, sendo que algumas estratégias estão já a ser desenvolvidas.		

Cláusula 4.ª

Competências reconhecidas à escola

Com o presente contrato, o Ministério da Educação e Ciência reconhece ao agrupamento as seguintes competências, para o desenvolvimento da sua autonomia e do seu plano estratégico, nos domínios seguintes:

1. Gestão e desenvolvimento curricular

Toda a operacionalização do desenvolvimento curricular, assente na definição da identidade do agrupamento, enquanto organização capaz de gerir e gerar o seu currículo, é estruturada em torno das questões da articulação entre níveis, anos e ciclos de escolaridade.

Efetuar o seguinte reajustamento curricular:

1.1. Educação Pré-Escolar

Reforçar as áreas de atividade de expressão físico-motora e de expressões artísticas, recorrendo a recursos humanos do agrupamento, numa lógica de racionalização de recursos e gestão local de competências, podendo ainda, em caso de necessidade, utilizar outros técnicos especializados nestas áreas;

1.2. 1.º Ciclo

- Proporcionar a aprendizagem da língua inglesa, informática, expressão plástica, musical e físico-motora a partir do 1.º ano de escolaridade, integrada no currículo, recorrendo aos docentes do agrupamento;

- Incentivar a atividade experimental na área de estudo do meio, a partir do 3.º ano, recorrendo aos docentes do agrupamento;
- Possibilitar a todos os alunos 1.º ciclo do ensino básico a frequência às atividades de desporto escolar, podendo recorrer a recursos humanos do agrupamento de acordo com o Programa Desporto Escolar 2013/2014 a que se refere o Despacho n.º 9332-A/2013, de 16 de julho.

1.3. 2.º e 3.º Ciclos

- Garantir, a todos os alunos, oferta complementar na área de formação pessoal e social - ética e cidadania - com o intuito de permitir a formação para a cidadania, a formação para a vida;
- Reforçar as atividades experimentais, na área das ciências físicas e naturais, através de estratégias inovadoras e do desdobramento em turnos, permitindo práticas laboratoriais eficientes respeitando a carga horária semanal estabelecida por lei.
- Propor a oferta formativa de Cursos de Educação e Formação, articulada com a Escola Secundária, com os outros Agrupamentos, com os serviços competentes do Ministério da Educação e Ciência (que definem, em momentos próprios, a rede de oferta educativa e formativa) e com a Autarquia;
- Apostar no sucesso educativo, através do reforço de projetos existentes no agrupamento e outros que promovam o desenvolvimento de competências de expressões artísticas e físico-motora;

2. Processos de ensino e guarda

1. Assegurar, em parceria com a Autarquia e a associação de pais e encarregados de educação, a organização das atividades de enriquecimento curricular e de prolongamento de horário, recorrendo aos recursos humanos do agrupamento e da Autarquia, numa lógica de racionalização de recursos e gestão local de competências;
2. Proporcionar aos alunos modalidades de apoio pedagógico diferenciadas, de forma a reforçarem as suas aprendizagens;
3. Constituir equipas pedagógicas/conselhos de ano (por ano de escolaridade, no 1.º ciclo do ensino básico), permitindo um melhor planeamento e monitorização do processo de ensino-aprendizagem, facilitando a aplicação do princípio da ocupação plena dos tempos escolares e garantindo o acompanhamento da geração escolar;
4. Fortalecer os mecanismos de regulação dos resultados académicos dos alunos, nomeadamente através da construção e aplicação de instrumentos anuais de avaliação global;
5. Coordenar e gerir a implementação dos planos curriculares e programas definidos a nível nacional, mediante a seleção de modelos pedagógicos, métodos de ensino e de avaliação e materiais de ensino-aprendizagem coerentes com o projeto educativo municipal e do agrupamento e adequados à variedade dos interesses e capacidades dos alunos, garantindo o cumprimento do currículo nacional;

3. Gestão e organização escolar

1. Efetuar ajustamentos ao calendário escolar, fixados no início do ano letivo, de acordo com eventuais necessidades do Agrupamento, assegurando sempre o número de dias de atividades letivas fixados por lei e salvaguardando a guarda dos alunos, no respeito pelo calendário das provas finais de ciclo e exames nacionais;
2. Determinar os horários e regime de funcionamento das unidades educativas do agrupamento, salvaguardando a guarda dos alunos; a fixar no início do ano letivo, deve salvaguardar o respeito pela escola a tempo inteiro, no 1.º ciclo do ensino básico, desenvolver-se no respeito pela legislação em vigor e em função dos recursos humanos disponíveis.
3. Gerir e organizar, de forma flexível, a unidade letiva, mediante a aplicação de modelos pedagógicos inovadores, adequados à variedade dos interesses, capacidades e necessidades dos alunos, no respeito pela legislação aplicável no respeito pela matriz curricular do ensino básico e secundário.
4. Gerir, com autonomia pedagógica e organizativa, o crédito horário de tempos (CT) apurado de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente na implementação de medidas que concorram para o desenvolvimento dos conhecimentos e das capacidades dos alunos, bem como na atribuição de cargos de natureza pedagógica, designadamente de orientação educativa e de supervisão pedagógica, sem prejuízo do cumprimento da legislação em vigor;
5. Desenvolver mecanismos que permitam detetar, atempadamente, dificuldades de base, diferentes ritmos de aprendizagem ou outras necessidades dos alunos que exijam formas de apoio adequadas nos domínios psicológico e socioeducativo;
6. Permutar serviço letivo entre docentes, por ausência de algum professor, com o objetivo de, no final de cada ano letivo cumprir o número de aulas previstas e aulas efetivamente dadas;
7. A seleção e recrutamento de pessoal docente obedece a procedimentos e critérios que não podem deixar de ser cumpridos; em caso de publicação de regulamentação específica para contratos de autonomia serão abrangidos os AE com contrato de autonomia.
8. Efetuar a distribuição de serviço docente e não docente, de acordo com critérios previamente definidos, designadamente de eficácia e eficiência para consecução dos objetivos previstos nas cláusulas 1.ª e 2.ª deste contrato em estrito cumprimento da legislação vigente.
9. Definir soluções de autonomia organizacional, constantes no regulamento interno, que permitam garantir um percurso sequencial e articulado aos alunos, uma gestão propiciadora de equidade de recursos materiais pedagógicos e humanos e uma gestão escolar e administrativa com capacidade de resposta eficiente e eficaz no quadro do projeto educativo;
10. Simplificar procedimentos administrativos, através do recurso às novas tecnologias;
11. Recorrer a serviços de entidades exteriores à escola, sempre que se justifique, tendo por base o planeamento e estudo financeiro que comprove os benefícios que daí resultem, no cumprimento das normas de contabilidade pública; de acordo com regulamentação específica em lei, sem prejuízo do pedido de autorização por parte do AE aos serviços competentes do MEC, e desde que não resulte acréscimo de encargos para o MEC.

D - Formação vocacional e profissional

1. Propiciar oferta própria de formação vocacional e profissional, em articulação com os serviços competentes do Ministério da Educação e Ciência;
2. Concretizar o plano de formação de pessoal docente e de pessoal não docente, em articulação com o Centro de Formação de Associação de Escolas Rómulo de Carvalho;

3. Candidatar o agrupamento a programas e projetos financiados por entidades nacionais e internacionais.

E - Excelência, inovação e empreendedorismo

1. Considerar a continuidade dos projetos desenvolvidos nas Unidades de multideficiência, para alunos com NEE, de acordo com as condições;
2. Desenvolver projetos de acompanhamento e complemento pedagógico, numa lógica de articulação e sequencialidade das aprendizagens, que visem a excelência e a promoção do sucesso;
3. Gabinete de apoio ao aluno e à família - prevenção, mediação e intervenção em caso de conflitos entre alunos e/ou quaisquer outros intervenientes da comunidade educativa;
4. Projeto "aLeR+" - Em parceria com a RBE e PNL;
5. Promoção da literacia dos média, leitura e informação;
6. Projeto 3d Alpha Introdução às TIC de forma criativa;
7. Oferecer atividades extracurriculares de índole cultural e artística, em parceria com outras entidades, dentro do quadro legal em vigor e salvaguardando eventuais encargos para o agrupamento, que venham a resultar da colaboração com entidades externas.

Cláusula 5.ª

Compromissos da escola

Com vista a cumprir os objetivos gerais e operacionais constantes do presente contrato, a escola compromete-se e fica obrigada a:

1. Garantir o serviço público de educação;
2. Prestar um ensino eficaz e de qualidade;
3. Planificar e gerir os processos de diversificação e desenvolvimento do currículo, visando a progressiva requalificação do percurso formativo dos alunos, tendo como referência os princípios estruturantes da educação e as prioridades da ação educativa consagradas em sede do Projeto Educativo Municipal e do Projeto Educativo do Agrupamento;
4. Promover o envolvimento da comunidade educativa na concretização dos objetivos gerais e operacionais definidos;
5. Promover a melhoria progressiva da qualidade do ensino, dos procedimentos e das dinâmicas organizativas, numa perspetiva de desenvolvimento e modernização do agrupamento;
6. Garantir uma gestão eficaz e eficiente das verbas transferidas pelo Ministério da Educação e Ciência, bem como, das obtidas através do Orçamento de Compensação da Despesa e Receita, no âmbito do presente contrato;
7. Realizar anualmente a autoavaliação, com divulgação dos resultados obtidos e das metas alcançadas no sítio eletrónico do agrupamento;
8. Manter com a Autarquia, e com os restantes estabelecimentos de ensino do concelho, um diálogo permanente e construtivo, com vista à celebração de protocolos e parcerias efetivas, adotando e divulgando boas-práticas;
9. Cumprir e fazer cumprir os princípios e as disposições consagradas no presente contrato.

Cláusula 6.ª

Compromissos do Ministério da Educação e Ciência

Pelo presente contrato, o Ministério da Educação e Ciência compromete-se e obriga-se a:

1. Tomar as decisões e medidas indispensáveis à viabilização e concretização do presente contrato, de modo a garantir as condições necessárias ao desenvolvimento da autonomia do agrupamento;
2. Autorizar a contratação de 11h letivas para GR 300 e 11h letivas para GR 500, de acordo com o previsto no plano de ação estratégica;
3. Manter com o agrupamento um relacionamento institucional direto e colaborante, no quadro da delimitação de competências decorrentes da lei e do presente contrato;
4. Proporcionar apoio jurídico ao agrupamento;
5. Participar na comissão de acompanhamento prevista no artigo 9.º da Portaria n.º 265/2012, de 30 de agosto.

Cláusula 7.ª

Compromissos da Câmara Municipal de Mafra

1. Manter com o agrupamento um relacionamento institucional direto e colaborante, no quadro da delimitação de competências decorrentes da lei e do presente contrato;
2. Tomar as decisões e medidas indispensáveis à viabilização e concretização do presente contrato, de modo a garantir as condições necessárias ao desenvolvimento da autonomia do agrupamento;
3. Facultar recursos humanos especializados na área da psicologia e da ação social através do recurso aos Programas do Contrato de Emprego e Inserção (CEI) e do Impulso Jovem, desde que possua disponibilidade financeira;
4. Participar na comissão de acompanhamento prevista no artigo 9.º da Portaria n.º 265/2012, de 30 de agosto.

Cláusula 8.ª

Duração do contrato

1. O presente contrato de autonomia vigorará até ao termo do ano letivo 2015/2016.
2. O presente contrato pode ser revisto e alterado a todo o tempo, por acordo das partes, respeitando o requisito previsto na alínea a) do artigo 6.º da Portaria n.º 266/2012, de 30 de agosto.
3. O presente contrato poderá ser renovado, nos termos da legislação, mantendo-se em vigor, com as alterações que entretanto lhe tenham sido introduzidas nos termos do disposto no número anterior, até à celebração de um novo contrato de autonomia.

Cláusula 9.ª

Acompanhamento e monitorização

1. A escola constitui uma estrutura permanente de acompanhamento e monitorização constituída pelo diretor e por, pelo menos mais dois docentes de carreira designados para o efeito, com as seguintes competências:
 - a) Monitorizar o cumprimento e a aplicação do presente contrato e acompanhar o desenvolvimento do processo;
 - b) Monitorizar o processo de autoavaliação do Agrupamento;
 - c) Produzir e divulgar o relatório anual de progresso;
 - d) Constituir meio de interlocução com os serviços competentes do Ministério da Educação e Ciência.

Cláusula 10.ª

Casos Omissos

1. Todas as matérias não reguladas no presente contrato serão regidas pela lei geral aplicável.

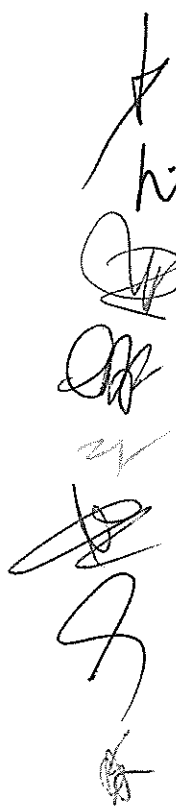
Assinaturas

O Diretor-Geral dos Estabelecimentos Escolares

José Alberto Moreira Duarte

O Diretor do Agrupamento de Escolas da Venda do Pinheiro

José António Paulo Felgueiras



A Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas da Venda do Pinheiro

Carla Maria Lourenço Rodrigues Leal Curado

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra

Hélder António Guerra de Sousa Silva

Homologo

O Secretário de Estado do Ensino e Administração Escolar

João Casanova de Almeida



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA ERICEIRA
Escola Sede – EB 2, 3 António Bento Franco – Ericeira

ACTA NÚMERO DOIS
DA REUNIÃO DO CONSELHO GERAL

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, reuniu-se o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas António Bento Franco, na sala de reuniões da Escola-Sede, pelas dezoito horas, sob a presidência da professora Lélia Reis e com a seguinte ordem de trabalhos: _____

Ponto um – Aprovação da ata da reunião do dia 2 de outubro; _____

Ponto dois – Apresentação dos elementos cooptados ao conselho geral; _____

Ponto três – Aprovação do Contrato de Autonomia do Agrupamento de Escolas da Ericeira. _____

_____ Estiveram presentes os vinte e um membros que constituem este Conselho assim como o diretor do Agrupamento de Escolas da Ericeira, tendo-se dado início à reunião com as respetivas apresentações. _____

Relativamente ao ponto um, foram apresentadas as seguintes alterações: _____

_____ O Sr. Rui Duarte, representante dos Encarregados de Educação, solicitou que se fizesse a seguinte retificação: a sua abstenção em relação ao documento relativo à avaliação do Diretor deveu-se não ao facto de não concordar com o documento em si mas por ser submetido para aprovação um documento que não era passível de alteração; _____

_____ A representante da Câmara Municipal, vereadora Célia Fernandes, solicitou que, em anexo a cada ata, fosse enviada a lista de presenças ou, em alternativa, se referisse no corpo da própria ata o nome dos elementos presentes. Referiu ainda que os autores de todas as intervenções indicadas em ata fossem devidamente identificados. _____

Foi também exposto pela Sr.^a vereadora, que, juridicamente, uma ata não pode ser divulgada, em resumo, sem a sua prévia aprovação. Em relação a esta questão, a Presidente do Conselho Geral referiu que a ideia foi ser encaminhado para os centros escolares, em tempo útil, um apanhado dos assuntos abordados, uma vez que poderá ocorrer um grande intervalo de tempo entre uma reunião do Conselho Geral e a aprovação da respetiva ata. Nesse sentido, passa a ser enviada uma síntese dos assuntos tratados, para divulgação aos intervenientes. _____

_____ Feitas estas retificações, passou-se à votação tendo a ata sido aprovada com doze votos a favor e nove abstenções. Oito destas últimas deveram-se à ausência dos votantes na reunião anterior, por razões devidamente justificadas. _____

Seguidamente, e fora da ordem de trabalhos, a Professora Lélia Reis deu as seguintes informações: _____

_____ Já foi pedida a verba e contratada uma firma para arranjo dos telheiros da Escola-Sede. Prevê-se a realização das obras até final do ano; _____

_____ Vai iniciar-se o terceiro ciclo avaliativo, no âmbito da avaliação interna do nosso Agrupamento. Solicita-se a colaboração dos representantes da Associação de Pais para a sensibilização dos encarregados de educação para responderem aos inquéritos; _____

_____ Os documentos estruturantes do Agrupamento estão em processo de reformulação. Os próximos a serem sujeitos à aprovação do Conselho Geral serão o Projeto Curricular do Agrupamento e o Plano Anual de Atividades. _____

_____ Ainda fora da ordem de trabalhos, o Professor Vitor Garcia questionou o Presidente da Corporação de Bombeiros Voluntários da Ericeira acerca da possibilidade de se fazer a formação específica sobre primeiros socorros básicos, destinada a assistentes operacionais e pessoal docente, que já teve início na Escola-Sede, nos vários Centros Escolares. _____



----- O Presidente afirmou que tal seria possível, desde que se conseguissem condensar o maior número de freguesias, por forma a rentabilizar recursos humanos e financeiros. Acrescentou ainda que coloca à disposição do Agrupamento o salão dos Bombeiros para quaisquer atividades que se pretenda realizar. -----

----- Quanto ao ponto três da ordem de trabalhos, aprovação do Contrato de Autonomia do Agrupamento de Escolas da Ericeira, a Câmara Municipal solicitou que seja feita a seguinte alteração ao Ponto três da cláusula sétima do Contrato: -----

----- "Facultar recursos humanos especializados através do recurso aos programas do Contrato de Emprego e Inserção (CEI)" ou outros, desde que possua disponibilidade financeira." O objetivo desta entidade cingir-se-á não apenas aos programas CEI, mas a outros recursos disponíveis, constantes na cláusula, que possam ser rentabilizados. -----

----- Feita a ressalva acima referenciada, o Contrato de Autonomia foi colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- No final da reunião, a vereadora Célia Fernandes informou que irão decorrer em Mafra um conjunto de atividades/eventos alusivos à quadra natalícia, organizados pela Câmara Municipal, entre eles uma mostra de trabalhos realizados nas/pelas Escolas do Concelho, para os quais pediu toda a participação e divulgação possíveis. -----

E nada mais havendo a tratar, deu-se por terminada a sessão, da qual foi lavrada a presente ata. -----

A Presidente do Conselho Geral


(Lélia Reis)

A secretária


(Maria Amado)



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA

mafra
Qualidade de Vida

CÂMARA MUNICIPAL



CONTRATO DE AUTONOMIA

Agrupamento de Escolas da Ericeira
2013/14 - 2015/16

Preâmbulo

As funções da escola que eram, tradicionalmente, de educar, instruir e socializar têm sofrido, nos últimos anos, grandes alterações. Atualmente, a escola encontra no terreno outras instituições cuja atividade incide nas mesmas populações, o que torna necessária uma atuação concertada de todos os intervenientes a nível local e, consequentemente, a uma participação acrescida na resolução dos problemas.

Na última década tem havido um esforço grande de vários atores para criar maiores laços entre as escolas e as comunidades em que se situam, quer aproximando o poder local da escola, quer criando parcerias entre a escola e o tecido empresarial e cultural local. Contudo, essas ligações são acontecimentos ocasionais e não constituem um pilar da vida da escola. Em consequência, o enraizamento da escola na comunidade e a responsabilização desta por aquela são processos frágeis e não sustentados ou sustentáveis. É, neste contexto, que surge o Projeto Educativo Municipal de Mafra que se define como o instrumento de realização de uma política educativa local, que articula as ofertas educativas existentes, os serviços sociais com os serviços educativos, promove a gestão integrada dos recursos e insere a intervenção educativa numa perspetiva de desenvolvimento da comunidade e de promoção da qualidade de vida.

O quadro geral de intervenção traçado no Projeto Educativo Municipal de Mafra pretende ser suficientemente amplo para que cada agrupamento de escolas/escola não agrupada possa ter a sua própria orientação pedagógica ou prosseguir projetos que não têm relação direta com ele. O Projeto Educativo Municipal de Mafra não pretende, de forma alguma, diminuir a autonomia pedagógica das escolas.

Visão

“Em Educação, todas as perspetivas devem ser tidas em conta, visando um contínuo processo de aperfeiçoamento, considerando a sociedade e o futuro, num complexo mundo globalizante, onde, cada vez mais, é exigido às Escolas respostas mais eficazes e mensuráveis que criem uma regulação contínua nas suas práticas pedagógicas, no desempenho escolar dos alunos e no envolvimento crescente da comunidade”¹

1. Contexto e caracterização geral do Agrupamento

O Agrupamento Vertical de Escolas da Ericeira fica situado no Concelho de Mafra, na orla ocidental do país e integrado na periferia da área metropolitana de Lisboa. Confronta-se com os concelhos de Torres Vedras, Sobral de Monte Agraço, Arruda dos Vinhos, Loures e Sintra.

O Agrupamento de Escolas da Ericeira inclui na zona de influência pedagógica as freguesias da Carvoeira, Encarnação, Ericeira e Santo Isidoro. Estas zonas, na sua globalidade têm como rumor de fundo toda uma estrutura social e educativa que tem vindo, nos últimos anos, a ser alvo de alterações profundas.

A escola sede do Agrupamento - Escola Básica 2,3 António Bento Franco - fica situada na freguesia da Ericeira, uma das quatro freguesias pertencentes à zona de influência pedagógica do agrupamento supra mencionado, tendo-se constituído em agrupamento vertical no ano letivo de 1999/2000, com sede na Escola acima indicada. Cada um dos estabelecimentos que integra o agrupamento mantém a sua identidade e denominação próprias, recebendo o agrupamento uma designação que o identifique.

O agrupamento de escolas integra estabelecimentos de educação e de ensino de um mesmo concelho e, apesar da distância a que se encontram algumas escolas (a mais distante, Encarnação, encontra-se a 15 Km da escola sede do agrupamento), procura garantir-se que nenhum estabelecimento fique em condições de isolamento que dificultem uma prática pedagógica de qualidade.

¹Projeto Educativo Municipal, pp. 166

As freguesias supra identificadas, na sua maioria, são de características marcadamente rurais, à exceção da freguesia da Ericeira cuja comunidade vivia essencialmente da atividade piscatória e do turismo, a chegada de novas famílias vindas maioritariamente da área metropolitana de Lisboa, e de população estrangeira, na sua maioria Brasileiros e Eslavos, fez emergir um modo de vida mais urbano e cosmopolita que esbate e atenua algumas diferenças no estilo de vida destas populações.

Assim, o panorama socioeconómico desta região é não só heterogéneo porque a atividade profissional tem vindo a modificar-se como também fundamental na gestão do exercício pedagógico. À escola confluem diferentes experiências e hábitos que se procuram integrar, e novas solicitações a que se procura dar resposta.

2. Resultados da autoavaliação

O processo de autoavaliação no Agrupamento, desenvolvido desde o ano letivo de 2009/2010, tem sido progressivo, consolidado e alargando as suas áreas de análise. Este processo é suportado pelo modelo CAF (Common Assessment Framework - Estrutura Comum de Avaliação), através da qual uma organização procede ao diagnóstico do seu desempenho numa perspetiva de Melhoria Contínua, através da identificação de pontos fortes e oportunidades de melhoria.

Na sequência da aplicação do referido modelo de autoavaliação (questionários à comunidade) no ano letivo 2011/2012, assim como do Projeto Educativo do Agrupamento (PE), do Projeto de Intervenção da Direção (PI), do Relatório de Avaliação Externa (IGE), e do Relatório de Autoavaliação (AA), foram implementadas as seguintes ações de melhoria: (i) Melhoria dos resultados académicos internos e externos; (ii) Reformulação dos documentos estruturantes; (iii) Generalização das atividades experimentais e das TIC; (iv) Envolvimento da comunidade educativa na melhoria do ambiente escolar e (v) Melhoria dos circuitos de comunicação com a Autarquia.

No que concerne aos resultados escolares, apresentamos os valores totais do Agrupamento (ver Tabela 1, 2 e 3).

Tabela 1

Taxa de sucesso por ano de escolaridade (2011/2012) *

1º Ciclo				2º Ciclo		3º Ciclo			
1ºano	2ºano	3ºano	4ºano	5ºano	6ºano	7ºano	8ºano	9ºano	CEF
100.0%	97.0%	98.5%	98.5%	95.3%	82.8%	86.8%	85.4%	65.0%	83.9%

* Dados retirados do MISI

Tabela 2

Média das classificações internas e externas por disciplina (2011/2012)*

2º Ciclo (6º ano)						3º Ciclo (9º ano)					
Cl. Interna			Cl. Exame			Cl. interna			Cl. Exame		
P	MAT	Escola	P	MAT	Escola	P	MAT	Escola	P	MAT	Escola
3.30	3.10	3.20	3.10	2.80	2.95	3.00	2.80	2.90	2.80	2.60	2.70

* Dados retirados do MISI e programa ENEB (em análise os alunos que são admitidos em exame)

Tabela 3

Taxa de sucesso dos alunos com e sem ação social escolar (2011/2012) *

1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo	
C/ASE	S/ASE	C/ASE	S/ASE	C/ASE	S/ASE
96.1%	99.4%	91.8%	91.2%	76.4%	86.7%

Da análise aos resultados, é possível retirar as seguintes conclusões:

- A taxa de sucesso do 1.º ciclo do ensino básico é muito significativa, com valores superiores a 95%;
- A Média das taxas obtidas no 2.º e 3.º ciclo do ensino básico são respetivamente, 89% e 79%. Comparando a média das taxas de sucesso nos três ciclos de ensino ao nível do Agrupamento (86%) com a correspondente à taxa nacional (89,3%), verifica-se que a taxa do Agrupamento é inferior, à nacional no ano letivo em apreço;
- A taxa de abandono escolar no Agrupamento é de 0% no ensino regular e 0,3% no Curso de Educação e Formação. Esta situação deve-se sobretudo ao elevado número de imigrantes brasileiros inscritos neste tipo de curso que deixaram de frequentar a escola por regressarem ao seu país de origem.

No que concerne aos fatores explicativos dos resultados escolares apresentados, destacam-se os seguintes:

- Socioeconómicos (tendo em conta que a taxa de sucesso dos alunos com ação social escolar é, nos três ciclos de ensino, inferior à dos alunos sem ação social escolar. No 1.º ciclo do ensino básico, a diferença é de 3,3%; no 2.º ciclo é de 11,1% e no 3.º ciclo do ensino básico é de 10,4%);
- Nas freguesias de encaminhamento para o Agrupamento de Escolas António Bento Franco (Ericeira), inserem-se grupos sociais que são subsidiários de subsídios de desemprego (818, o que equivale a 3,9%, o valor mais elevado quando comparado com os restantes Agrupamentos de Escolas); subsídios sociais de desemprego (93, o que equivale a 0,4%, o valor mais elevado quando comparado com os restantes Agrupamentos de Escolas) e subsídios sociais de desemprego subsequente (102, o que equivale a 0,5%, o valor mais elevado quando comparado com os restantes Agrupamentos de Escolas).

3. Resultados da avaliação externa

O Agrupamento de Escolas da Ericeira foi sujeito a uma avaliação externa efetuada pela Inspeção Geral da Educação (IGE), em fevereiro de 2012, na qual obteve no domínio dos Resultados a classificação de **Suficiente**, no domínio de Prestação do Serviço Educativo a classificação de **Bom** e, no domínio de Liderança e Gestão, a classificação de **Suficiente**.

Desta avaliação destacam-se os seguintes pontos fortes no desempenho do Agrupamento: (i) a forte implementação da educação ambiental, com impacto no desenvolvimento integral das crianças e alunos; (ii) a aplicação da metodologia do projeto Fénix, com resultados na melhoria das práticas educativas; (iii) a intervenção no âmbito da educação especial, com repercussões na inclusão e no sucesso das crianças e jovens com necessidades educativas especiais; (iv) a realização de sessões de esclarecimento para os assistentes operacionais sobre os seus modos de intervenção nos projetos pedagógicos, valorizando a dimensão educativa das suas funções e (v) o envolvimento e a participação alargada da comunidade educativa no processo de autoavaliação, concorrendo para a apropriação de uma cultura autoavaliativa.

Em relação às áreas onde o Agrupamento deve incidir prioritariamente os seus esforços para a sua melhoria, destacam-se: (i) a identificação dos fatores que contribuem para o insucesso do 3º ciclo, em especial na disciplina de matemática, e a implementação de medidas mais eficazes para

melhorar os resultados académicos; (ii) a implementação de ações consistentes que se direcionem para a prevenção e resolução dos problemas de indisciplina; (iii) a generalização do uso de metodologias ativas experimentais e a otimização da utilização dos recursos no âmbito das tecnologias de informação e comunicação; (iv) a diversificação das medidas de apoio educativo, promovendo a melhoria dos resultados dos alunos; (v) a articulação do plano anual de atividades com o projeto educativo e os estabelecimento de prioridades, metas e ações que permitam a mobilização, de forma concertada, da comunidade educativa; (vi) os circuitos de comunicação e informação com os serviços da Câmara Municipal de Mafra, para promover a aproximação institucional e (vii) a definição mais abrangente das ações de melhoria, em função das áreas prioritárias de intervenção.

No âmbito do desenvolvimento do regime jurídico de autonomia da escola, consagrada pelo Decreto -Lei n.º 43/89, de 3 de fevereiro, e ao abrigo do Decreto -Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto -Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, e pela Portaria n.º 265/2012, de 30 de agosto, e demais legislação aplicável, o Ministério da Educação e Ciência (MEC), através da Direção-Geral de Estabelecimentos Escolares, a Câmara Municipal de Mafra e o Agrupamento de Escolas da Ericeira celebram e acordam entre si o presente contrato de autonomia, que se rege pela regulação suprarreferida e ainda pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª.
Objetivos gerais

Os objetivos gerais do contrato são:

1. Contribuir para a realização pessoal do aluno, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do caráter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico - *Vetor estratégico do PEM - Formação Integral do Aluno;*
2. Garantir o acesso de todos os alunos a um ensino de qualidade, assente em princípios de equidade, justiça, responsabilidade e eficiência - *Vetor estratégico do PEM - Prestação do Serviço Educativo;*
3. Promover as aprendizagens escolares dos alunos e a melhoria dos resultados, em particular dos resultados internos aferidos com os concelhios e os nacionais - *Vetor estratégico do PEM - Sucesso Educativo;*
4. Dotar o Agrupamento de competências próprias, nos domínios da organização estratégica, pedagógica, curricular e administrativa, da gestão financeira, patrimonial, organizacional, curricular e de gestão dos recursos humanos, no quadro do seu projeto educativo e em função dos recursos e dos meios que lhe serão consignados;

Cláusula 2ª.
Objetivos operacionais

Os objetivos operacionais são:

1. Manter a taxa de abandono escolar, no ensino regular, próxima do valor zero por cento (objetivo 6 do PEM);
2. Aumentar a taxa global do sucesso escolar, no 1º ciclo de 1%, no 2º ciclo de 2% e no 3º ciclo de 3% (objetivo 15 do PEM);
3. Aumentar, em 1%, face ao ano letivo anterior, a média das classificações das provas finais do ensino básico obtida pela totalidade dos alunos internos (objetivo 15 do PEM);

4. Melhorar, em 1%, face ao ano letivo anterior, a diferença entre a média das classificações internas de frequência e a média das classificações das provas finais de ciclo obtidos pela totalidade dos alunos (objetivo 15 do PEM);
5. Melhorar os resultados obtidos nas provas finais de ciclo em 1% nos 3 níveis de ensino comparativamente com a média nacional (objetivo 15 do PEM);
6. **Educar para a Cidadania e desenvolvimento cívico** (objetivo 3 do PEM) - visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo;
7. **Garantir a igualdade de oportunidades no acesso à educação/ formação na escolaridade básica e secundária, promovendo a inclusão de todas as crianças e jovens** (objetivo 6 do PEM) - a escola, com orientação inclusiva, enquadra-se no princípio da igualdade de oportunidades educativas e sociais, adaptando-se à diversidade dos seus alunos, proporcionando o acesso a aprendizagens de sucesso, independentemente da origem cultural e social;
8. **Promover um serviço de educação e de formação de referência e adequado à procura** (objetivo 7 do PEM) - “otimização de recursos humanos e materiais” (iniciativa 11 do PEM), numa lógica de máxima eficiência na utilização dos referidos recursos;
9. **Investir na qualificação do pessoal docente, mas também do pessoal não docente** (objetivo 8) - proporcionando-lhes formação ao longo da vida, adequada às reais necessidades individuais e concelhias, em parceria com a CMM;
10. **Rentabilizar os recursos materiais e financeiros disponíveis** (objetivo 13 do PEM) - através da partilha eficaz dos recursos materiais existentes entre os estabelecimentos de ensino;
11. **Assegurar a articulação entre Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas** (objetivo 16 do PEM) - promover a articulação horizontal (a transversalidade entre áreas/disciplinas de um mesmo ano de escolaridade) e a articulação vertical (observável na continuidade, sucessão de níveis/ciclos/anos) “reforçando os mecanismos de comunicação e espaços de diálogo tendo em vista a adoção de procedimentos comuns e a divulgação de boas práticas” (iniciativa 27 do PEM);
12. **Envolver as famílias no processo educativo** (objetivo 18 do PEM) - através da “implementação de ações de formação/ sensibilização” (iniciativa 29 do PEM), que envolvam e responsabilizem as famílias no acompanhamento do percurso escolar dos seus educandos;
13. **Fomentar a relação do trinómio "Escola-Empresas-Instituições"** (objetivo 19 do PEM) - materializada na “criação e consolidação da rede de parcerias com o tecido empresarial” (iniciativa 30 do PEM). Neste sentido, pretende-se potenciar o desenvolvimento económico do Concelho, através do empreendedorismo, inovação e modernização; consolidar a rede de parcerias, desenvolvendo, para isso, protocolos de estágio profissional que permitam divulgar, consolidar e dinamizar as potencialidades locais e atrair investimento; estimular a empregabilidade em colaboração com os principais órgãos competentes.

Cláusula 3ª.
Plano de ação estratégica

O plano de ação estratégica deve concretizar-se utilizando os recursos disponíveis na Escola/Agrupamento, bem como aqueles que decorram da celebração do Contrato de Autonomia e no respeito pela legislação aplicável. Tendo em vista a concretização dos objetivos previstos nas cláusulas 1ª e 2ª, desenvolve-se o seguinte plano estratégico.

Áreas de Intervenção	Ações Estratégicas	Projetos/Atividades	Recursos
Resultados (Currículo e Aprendizagem) Conceitos em destaque: - mecanismos de aferição/regulação; - avaliação do impacto dos resultados sociais e escolares. - desenvolvimento curricular; - inclusão; - articulação; - sequencialidade; - sucesso educativo.	- Monitorização sistemática dos projetos e atividades na melhoria das aprendizagens e na qualidade do sucesso; - Aferição de critérios e instrumentos de avaliação em todos os anos e ciclos de escolaridade; - Reforço das medidas para a melhoria das aprendizagens e a superação de dificuldades específicas dos alunos - Oferta curricular diferenciada; - Ampliação de projetos pedagógicos de desenvolvimento de competências pessoais e sociais; - Reforço da articulação e sequencialidade pedagógica e científica com vista à gestão eficaz do currículo; - Prevenir e combater a indisciplina no espaço escolar	- Avaliação trimestral dos projetos e atividades pelas estruturas intermédias e órgãos de administração e gestão. - Análise trimestral dos resultados escolares pelas estruturas intermédias e órgãos de administração e gestão. - Provas de Regulação Interna em todos os anos (aplicação generalizada de, no mínimo, uma prova de regulação interna periódica comum às disciplinas em geral); - Testes Nacionais Intermédios; - Apoio ao estudo (3º ciclo); - Sala de apoio ao estudo (2º e 3º ciclo) - Dar continuidade à diversidade da oferta educativa, nomeadamente pela criação/manutenção de PCA e de CEF; - Planificação das AEC em articulação com os diferentes Departamentos Curriculares; - Participação em projetos de âmbito local, nacional ou internacional, como o Eco Escolas, Educação para a Saúde entre outros. - Tarefas/Atividades planificadas de sala de aula, articuladas com a Biblioteca Escolar (BE), no sentido de desenvolver: a literacia da leitura (atividades de leitura com base nas metas curriculares e no PNL); a literacia dos média (produção de trabalho usando diversos média) e a literacia da informação (familiarização com um modelo de pesquisa, exercícios de aplicação prática, relacionados com citações, e elaboração de bibliografias); - Dar continuidade ao Gabinete de Apoio ao aluno (GAA); - Implementação do «Plano de indisciplina» para alunos (adaptado dos «deveres» constantes no Regulamento Interno); - Quadro de Valor, no sentido do reconhecimento pela comunidade escolar de comportamentos e valores exemplares; - Promover palestras/debates/encontros com técnicos especializados para docentes, não docentes e	Alunos; Docentes; EE. Direção Departamentos disciplinares Alunos GAVE Direção; Docentes, Não Docentes, Alunos; Pais e Encarregados de Educação; Associação de Pais; Técnicos Especializados; Parceiros. 11h GR 300 + 11h GR 500 - recurso adicional atribuído pelo MEC

	- Envolver a família na melhoria do processo educativo do aluno	pais/encarregados de educação; - Monitorização trimestral do GAA; - Divulgação à CPCJ - Promover palestras/encontros para pais; - Desenvolver atividades pedagógicas diversas envolvendo as famílias; - Trabalhar em colaboração e cooperação com a Associação de Pais.	
Prestação do Serviço Educativo Conceitos em destaque: .planeamento; .articulação; .práticas de ensino e de aprendizagem; .avaliação e autoavaliação.	- Intensificação da investigação-ação reflexiva sobre o processo de ensino e de aprendizagem; - Otimização de estruturas e de atividades de enriquecimento/complemento curricular com vista a garantir a ocupação plena dos tempos escolares das crianças/alunos;	- Dar continuidade à Implementação de Planos de Melhoria pelas estruturas intermédias e órgãos de administração e gestão; - Reuniões periódicas de planeamento e avaliação do serviço educativo prestado no Agrupamento; - Aplicação de questionários de satisfação a todos os intervenientes no processo de ensino e aprendizagem pela equipa de Autoavaliação; - Auscultação da comunidade escolar e educativa na elaboração dos documentos estruturantes; - Reforço das áreas de atividade de Expressão Físico-Motora e de Expressões Artísticas no pré-escolar, recorrendo a professores especializados do Agrupamento; - Implementação de clubes no 2º e 3º ciclo (Clube de Espanhol, Inglês, Francês, Jornalismo, Teatro, Música, Artes, Horticultura e Desporto Escolar);	Membros do Conselho Geral; Direção; Pessoal Docente; Pessoal Não Docente; Alunos; Comunidade
Liderança e Gestão Organizacional Conceitos em destaque: .liderança; .gestão; .supervisão; .autorregulação; .planos de melhoria.	- Desenvolvimento de modelos de liderança democrática - subsidiariedade e responsabilidade partilhada; - Orientação da prática profissional regulada por coordenadores de departamento e delegados de disciplina; - Intervenção na política educativa municipal; - Estabelecimento de protocolos com parceiros estratégicos.	- Reuniões trimestrais de articulação vertical e horizontal em todos os níveis de educação e ensino; - Ações semestrais ou anuais de boas práticas entre Agrupamentos e escolas não agrupadas do concelho; - Reuniões/Encontros de natureza diversa entre diretores, professores dos Agrupamentos e escolas não agrupadas do concelho; - Supervisão, periodicamente, dos processos de ensino e de aprendizagem em contexto de sala de aula. - Participação no Conselho Municipal de Educação - Integração na Comissão de Acompanhamento do Projeto Educativo Municipal. - Reforço das relações institucionais com as empresas públicas e privadas; instituições locais ou nacionais com vista à implementação e/ou desenvolvimento de projetos ou atividades diversas;	Direção; Docentes, Não Docentes, Alunos; Pais e EE, Associações de Pais e EE; Autarquia; Parceiros.

Formação Conceitos em destaque: .formação contínua; .aprendizagem ao longo da vida.	- Levantamento das necessidades de formação contínua, articulando com o Centro de Formação; - Promoção do conhecimento e desenvolvimento profissional	- Ações de Formação creditada; - Formação em contexto escolar (partilha de boas práticas); - Seminários; Colóquios; Encontros com individualidades.	Formadores internos e externos; Pessoal Docente; Pessoal Não Docente; Individualidades
Calendarização	O Plano de Ação Estratégica apresentado visa a implementação/consolidação de medidas, criando-se, para tal, indicadores de medida, para o período de vigência do presente contrato, sujeitas a monitorizações trimestrais ou anuais.		

Cláusula 4.ª

Competências reconhecidas à escola

Com o presente contrato, o Ministério da Educação e Ciência reconhece à escola as seguintes competências para o desenvolvimento da sua autonomia nos domínios seguintes.

1. Gestão e desenvolvimento curricular

Efetuar o seguinte reajustamento curricular:

1.1. Educação Pré-Escolar

1.1.1. Reforçar as áreas de atividade de Expressão Físico-Motora e de Expressões Artísticas, podendo recorrer a recursos humanos do Agrupamento, numa lógica de racionalização de recursos e gestão local de competências, podendo ainda, em caso de necessidade, utilizar outros técnicos especializados nestas áreas, sem acréscimo de encargos para o MEC;

1.2. 1.º Ciclo

1.2.1. Proporcionar a aprendizagem da Língua Inglesa, Informática, Expressão Plástica, Musical e Físico-Motora a partir do 1.º ano de escolaridade, integrada no currículo, recorrendo aos docentes do Agrupamento;

1.2.2. Incentivar a atividade experimental na Área de Estudo do Meio, a partir do 3.º ano, recorrendo aos docentes do Agrupamento;

1.2.3. Possibilitar aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico a frequência às atividades de desporto escolar, recorrendo a recursos humanos do Agrupamento.

1.3. 2.º e 3.º Ciclos

1.3.1. Reforçar as atividades experimentais, na área das Ciências Físicas e Naturais, através de estratégias inovadoras e do desdobramento em turnos, permitindo práticas laboratoriais eficientes, respeitando a carga horária semanal definida na lei.

1.3.2. Apostar no sucesso educativo, através do reforço de projetos existentes no Agrupamento e outros que promovam o desenvolvimento de competências de expressões artísticas e físico - motora;

2. Processos de ensino e guarda

1. Assegurar, em parceria com a autarquia e a Associação de Pais e Encarregados de Educação, a organização das atividades de enriquecimento curricular e de prolongamento de horário, recorrendo aos recursos humanos do Agrupamento e da autarquia, numa lógica de racionalização de recursos e gestão local de competências;

2. Proporcionar aos alunos modalidades de apoio pedagógico diferenciado, de forma a reforçarem as suas aprendizagens;

3. Constituir equipas pedagógicas/conselhos de ano (por ano de escolaridade), permitindo um melhor planeamento e monitorização do processo de ensino-aprendizagem, facilitando a aplicação do princípio da ocupação plena dos tempos escolares e garantindo o acompanhamento da geração escolar;

4. Fortalecer mecanismos de regulação dos resultados académicos dos alunos, nomeadamente através da construção e aplicação de instrumentos anuais de avaliação global;

5. Coordenar e gerir a implementação dos planos curriculares e programas definidos a nível nacional, mediante a seleção de modelos pedagógicos, métodos de ensino e de avaliação e materiais de ensino-aprendizagem coerentes com o Projeto Educativo do Agrupamento e adequados à variedade dos interesses e capacidades dos alunos, garantindo o cumprimento do Currículo Nacional;

3. Gestão e organização escolar

1. Efetuar ajustamentos ao calendário escolar, fixados no início do ano letivo, de acordo com eventuais necessidades do Agrupamento, assegurando sempre o número de dias de atividades letivas fixados por lei e salvaguardando a guarda dos alunos, no respeito pelo calendário das provas finais de ciclo e de equivalência à frequência;

2. Gerir e organizar, de forma flexível, a unidade letiva, mediante a aplicação de modelos pedagógicos inovadores, adequados à variedade dos interesses, capacidades e necessidades dos alunos, no respeito pela legislação aplicável;

3. Gerir, com autonomia pedagógica e organizativa, o crédito horário de tempos (CT) apurado de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente na implementação de medidas que concorram para o desenvolvimento dos conhecimentos e das capacidades dos alunos, bem como na atribuição de cargos de natureza pedagógica, designadamente de orientação educativa e de supervisão pedagógica, sem prejuízo do cumprimento da legislação em vigor;

4. Desenvolver mecanismos que permitam detetar, atempadamente, dificuldades de base, diferentes ritmos de aprendizagem ou outras necessidades dos alunos que exijam formas de apoio adequadas nos domínios psicológico e socioeducativo;

5. Permutar serviço letivo entre docentes, por ausência de algum professor;

6. Selecionar e contratar, de acordo com os critérios objetivos de seleção consignados na legislação aplicável, o pessoal docente necessário para suprir as necessidades temporárias que resultem da não satisfação pelos concursos interno;

7. Efetuar a distribuição de serviço docente e não docente, de acordo com critérios previamente definidos, designadamente de eficácia e eficiência para consecução dos objetivos previstos nos Cláusulas 1.º e 2.º deste contrato;

8. Definir soluções de autonomia organizacional, constantes no Regulamento Interno, que permitam garantir um percurso sequencial e articulado aos alunos, uma gestão propiciadora de equidade de recursos materiais pedagógicos e humanos e uma gestão escolar e administrativa com capacidade de resposta eficiente e eficaz no quadro do Projeto Educativo;

9. Simplificar procedimentos administrativos, através do recurso às novas tecnologias;

10. Recorrer a serviços de entidades exteriores à escola, sempre que se justifique, tendo por base o planeamento e estudo financeiro que comprove os benefícios que daí resultem, no cumprimento das normas de contabilidade pública, de acordo com regulamentação específica em lei, sem prejuízo do pedido de autorização por parte do AE aos serviços competentes do MEC, e desde que não resulte acréscimo de encargos para o MEC.

4 - Formação vocacional e profissional

1. Proporcionar uma oferta própria de formação vocacional e profissional, em articulação com os serviços competentes do Ministério da Educação e Ciência;
2. Concretizar o plano de formação de pessoal docente e de pessoal não docente, através de articulação com o Centro de Formação;
3. Aceder a programas e projetos financiados por entidades nacionais e internacionais.

5 - Excelência, inovação e empreendedorismo

1. Garantir o apoio a todos os alunos com Necessidades Educativas Especiais, de forma sistematizada e permanente mediante o desenvolvimento de projetos inovadores e empreendedores;
2. Desenvolver projetos de acompanhamento e complemento pedagógico, numa lógica de articulação e sequencialidade das aprendizagens, que visem a excelência e a promoção do sucesso;
3. Oferecer atividades extracurriculares de índole cultural e artística, em parceria com outras entidades, dentro do quadro legal em vigor e salvaguardando eventuais encargos para o agrupamento, que venham a resultar da colaboração com entidades externas.

Cláusula 5ª. Compromissos da escola

Com vista a cumprir os objetivos gerais e operacionais constantes do presente contrato, a escola compromete-se e fica obrigada a:

1. Garantir o serviço público de educação;
2. Prestar um ensino eficaz e de qualidade;
3. Planificar e gerir os processos de diversificação e desenvolvimento do currículo, visando a progressiva requalificação do percurso formativo dos alunos, tendo como referência os princípios estruturantes da Educação e as prioridades da ação educativa consagradas em sede do Projeto Educativo Municipal e do Projeto Educativo do Agrupamento;
4. Promover a melhoria progressiva da qualidade do ensino, dos procedimentos e das dinâmicas organizativas, numa perspetiva de desenvolvimento e modernização do Agrupamento;
5. Garantir uma gestão eficaz e eficiente das verbas transferidas pelo Ministério da Educação e Ciência, bem como das obtidas através do Orçamento de Compensação da Despesa e Receita, no âmbito do presente contrato;
6. Realizar anualmente a autoavaliação, com divulgação dos resultados obtidos e das metas alcançadas no sítio eletrónico do Agrupamento;
7. Cumprir e fazer cumprir os princípios e as disposições consagradas no presente contrato.

Cláusula 6ª. Compromissos do Ministério da Educação e Ciência

Pelo presente contrato, o Ministério da Educação e Ciência compromete-se e obriga-se a:

1. Tomar as decisões e medidas indispensáveis à viabilização e concretização do presente Contrato, de modo a garantir as condições necessárias ao desenvolvimento da autonomia do Agrupamento;
2. Manter com o Agrupamento um relacionamento institucional direto e colaborante, no quadro da delimitação de competências decorrentes da lei e do presente contrato;
3. Proporcionar apoio jurídico ao Agrupamento;
4. Autorizar a afetação de 11 horas letivas para o grupo de recrutamento 300 e 11 horas letivas para o grupo 500 para coadjuvar nas referidas disciplinas, de forma a combater o insucesso escolar, conforme plano de ação estratégica;

5. Participar na Comissão de Acompanhamento prevista no artigo 9.º da Portaria n.º 265/2012, de 30 de agosto.

Cláusula 7ª

Compromissos da Câmara Municipal de Mafra

1. Manter com o Agrupamento um relacionamento institucional direto e colaborante, no quadro da delimitação de competências decorrentes da lei e do presente contrato;
2. Tomar as decisões e medidas indispensáveis à viabilização e concretização do presente Contrato, de modo a garantir as condições necessárias ao desenvolvimento da autonomia do Agrupamento;
3. Facultar recursos humanos especializados através do recurso aos Programas do Contrato de Emprego e Inserção (CEI), desde que haja condições financeiras;
4. Participar na Comissão de Acompanhamento prevista no artigo 9.º da Portaria n.º 265/2012, de 30 de agosto.

Cláusula 8ª.

Duração do contrato

1. O presente contrato de autonomia vigorará até ao termo do ano letivo 2015/2016.
2. O presente contrato pode ser revisto e alterado a todo o tempo, por acordo das partes, respeitando o requisito previsto na alínea a) do artigo 6.º da Portaria n.º 266/2012, de 30 de agosto.
3. O presente contrato poderá ser renovado, nos termos da legislação, mantendo-se em vigor, com as alterações que entretanto lhe tenham sido introduzidas nos termos do disposto no número anterior, até à celebração de um novo Contrato de Autonomia.

Cláusula 9ª

Acompanhamento e monitorização

1. A escola constitui uma estrutura permanente de acompanhamento e monitorização constituída pelo diretor da escola e por, pelo menos mais dois docentes de carreira designados para o efeito, com as seguintes competências:

- a) Monitorizar o cumprimento e a aplicação do presente contrato e acompanhar o desenvolvimento do processo;
- b) Monitorizar o processo de autoavaliação do Agrupamento;
- c) Produzir e divulgar o relatório anual de progresso;
- d) Constituir meio de interlocução com os serviços competentes do Ministério da Educação e Ciência

Cláusula 10ª.

Casos Omissos

Todas as matérias não reguladas no presente contrato serão regidas pela lei geral aplicável.

Assinaturas

O Diretor-Geral dos Estabelecimentos Escolares

José Alberto Moreira Duarte

O Diretor do Agrupamento de Escolas da Ericeira

Alfredo Coelho Carvalho

A Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas da Ericeira

Lélia Maria dos Santos Reis

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra de Mafra

Hélder António Guerra de Sousa Silva

Homologo

O Secretário de Estado do Ensino e Administração Escolar

João Casanova de Almeida

A vertical column of handwritten signatures and initials on the right margin. From top to bottom, it includes a stylized signature, the initials 'hi', a signature that appears to be 'CP', another signature, the initials 'hi', and a large, bold signature at the bottom.

PARECER

Concordo com as alterações propostas
à consideração do Conselho
Presidente

18.01.2014

A Vereadora,

concordo com a alteração
proposta. A consideração
superior o agendamento

17.01.2014 para a próxima
reunião da C.M.

A Directora de Departamento,

Confirmo a necessidade de altera-
ção da designação dos represen-
tantes da Autarquia, decorrente do
novo POSMEC e dinâmicas.

17.01.2014


A Chefe de Divisão,

DESPACHO

A reunião

21.01.14

O Presidente da Câmara,


(Helder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2014/532

ASSUNTO: Designação dos representantes da Autarquia nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas do Concelho de Mafra -actualização

Exma. Senhora Vereadora

Célia Batalha Fernandes

Considerando que:

Na reunião realizada no passado dia 1 de Novembro de 2013, a Câmara Municipal deliberou, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, na sua actual redacção, conjugado com a alínea II) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, designar os representantes da Autarquia, nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas e Escola não Agrupada, do Concelho de Mafra, de acordo com a informação/interno/2013/11576, datada de 28 de Outubro de 2013;

A recente publicação do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências (ROSMEC), Despacho n.º 354/2014, de 8 de Janeiro, prevê a alteração de alguns serviços e estruturas municipais;

Na sequência da publicação da Reestruturação Orgânica dos Serviços Municipais e seu Regulamento, o Despacho n.º 1/2014, do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, procede à nomeação dos respectivos cargos dirigentes;

Atendendo ao exposto, proponho a actualização dos representantes da Autarquia nos Conselhos Gerais do Concelho de Mafra, nos seguintes termos:

- Substituição da Directora do Departamento Sociocultural, Dra. Paula Cordas, pela Directora do Departamento Socioeconómico, Dra. Ana Isabel Martins, enquanto representante suplente;

- Substituição da Técnica Superior, Dra. Susana Marques, pela Chefe de Divisão de Educação e Juventude, Dra. Margarida Infante, enquanto representante efectivo no Conselho Geral da Escola Secundária José Saramago – Mafra.


Assim, os representantes da Autarquia nos Conselhos Gerais do Concelho de Mafra passam a ser os seguintes (nova actualização):

Agrupamento de Escolas / Escola não Agrupada	Representantes Efectivos	Representantes Suplentes
António Bento Franco - Ericeira	Vereadora Célia Fernandes Dra. Susana Marques Dra. Patrícia Duarte	<u>Dra. Ana Isabel Martins</u> Dra. Margarida Infante Dra. Susana Marques Dra. Patrícia Duarte Dra. Mónica Mendes Dra. Filipa Simões
Mafra	Vereadora Célia Fernandes Dra. Susana Marques Dra. Patrícia Duarte	
Agrupamento de Escolas Prof. Armando de Lucena – Malveira	Vereadora Célia Fernandes Dra. Margarida Infante Dra. Mónica Mendes	
Agrupamento de Escolas da Venda do Pinheiro	Vereadora Célia Fernandes Dra. Margarida Infante Dra. Mónica Mendes	
Escola Secundária José Saramago - Mafra	Vereadora Célia Fernandes <u>Dra. Margarida Infante</u> Dra. Patrícia Duarte	

À Consideração de V. Exa.

Mafra, 14 de Janeiro de 2014.

A Técnica Superior


(Patrícia Duarte)

PARECER

Concordo. Proponho que o assunto
seja presente a reunião de Câmara.

21.01.2014
O(A) Vereador(a),

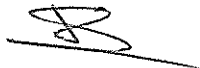
Concordo. Proponho que o
assunto seja objecto de
deliberação do órgão executivo.

17.01.2014 — Helena

O(A) Director(a) de Departamento,
Concordo com a importância, tendo em
consideração a área explorada do espaço
referido, contribuindo-se desta forma para
uma nova dinâmica no Parque Stº Rento.

17.01.2014

O(A) Chefe de Divisão

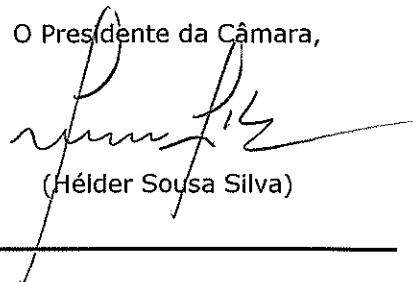


DESPACHO



21.01.14

O Presidente da Câmara,


(Helder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2014/788

ASSUNTO: Cedência da Loja com a referência "Espaço 1 – Fracção D – B –
Parque de Santa Marta - Ericeira - Contrato em Regime de Comodato

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal
Hélder António Guerra de Sousa Silva

O Ericeira Surf Clube é uma associação sem fins lucrativos que pauta a sua actuação pelos objectivos de promover, divulgar e desenvolver a prática do surf, bodyboard e modalidades afins no Concelho de Mafra; realizando e organizando anualmente vários campeonatos nas diversas categorias, leccionando aulas e participando com os seus atletas em inúmeros eventos.

Neste âmbito, o Ericeira Surf Clube solicitou autorização para utilizar a Loja com a referência "Espaço 1 – Fracção D – B – Parque de Santa Marta - Ericeira, para a instalação da sua sede, bem como para a realização de actividades culturais e recreativas que se enquadram com o espaço onde a loja se insere.

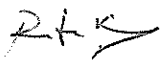
De salientar que, do conjunto das infra-estruturas que integram o Parque de Santa Marta, na Ericeira, faz parte uma área comercial, composta por quatro lojas, que não se encontram a ser utilizadas ou exploradas, já tendo sido abertos diversos procedimentos concursais para a sua exploração, que não registaram interessados.

Nestes termos, proponho a aprovação do **Contrato em Regime de Comodato**, constante em anexo, a celebrar entre o **Município de Mafra** e o **Ericeira Surf Clube**, para a cedência da Loja com a referência "Espaço 1 – Fracção D – B – Parque de Santa Marta - Ericeira.

À Consideração Superior.

Mafra, 17 de Janeiro de 2014.

A Técnica Superior



(Rita Xavier)

**CONTRATO EM REGIME DE COMODATO
DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES**

Considerando que:

O *Ericeira Surf Clube* é uma associação sem fins lucrativos que pauta a sua actuação pelos objectivos de promover, divulgar e desenvolver a prática do surf, bodyboard e modalidades afins no Concelho de Mafra; realizando e organizando anualmente vários campeonatos nas diversas categorias, leccionando aulas e participando com os seus atletas em inúmeros eventos.

Do conjunto das infra-estruturas que integram o Parque de Santa Marta, na Ericeira, faz parte uma área comercial, composta por quatro lojas, que não se encontram a ser utilizadas ou exploradas.

No âmbito do planeamento e do desenvolvimento, compete à Câmara Municipal criar, constituir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados, por lei, sob a administração municipal, atento o disposto na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redacção actual.

É celebrado e reciprocamente aceite, entre o **Município de Mafra**, sito na Praça do Município, 2644-001 Mafra, titular do cartão de Identificação de Pessoa Colectiva n.º 502 177 080, neste acto representado pelo seu Presidente, Hélder António Guerra de Sousa Silva, na qualidade de comodante, e o **Ericeira Surf Clube**, sito na Praia do Algodio, Largo de São Sebastião, 2655 Ericeira, titular do cartão de Identificação de Pessoa Colectiva n.º 503 328 030, neste acto representado pelo seu Presidente da Direcção, Miguel Nuno de Mello Barata de Almeida, na qualidade de comodatário, o presente contrato de comodato, nos termos do artigo

1129.º e seguintes do Código Civil, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

O presente contrato tem por objecto a cedência, pelo Município de Mafra ao Ericeira Surf Clube, a título gratuito, em regime de comodato, nos termos do artigo 1129.º e seguintes do Código Civil, da Loja com a referência "Espaço 1 – Fracção D – B – Parque de Santa Marta - Ericeira, para a instalação da sua sede, bem como para a realização de actividades culturais e recreativas.

Cláusula Segunda

Este contrato é celebrado pelo prazo de 1 (um) ano, a contar da data da sua assinatura, considerando-se automaticamente e sucessivamente prorrogado por iguais períodos e nas mesmas condições, enquanto não for denunciado por qualquer das partes, com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias relativamente ao termo do prazo contratual, ou do termo da sua renovação, ou resolvido pelo comodante nos termos legais.

Cláusula Terceira

O espaço cedido destina-se exclusivamente à utilização mencionada na Cláusula Primeira, sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte.

Cláusula Quarta

O Município de Mafra reserva-se o direito de utilizar o referido espaço, mediante aviso prévio de 15 (quinze) dias.

Cláusula Quinta

O comodatário obriga-se a manter o espaço cedido em bom estado de conservação, não o destinando, nem consentindo que terceiros o destinem a fim diverso daquele que resulta do presente contrato, devendo restituí-lo ao comodante, cessado o contrato de comodato por qualquer causa, completamente livre de pessoas e bens e no estado em que o recebeu, indemnizando-o por qualquer dano causado.

Cláusula Sexta

O comodatário obriga-se a assegurar, no desenvolvimento das suas actividades, a dinamização do Parque de Santa Marta, na Ericeira, através da organização e realização de um mínimo de dois eventos por ano.

Cláusula Sétima

As despesas com a conservação e o uso do espaço cedido, bem como as decorrentes dos encargos gerais de funcionamento, incluindo a água e a luz, serão suportadas pelo comodatário durante o período de vigência do contrato.

O presente contrato é celebrado em duplicado e devidamente assinado por ambas as partes, ficando cada uma com um exemplar.

Mafra, ____ de _____ de 2014.

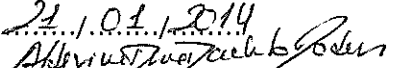
O Comodante,

O Comodatário,


(Hélder António Guerra de Sousa Silva) (Miguel Nuno de Mello Barata de Almeida)

PARECER

concordo. Proponho que o assunto
seja ~~presente~~ a reunião de
câmara.

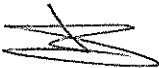
21.01.2014

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que o
assunto seja objecto de
deliberações do órgão executivo.
17.01.2014


O(A) Director(a) de Departamento,

Concordo com a informação.
Para despacho superior.

17.01.2014

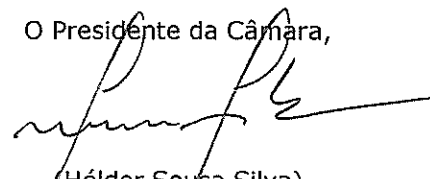
O(A) Chefe de Divisão 

DESPACHO



21.01.14

O Presidente da Câmara,


(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2014/789

ASSUNTO: Cedência da Loja com a referência "Espaço 4 – Fracção D – Parque de Santa Marta - Ericeira - Contrato em Regime de Comodato

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal
Hélder António Guerra de Sousa Silva

O Clube de Mergulho da Ericeira é um clube sem quaisquer fins comerciais ou lucrativos, que pauta a sua actuação pelos objectivos de dinamizar o mergulho recreativo no Concelho de Mafra, realizando regularmente projectos de voluntariado relacionados com o mergulho, com a biodiversidade subaquática e na protecção de ambientes terrestres costeiros do Concelho de Mafra.

Neste âmbito, o Clube de Mergulho da Ericeira solicitou autorização para utilizar a Loja com a referência "Espaço 4 – Fracção D – Parque de Santa Marta - Ericeira, para a instalação da sua sede, bem como para a realização de actividades culturais e recreativas que se enquadram com o espaço onde a loja se insere.


De salientar que, do conjunto das infra-estruturas que integram o Parque de Santa Marta, na Ericeira, faz parte uma área comercial, composta por quatro lojas, que não se encontram a ser utilizadas ou exploradas, já tendo sido abertos diversos procedimentos concursais para a sua exploração, que não registaram interessados.

Nestes termos, proponho a aprovação do **Contrato em Regime de Comodato**, constante em anexo, a celebrar entre o **Município de Mafra** e o **Clube de Mergulho da Ericeira**, para a cedência da Loja com a referência "Espaço 4 – Fracção D – Parque de Santa Marta - Ericeira.

À Consideração Superior.

Mafra, 17 de Janeiro de 2014.

A Técnica Superior



(Rita Xavier)

**CONTRATO EM REGIME DE COMODATO
DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES**

Considerando que:

O *Clube de Mergulho da Ericeira* é um clube sem quaisquer fins comerciais ou lucrativos, que pauta a sua actuação pelos objectivos de dinamizar o mergulho recreativo no Concelho de Mafra, realizando regularmente projectos de voluntariado relacionados com o mergulho, com a biodiversidade subaquática e na protecção de ambientes terrestres costeiros do Concelho de Mafra.

Do conjunto das infra-estruturas que integram o Parque de Santa Marta, na Ericeira, faz parte uma área comercial, composta por quatro lojas, que não se encontram a ser utilizadas ou exploradas.

No âmbito do planeamento e do desenvolvimento, compete à Câmara Municipal criar, constituir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados, por lei, sob a administração municipal, atento o disposto na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redacção actual.

É celebrado e reciprocamente aceite, entre o **Município de Mafra**, sito na Praça do Município, 2644-001 Mafra, titular do cartão de Identificação de Pessoa Colectiva n.º 502 177 080, neste acto representado pelo seu Presidente, Hélder António Guerra de Sousa Silva, na qualidade de comodante, e o **Clube de Mergulho da Ericeira**, sito na Ericeira, titular do cartão de Identificação de Pessoa Colectiva n.º 510 794 106, neste acto representado pelo seu responsável e fundador, Hugo Silva Lopes, na qualidade de comodatário, o presente contrato de comodato, nos termos do

artigo 1129.º e seguintes do Código Civil, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

O presente contrato tem por objecto a cedência, pelo Município de Mafra ao Clube de Mergulho da Ericeira, a título gratuito, em regime de comodato, nos termos do artigo 1129.º e seguintes do Código Civil, da Loja com a referência "Espaço 4 – Fracção D – Parque de Santa Marta - Ericeira, para a instalação da sua sede, bem como para a realização de actividades culturais e recreativas.

Cláusula Segunda

Este contrato é celebrado pelo prazo de 1 (um) ano, a contar da data da sua assinatura, considerando-se automaticamente e sucessivamente prorrogado por iguais períodos e nas mesmas condições, enquanto não for denunciado por qualquer das partes, com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias relativamente ao termo do prazo contratual, ou do termo da sua renovação, ou resolvido pelo comodante nos termos legais.

Cláusula Terceira

O espaço cedido destina-se exclusivamente à utilização mencionada na Cláusula Primeira, sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte.

Cláusula Quarta

O Município de Mafra reserva-se o direito de utilizar o referido espaço, mediante aviso prévio de 15 (quinze) dias.

Cláusula Sexta

O comodatário obriga-se a assegurar, no desenvolvimento das suas actividades, a dinamização do Parque de Santa Marta, na Ericeira, através da organização e realização de um mínimo de dois eventos por ano, bem como a colaborar na limpeza da orla costeira do Concelho de Mafra.

Cláusula Sétima

As despesas com a conservação e o uso do espaço cedido, bem como as decorrentes dos encargos gerais de funcionamento, incluindo a água e a luz, serão suportadas pelo comodatário durante o período de vigência do contrato.

O presente contrato é celebrado em duplicado e devidamente assinado por ambas as partes, ficando cada uma com um exemplar.

Mafra, ____ de _____ de 2014.

O Comodante,

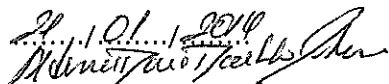
O Comodatário,

(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

(Hugo Silva Lopes)

PARECER

Concordo.
Propor a o assunto não presente
a reunião de Câmara.

21.01.2014

O(A) Vereador(a),

Concordo, proponho que o
assunto seja objecto de delib-
racões do órgão executivo.

17.01.2014 

O(A) Director(a) de Departamento,
Concordo com a impugnação.
Para despacho superior.

17.01.2014

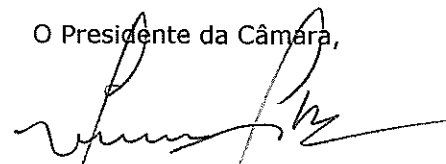
O(A) Chefe de Divisão 

DESPACHO



21.01.14

O Presidente da Câmara,


(Helder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2014/791

ASSUNTO: Cedência de Salas sitas no Edifício Atlântico no Parque de Santa Marta, na Ericeira – Adenda ao Contrato em Regime de Comodato

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal
Helder António Guerra de Sousa Silva

Entre o Município de Maфра e a Filarmónica Cultural Ericeira, foi celebrado no dia 4 de Maio de 2007, um Contrato em regime de Comodato de Cedência de Instalações, de 5 salas sitas no Edifício Atlântico no Parque de Santa Marta, na Ericeira, bem como o mobiliário existente nas mesmas, para instalação da sede do comodatário e realização das suas actividades regulares ou pontuais, nomeadamente ensaios e aulas de música.



Neste âmbito, a Filarmónica Cultural Ericeira solicitou autorização para utilizar também a Sala de Exposições do Edifício Atlântico do Parque de Santa Marta, para a realização de actividades culturais e recreativas, considerando que a Sala de Exposições se encontra disponível por diversos períodos ao longo do ano.

Nestes termos, proponho a aprovação da **Adenda ao Contrato em Regime de Comodato**, constante em anexo, a celebrar entre o **Município de Mafra** e a **Filarmónica Cultural Ericeira**, para uso da Sala de Exposições do Edifício Atlântico do Parque de Santa Marta.

À Consideração Superior.

Mafra, 17 de Janeiro de 2014.

A Técnica Superior

(Rita Xavier)

ADENDA AO CONTRATO EM REGIME DE COMODATO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES

Adenda ao Contrato em regime de Comodato de Cedência de Instalações entre o **Município de Mafra** e a **Filarmónica Cultural Ericeira**.

É celebrada e reciprocamente aceite, entre o **Município de Mafra**, sito na Praça do Município, 2644-001 Mafra, titular do cartão de Identificação de Pessoa Colectiva n.º 502 177 080, neste acto representado pelo seu Presidente, Hélder António Guerra de Sousa Silva, na qualidade de comodante, e a **Filarmónica Cultural Ericeira**, sita no Edifício Atlântico, Piso -1, Parque de Santa Marta, Largo de Santa Marta, 2655-357 Ericeira, titular do cartão de Identificação de Pessoa Colectiva n.º 501 847 545, neste acto representado pela sua Presidente da Direcção, Maria José Santos, na qualidade de comodatário, o presente aditamento ao contrato de comodato, nos termos do artigo 1129.º e seguintes do Código Civil, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Na Cláusula Primeira do Contrato em regime de Comodato de Cedência de Instalações, onde se lê:

"Cláusula Primeira (Objecto)

São cedidas à Filarmónica Cultural Ericeira, em regime de comodato, 5 salas (2 salas de aula, 1 sala de ensaio, 1 sala administrativa, 1 sala/arrecadação e WC [masculino e feminino]) sitas no Edifício Atlântico no Parque de Santa Marta, na Ericeira, bem como o mobiliário constante na listagem em anexo, devidamente identificados e inventariados."

Deve ler-se:

[Handwritten signatures and initials]



**"Cláusula Primeira
(Objecto)"**

São cedidas à Filarmónica Cultural Ericeira, em regime de comodato, as seguintes salas, sitas no Edifício Atlântico no Parque de Santa Marta, na Ericeira:

1. 5 salas (2 salas de aula, 1 sala de ensaio, 1 sala administrativa, 1 sala/arrecadação e WC [masculino e feminino]), bem como o mobiliário constante na listagem em anexo, devidamente identificados e inventariados.
2. 1 Sala de Exposições, mediante disponibilidade verificada previamente à actividade pretendida."

Cláusula Segunda

É aditada ao n.º 1 da Cláusula Quarta do Contrato em regime de Comodato de Cedência de Instalações, a seguinte alínea:

- d) Assegurar, no desenvolvimento das suas actividades, a dinamização do Parque de Santa Marta, na Ericeira, através da organização e realização de um mínimo de dois eventos por ano.

Cláusula Terceira

O presente aditamento produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

O presente aditamento é celebrado em duplicado e devidamente assinado por ambas as partes, ficando cada uma com um exemplar.

Mafra, ____ de _____ de 2014.

O Comodante,

O Comodatário,

CONTRATO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES

Entre o Município de Mafra, representado pelo seu Presidente, Eng.º José Maria Ministro dos Santos, como comodante e a Filarmónica Cultural Ericeira, representada pelo seu Presidente da Direcção, Pedro Miguel Lopes Pereira, como comodatário, é celebrado o presente contrato que visa a cedência de instalações, sitas no Parque de Santa Marta, na Ericeira, com base nas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira (Objecto)

São cedidas à Filarmónica Cultural Ericeira, em regime de comodato, 5 salas (2 salas de aula, 1 sala de ensaio, 1 sala administrativa, 1 sala/arrecadação e WC [masculino e feminino]) sitas no Edifício Atlântico no Parque de Santa Marta, na Ericeira, bem como o mobiliário constante na listagem em anexo, devidamente identificados e inventariados.

Cláusula Segunda (Fim)

1. Os espaços mencionados na cláusula primeira destinam-se à instalação da sede do comodatário e à realização das suas actividades regulares ou pontuais, nomeadamente ensaios e aulas de música.
2. Os referidos espaços não podem ser utilizados para qualquer outro fim que não seja o especificado no presente contrato, salvo autorização do comodante após pedido prévio do comodatário.



Cláusula Terceira (Validade)

Este contrato é celebrado pelo prazo de um ano, a contar da data da sua assinatura, considerando-se sucessivamente prorrogado por períodos iguais, e nas mesmas condições, enquanto não for denunciado por qualquer das partes, com a antecedência mínima de noventa dias, relativamente ao termo do prazo contratual, ou resolvido pelo comodante nos termos legais.

Cláusula Quarta (Obrigações e Deveres)

1. O comodatário fica obrigado:
 - a) A conservar em bom estado o espaço cedido;
 - b) A assegurar o cumprimento do disposto na cláusula segunda;
 - c) No caso de dissolução do contrato ou do seu término, por qualquer causa, deverá garantir a reposição do espaço, tal como o encontrou aquando do acto de entrega para sua utilização.
2. O não cumprimento do disposto no n.º 1 implica a indemnização de qualquer prejuízo que se verifique.

Cláusula Quinta (Interdições)

Ao comodatário está interdita a realização de quaisquer obras de remodelação, construção ou de pintura sem autorização prévia do comodante.



Cláusula Sexta
(Despesas de Conservação)

As despesas com a conservação e o uso do espaço cedido, bem como as decorrentes dos encargos gerais de funcionamento, à exceção da água e da luz, serão suportadas pelo comodatário durante a vigência do contrato.

Paços do Município, 04 de maio de 2007

O Comodante,
O Presidente da Câmara Municipal de
Mafra

(José Maria Ministro dos Santos, Eng.º)

O Comodatário,
A Presidente da Filarmónica Cultural
Ericeira

(Pedro Miguel Lopes Pereira)

Folha de Carga

Unidade Orgânica: 050301 - SECTOR DE CULTURA
Compartimento: 0601110311 - ERICEIRA-PARQUE DE SANTA MARTA-PISO -1-FILARMÓNICA DA ERICEIRA-SECRETARIA

Classificador Geral			Número de Inventário	Descrição	Referência	Data de Aquisição
Classe	Tipo	Bem				
106	02	17	64378	QUADRO MAGNÉTICO EM PORCELANA BRANCA COM PAUTA DE MÚSICA, EQUIPADO COM CAVALETE COM 120X90CM		19-06-2007
106	02	17	64380	QUADRO MAGNÉTICO EM PORCELANA BRANCA COM PAUTA DE MÚSICA, EQUIPADO COM CAVALETE COM 120X90CM		19-06-2007
107	01	02	64391	ARMÁRIO ESPECIAL, CONSTRUÍDO EM MADEIRA REVESTIDO A TERMOLAMINADO CINZA, COM PORTAS DE ABRIR COM FECHADURA, 180X200X60CM		04-07-2007
107	01	06	64377	BENGALIEIRO CHAPELEIRO BASE EM MÁRMORE		19-06-2007
107	01	20	64386	MESA PARA APOIO DE COMPUTADOR COM 140X80CM		19-07-2007
107	01	23	64388	SECRETÁRIA COM TAMPO DE 160X80CM, EQUIPADA COM BLOCO FIXO DE 3 GAVETAS		19-09-2007
107	01	99	64382	CADEIRA ROTATIVA COM BRAÇOS E COSTA MÉDIA ESTOFADA A PELGON PRETO		19-06-2007
107	01	99	64383	CADEIRA ROTATIVA COM BASE PARA APOIO DE PÉS, REVESTIDA A SEMI-PELE PRETA		19-06-2007
107	01	99	64401	BALDE PARA PAPÉIS INÚTEIS		19-06-2007

O Responsável,

O Chefe,

Folha de Carga

Unidade Orgânica: 050301 - SECTOR DE CULTURA
Compartimento: 0601110312 - ERICEIRA-PARQUE DE SANTA MARTA-PISO -1-FILARMÔNICA DA ERICEIRA-SALA DE ENSAIOS

Classificador Geral			Número de Inventário	Descrição	Referência	Data de Aquisição
Classe	Tipo	Bem				
106	02	16	64381	QUADRO EM CORTICITE COM 100X65CM		19-06-2007
107	01	06	64374	BENGALIEIRO CHAPELEIRO BASE EM MÁRMORE		19-06-2007
107	01	06	64375	BENGALIEIRO CHAPELEIRO BASE EM MÁRMORE		19-06-2007
107	01	07	64304	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64305	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64306	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64307	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64308	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64309	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64310	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64311	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64312	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64313	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64314	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64315	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64316	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007

O Responsável,

O Chefe,

Folha de Carga

Unidade Orgânica: 050301 - SECTOR DE CULTURA
Compartimento: 0601110312 - ERICEIRA-PARQUE DE SANTA MARTA-PISO -1-FILARMÓNICA DA ERICEIRA-SALA DE ENSAIOS

Classificador Geral			Número de Inventário	Descrição		Referência	Data de Aquisição
Classe	Tipo	Bem					
107	01	07	64317	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO			19-06-2007
107	01	07	64318	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO			19-06-2007
107	01	07	64319	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO			19-06-2007
107	01	07	64320	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO			19-06-2007
107	01	07	64321	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO			19-06-2007
107	01	07	64322	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO			19-06-2007
107	01	07	64323	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO			19-06-2007
107	01	07	64324	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO			19-06-2007
107	01	07	64325	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO			19-06-2007
107	01	07	64326	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO			19-06-2007
107	01	07	64327	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO			19-06-2007
107	01	07	64328	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO			19-06-2007
107	01	07	64329	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO			19-06-2007
107	01	07	64330	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO			19-06-2007
107	01	07	64331	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO			19-06-2007
107	01	07	64332	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO			19-06-2007

O Responsável,

O Chefe,

Folha de Carga

Unidade Orgânica:
Compartimento:

050301 - SECTOR DE CULTURA
0601110312 - ERICEIRA-PARQUE DE SANTA MARTA-PISO -1-FILARMÓNICA DA ERICEIRA-SALA DE ENSAIOS

Classificador Geral			Número de Inventário	Descrição		Referência	Data de Aquisição
Classe	Tipo	Bem					
107	01	07	64333	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO			19-06-2007
107	01	07	64334	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO			19-06-2007
107	01	07	64335	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO			19-06-2007
107	01	07	64336	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO			19-06-2007
107	01	07	64337	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO			19-06-2007
107	01	07	64338	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO			19-06-2007
107	01	07	64339	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO			19-06-2007
107	01	07	64340	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO			19-06-2007
107	01	07	64341	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO			19-06-2007
107	01	07	64342	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO			19-06-2007
107	01	07	64343	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO			19-06-2007
107	01	07	64344	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO			19-06-2007
107	01	07	64345	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO			19-06-2007
107	01	07	64346	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO			19-06-2007
107	01	07	64347	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO			19-06-2007
107	01	07	64348	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO			19-06-2007

O Responsável,

O Chefe,

Folha de Carga

Unidade Orgânica: 050301 - SECTOR DE CULTURA
Compartimento: 0601110312 - ERICEIRA-PARQUE DE SANTA MARTA-PISO -1-FILARMÓNICA DA ERICEIRA-SALA DE ENSAIOS

Classificador Geral			Número de Inventário	Descrição	Referência	Data de Aquisição
Classe	Tipo	Bem				
107	01	07	64349	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTEÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	99	64384	CADEIRA ROTATIVA COM BASE PARA APOIO DE PÉS, REVESTIDA A SEMI-PELE PRETA		19-06-2007
107	01	99	64400	ESTRADO EM MADEIRA COM 90X90CM		04-07-2007
107	01	99	64402	BALDE PARA PAPÉIS INÚTEIS		19-06-2007
107	01	99	64403	BALDE PARA PAPÉIS INÚTEIS		19-06-2007

O Responsável,

O Chefe,

Folha de Carga

Unidade Orgânica: 050301 - SECTOR DE CULTURA
Compartimento: 060110313 - ERICEIRA-PARQUE DE SANTA MARTA-PISO -1-FILARMÔNICA DA ERICEIRA-SALA DE AULA 1 (F.DRT.)

Classificador Geral			Número de Inventário	Descrição	Referência	Data de Aquisição
Classe	Tipo	Bem				
106	02	17	64379	QUADRO MAGNÉTICO EM PORCELANA BRANCA COM PAUTA DE MÚSICA, EQUIPADO COM CAVALETE COM 120X90CM		19-06-2007
107	01	02	64389	ARMÁRIO ESPECIAL; CONSTRUÍDO EM MADEIRA REVESTIDO A TERMOLAMINADO CINZA, COM 6 PORTAS DE ABRIR COM FECHADURA, 200X315X160CM		04-07-2007
107	01	06	64376	BENGALIEIRO CHAPELEIRO BASE EM MÁRMORE		19-06-2007
107	01	07	64350	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTEÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64351	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTEÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64352	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTEÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64353	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTEÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64354	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTEÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64355	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTEÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64356	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTEÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64357	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTEÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64358	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTEÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64359	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTEÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64360	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTEÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64361	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTEÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64362	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTEÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007

O Responsável,

O Chefe,

Folha de Carga

Unidade Orgânica: 050301 - SECTOR DE CULTURA

Compartimento: 0601110313 - ERICEIRA-PARQUE DE SANTA MARTA-PISO -1-FILARMÓNICA DA ERICEIRA-SALA DE AULA 1 (F.DRT.)

Classificador Geral			Número de Inventário	Descrição	Referência	Data de Aquisição
Classe	Tipo	Item				
107	01	07	64363	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64364	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64365	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64366	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64367	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64368	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64369	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64370	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64371	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64372	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	07	64373	CADEIRA COM BASE DE 4 PÉS EM TUBO PINTADO A EPOXY PRETO, ASSENTO E COSTA EM SEMI-PELE PRETA E PROTECÇÃO EM PLÁSTICO		19-06-2007
107	01	20	64385	MESA PARA REUNIÕES COM TAMPO DE 160X90CM		19-07-2007
107	01	99	64404	BALDE PARA PAPÉIS INÚTEIS		19-06-2007

O Responsável,

O Chefe,

Folha de Carga

Unidade Orgânica: 050301 - SECTOR DE CULTURA

Compartimento: 0601110314 - ERICEIRA-PARQUE DE SANTA MARTA-PISO -1-FILARMÓNICA DA ERICEIRA-SALA DE AULA 2 (F.ESQ.)

Classificador Geral			Número de Inventário	Descrição	Referência	Data de Aquisição
Classe	Tipo	Bem				
107	01	02	64390	ARMÁRIO ESPECIAL, CONSTRUÍDO EM MADEIRA REVESTIDO A TERMOLAMINADO CINZA, COM 6 PORTAS DE ABRIR COM FECHADURA E 6 GAVETAS, 200X300X60CM		04-07-2007
107	01	02	64392	ARMÁRIO ESPECIAL, CONSTRUÍDO EM MADEIRA REVESTIDO A TERMOLAMINADO CINZA, COM 3 PORTAS DE ABRIR E 6 GAVETAS COM FECHADURA, 200X155X80CM		04-07-2007
107	01	20	64387	MESA DE APOIO COM TAMPA DE 80X80CM		19-07-2007
107	01	99	64405	BALDE PARA PAPÉIS INÚTEIS		19-06-2007

O Responsável,

O Chefe,

PARECER

Concordo.

Proponho que sejam nomeados três elementos para a referida Comissão de Coordenação Estratégica.

...18./...01./2014

O(A) Vereador(a),



Concordo com a proposta de constituição da Comissão de Coordenação Estratégica.

...17./01./2014

O(A) Director(a) de Departamento,



Concordo com a proposta.

...17./01./2014

O(A) Chefe de Divisão



DESPACHO

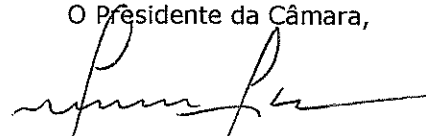
Concordo com o proposto, à Reunião de Câmara.

Verificando-se a existência de condições para a revitalização deste projecto, proponho, para a Comissão de Coordenação Estratégica da Candidatura do Conjunto constituído pelo Palácio, Convento e Tapada de Mafra a Património Mundial da UNESCO, os Senhores Vereadores:

- Célia Maria Duarte Batalha Fernandes, Coordenadora;
- Elísio Costa Santos Summavielle;
- Rogério Monteiro da Costa.

21./1./14

O Presidente da Câmara,


(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2014/814

ASSUNTO: Candidatura do Conjunto Palácio, Convento e Tapada de Mafra a Património Mundial da UNESCO – Comissão de Coordenação Estratégica

No dia 15 de Maio de 2010, na Basílica do Palácio Nacional de Mafra, foi assinado o protocolo para a criação da *Unidade de Missão para elaboração e implementação do programa de acção que se destina a inscrever o Real Edifício de Mafra e respectiva Tapada na lista do Património Mundial da UNESCO*, o qual foi precedido de deliberação de Reunião de Câmara por parte da Câmara Municipal de Mafra, datada de 15 de Abril de 2010.

Por vicissitudes várias, não foi possível submeter à Comissão Estratégica criada por aquele protocolo qualquer proposta de acção.

Como no passado, a candidatura a património mundial do conjunto formado por Palácio, Convento, Tapada de Mafra e Jardim do Cerco constitui uma privilegiada oportunidade para afirmar o destino turístico-cultural que Mafra representa em termos nacionais e internacionais, bem como um meio para o desenvolvimento

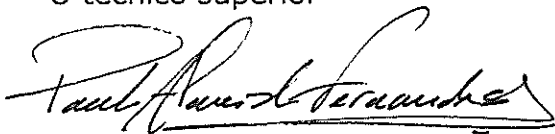
socioeconomico do concelho assente numa ideia de progresso harmónico e sustentável.

Propõe-se, assim, que seja considerada a criação de uma Comissão ^{municipal} de Coordenação Estratégica, que possa avaliar o trabalho que foi entretanto efectuado e estabeleça as directrizes para as tarefas a desenvolver no futuro, no sentido de se retomarem as parcerias estabelecidas em 2010 e avançar com o processo de candidatura à UNESCO.

À consideração de V. Exa.

Mafra, 17 de Janeiro de 2014

O técnico superior



Paulo Almeida Fernandes